Uma Visão do Mundo Contemporâneo

Ives Gandra Martins

UNIVERSITÁRIA EDITORA

Professor e jurista de renome nacional e internacional, Ives Gandra da Silva Martins perfila na galeria dos nomes que causam orgulho a todos nós, tanto por seu saber quanto por sua conduta que o manteve, através de nossa recente história, como valoroso baluarte da defesa pelo verdadeiro Direito em suas profundas implicações, sem imiscuir-se na pequenez de interesses menores.

Mas Ives Gandra da Silva Martins ainda consegue nos surpreender, de maneira tão agradável, ao nos brindar com esta obra que julgamos uma verdadeira viagem através da história brasileira e mundial, dando, a partir deste ponto, subsídios para uma análise e compreensão melhor do nosso mundo atual e seus possíveis caminhos no futuro.

Esperamos que você amigo leitor, também chegue ao final desta "viagem" tão enriquecido como nós, ao ver temas como relacionamento internacional, cultura, poder das nações, política, educação, valores e tecnologia, entre outros, colocados de maneira clara e objetiva sob a visão de Ives Gandra da Silva Martins.

Editora Pioneira

UMA VISÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

IVES GANDRA MARTINS

Professor Emérito das Universidades Mackenzir e Paulista e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.
Membro da Academia Paulista de Letras.

330
M343 u
1996

大.0208

FICHA TÉCNICA

Título: UMA VISÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Autor: Ives Gandra Martins
Capa:
Edição: Universitária Editora
Rua do Salitre, 155-2º – 1250 Lisboa
Tel. 352 31 73 – Fax 315 02 26
Execução Gráfica: Editorial Império Lda.
Rua do Salitre, 155-1º – 1250 Lisboa
Depósito Legal: 106185/96
ISBN: 972/700/080/0

ÍNDICE

PREFÁCIO 7
APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA 13
INTRODUÇÃO 15
1 O DILEMA ACTUAL 19
1.1 OS ESPAÇOS PLURIRREGIONAIS 21
1.2 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA 24
1.3 A DIMENSÃO TECNOLÓGICA 27
1.4 O DESEMPREGO ESTRUTURAL 29
1.5 OS DESNÍVEIS DAS NAÇÕES 32
1.6 AS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS 34
2 A FALÊNCIA DA SUPERVISÃO INTERNACIONAL 39
2.1 A ONU E OS CONFLITOS REGIONAIS 41
2.2 O FMI E OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS 43
2.3 OS DESCOMPASSOS REGIONAIS: U.E., NAFTA E MERCOSUL 45
2.4 O TRATADO DE MAASTRICHT E A MOEDA CLÁSSICA 48
2.5 A PROPRIEDADE INTELECTUAL E A INFORMÁTICA 51
2.6 OS ORGANISMOS DE FOMENTO INTERNACIONAL 53
3 OS GRUPOS DE DESCONTINUIDADE 57
3.1 OS GRUPOS ÉTNICOS 59
3.2 O NARCOTRÁFICO 61
3.3 AS DISSENSÕES RELIGIOSAS 63
3.4 OS INTELECTUAIS E OS GÉNIOS DA INFORMÁTICA 65
3.5 OS GRUPOS SOCIAIS MARGINALIZADOS 68
3.6 OS GRUPOS POLÍTICOS RADICAIS 70
4 A PERDA DE VALORES 73

4.1 DESCRENÇA DAS ELITES EM VALORES
(DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA) 75
4.2 A BUSCA DA REALIZAÇÃO PESSOAL
E A COMPETITIVIDADE 77
4.3 A MARGINALIZAÇÃO DOS INCOMPETENTES 79
4.4 A MOLÉSTIA PSICOLÓGICA 82
4.5 A LONGEVIDADE DOS IDOSOS COMPETENTES 85
4.6 A FALÊNCIA DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL 87
5 EDUCAÇÃO X OPORTUNIDADES 91
5.1 MAIOR EDUCAÇÃO 93
5.2 MAIOR CULTURA 94
5.3 MAIOR INFORMAÇÃO 97
5.4 MENORES OPORTUNIDADES 99
5.5 LAZER SOB TENSÃO 101
5.6 DIREITOS E DEVERES 103
6 A ECONOMIA NO FUTURO 107
6.1 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E OS
DESNÍVEIS ENTRE AS NAÇÕES 109
6.2 OS ENCARGOS SOCIAIS E OS GOVERNOS 111
6.3 A INFLAÇÃO DAS NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS
E SUA PERDA DE COMPETITIVIDADE 113
6.4 O DÉFICIT PÚBLICO E O
ENDIVIDAMENTO DAS NAÇÕES 116
6.5 O DESCONTROLO DAS ESPECULAÇÕES FINANCEIRAS . 119
6.6 A GUERRA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 122
7 O ESPECTRO DA CHANTAGEM INTERNACIONAL 127
7.1 AS ESTRUTURAS MILITARES DESACTUALIZADAS
E PARALELAS 129
7.2 A BOMBA ATÓMICA E O ACESSO À SUA FABRICAÇÃO . 132
7.3 A INFORMÁTICA DA DESINFORMAÇÃO 134
7.4 A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL 137

7.5 A PASSIVIDADE DO ESTADO CLÁSSICO 139
7.6 A MODIFICAÇÃO DO PERFIL ÉTNICO DOS POVOS DESENVOLVIDOS 142
8 POLÍTICA E PODER 145
8.1 A INFLUÊNCIA DO PODER SOBRE A NATUREZA HUMANA 147
8.2 O FRACASSO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS 149
8.3 O DESPREPARO POLÍTICO NO EXERCÍCIO DO PODER 152
8.4 A UNIVERSIDADE 154
8.5 O PODER JUDICIÁRIO, A IMPRENSA E A OBSOLESCÊNCIA DO DIREITO 157
8.6 SOCIEDADE X TECNOCRACIA 159
9 O ESTADO E A LIBERDADE 163
9.1 OS DIREITOS ADQUIRIDOS 165
9.2 GARANTIAS NÃO ASSEGURADAS 168
9.3 LIBERDADE E RESPONSABILIDADE 170
9.4 LIBERDADE E VALORES 173
9.5 A JUSTIÇA PELAS PRÓPRIAS MÃOS 175
9.6 O QUE É A DEMOCRACIA 178
10 O ESTADO E A ORDEM 181
10.1 LIBERDADE X ORDEM 183
10.2 ORGANIZAÇÃO X RESTRIÇÕES DE DIREITOS 185
10.3 O DIREITO DO ESTADO X O ESTADO DE DIREITO ... 187
10.4 FEDERAÇÃO X ESTADO UNITÁRIO 189
10.5 MUNICÍPIOS X PODER CENTRAL 192
10.6 PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO X DITADURA 194
11 CONCLUSÕES 199

PREFÁCIO

Os problemas do mundo moderno e os que se visualizam no futuro, se não no remoto ao menos nas próximas décadas, ultrapassam a capacidade da inteligência humana para lhes dar solução. Não se trata de concluir, pessimistamente, reflexões sobre o nosso tempo e os próximos anos, mas do realismo que ao filósofo, o analista social, o economista, enfim, os afuroadores do futuro, incumbe ser fiel na prospecção à qual se lança. Reconheço que a ciência da prospectiva, ainda não de todo formulada, embora já levada em consideração, reduziu em muito a margem do acaso na vida humana e nas sociedades, mas devemos ter sempre na memória o imprevisto que continua a ser a única lei da História. Procurando divisar nas incógnitas do futuro, as suas promessas, as suas ofertas, as suas proposições, temos de ficar inquietos sobre a incomensurável – sem exagero – dimensão dos problemas que a era tecnológica nos entorna às mancheias, como um desafio ao ser humano, esse arrojado aprendiz de feiticeiro. Em livro já antigo para a nossa época vertiginosa – *A extensão humana – Introdução à Filosofia da Técnica* –, procurei alertar os meus leitores sobre a mecanização do espírito pela cibernética e seus desdobramentos, se não se operasse ou não se operar uma reacção espiritual que a contenha.

Não considero velha a tese, mas, ao contrário, actualíssima. Vamos ficando, cada vez mais, enfeudados à tecnologia, à informática, ao ciberespaço, ou, mais amplamente, à ciberextensão em todos os domínios da vida em sociedade. Não hesito, por isso, em afirmar

que estou perplexo em face do futuro. Por mais que não se queira dar importância à mudança simbólica de um milénio para o outro, devemos nos debruçar sobre o século XXI, na abertura do terceiro milénio, expectantes e até mesmo apreensivos. Que sorte nos estará reservada pela ciência e sua aplicação, a técnica? O ser humano foi dotado nos últimos cinquenta anos, mais do que do advento da máquina ou da invenção do automóvel, de uma cópia de bens com a qual não havia ele nunca sonhado. Esse fenómeno é em tal amplitude impressionante que uma empregada doméstica das nossas classes médias vive hoje muito melhor, com mais conforto do que Filipe II, em cujo império o sol não se punha, ou do que Luiz XIV, o rei que escolheu o sol como símbolo do seu reinado. É a sociedade de consumo em sua plena expressão, onde foi suprimida a fronteira entre o necessário e o supérfluo, pois ninguém será capaz, nenhum filósofo, nenhum sociólogo, nenhum economista, de estabelecê-la com nitidez.

É, pois, irresistível o impacto da tecnologia sobre a vida das sociedades. Chega ela no entanto – e esse é o seu aspecto onde se localiza o peso da apreensão – numa idade histórica de valores diminuídos por lhes faltar o suporte moral, cuja eficácia é religiosa ou não terá efeito. Lembrando um Salmo de David (127-1), rei de Israel, se o Senhor não guardar a Cidade em vão vigia o que a guarda. As perspectivas do mundo neste fim de século e do futuro que espera as gerações que nele vão entrar são desalentadoras. Está amortecida a fé, ou já se evaporou de todo em milhões de seres humanos, que aceitam a secularização da História como inelutável. Não vejo – não vêem os mais bem aparelhados para fazê-lo – estadistas, chefes de governo, homens públicos, empresários, universitários, publicistas preocupados com o futuro que pode repetir o desafio da Esfinge, com a probabilidade de nos devorar com as mandíbulas dos seus complexíssimos problemas. Daí ter eu sempre defendido não uma volta no tempo. Linear o tempo, essa realidade do quotidiano e da História, está sempre passando e sepulta, sempre, como acentuou o padre António Vieira no sermão do primeiro

domingo do Advento, os impérios, os reinos, as maiores conquistas do génio humano, por constituir a sua natureza o passar.

Se, pois, o tempo passa heraclitamente, sendo hoje outro do que foi ontem, devemos encarar o futuro na sua configuração, o novo implicado no velho, para sacar dessa união a forma de vida que convenha ao ser humano.

É oportuno sobre as reflexões de Ives Gandra da Silva Martins evocar Chesterton. Para o intrépido polemista e debatedor de paradoxos, "quando o mundo não marcha bem, é sinal de que a Igreja tem razão. A Igreja justifica-se, não porque os seus filhos não pecam, senão porque são pecadores". Sabe o autor, sabemos nós, católicos, que se o homem não tivesse pecado, como vem no Génesis, não haveria necessidade de enviar Deus ao mundo o seu filho unigénito e, no mundo sentindo-o e com ele sofrendo, Cristo fundar a Igreja para lavar as nódoas não raro mortais do pecado que pesa sobre nós outros. Como bom católico, o autor faz desfilar diante de nós, usando estilo claríssimo, sem ornatos académicos, os problemas que o preocupam ou que o atormentam, atormentando a todos nós, sensíveis aos impactos usos e costumes, nas relações sociais, nas nacionais e internacionais, no plano da economia interna e externa, nas chancelarias, nos Ministérios, nas Câmaras representativas, nas Assembleias, enfim onde têm curso as actividades humanas. Ives Gandra da Silva Martins escreveu este livro para cumprir um dever, o enorme, o imenso dever do cristão plenamente imbuído das lições do catecismo calcadas nas Escrituras.

Dotado de capacidade louvabilíssima de síntese Ives Gandra da Silva Martins examina, focalizando-os, os principais problemas do nosso tempo. Não deixou um só fora da sua análise. Focalizou-os, destrinçou as suas contexturas e nô-las ofereceu com a sua crítica segura. Do homem Cro-Magnon ao homem cibernético, o autor traça a linha de mudança operada pela revolução tecnológica. São as submissões cada vez maiores a esse imperialismo subtil e inexorável do computador sobre a pessoa humana. Estamos, inegavelmente, todos

nós presos ao sortilégio do tecnológico, nas suas múltiplas acepções. Quem de nós se dispensa da televisão? Quem de nós prefere hoje a máquina de escrever ao teclado digital? Somente os que não querem aprender ou já se consideram ultrapassados. Seremos escravos? Não. Simplesmente adaptamo-nos aos novos tempos, com esse envolvimento imposto pela tecnologia a todos nós no mundo contemporâneo e, prospectivamente, no mundo que se abre diante de nós, anunciando o terceiro milénio. Mas temos de nos defender para não nos entregar submissos a esse tremendo domínio.

Do princípio das nacionalidades, manifesto em cerca de duzentas nações, que emergiram do processo da descolonização, da irrupção da Ásia e da África políticas no cenário mundial ao abalo na estrutura da família; do Estado democrático às questões económicas e até mesmo a uma área a meu ver utópica, o Estado Universal, Ives Gandra da Silva Martins estendeu a sua visão, dando-nos o essencial dos seus julgamentos.

É toda uma vastíssima panóplia de problemas provocando-nos, sem que, a rigor, saibamos como enfrentá-los para resolvê-los. Este livro oferece-nos chaves, todas moldadas na melhor doutrina, a cristã, à qual sua fidelidade é sem jaça. Este é, portanto, o livro que na sua simplicidade de estilo nos revela o erudito, o culto estudioso dos problemas da pessoa, da família, das sociedades, das nações e do mundo inteiro.

O autor preparou-se para múltiplas actividades, exercendo-as com modelar solicitude, eficácia e senso do dever, mas, sobretudo, preparou-se para distribuir o que sabe – e é muito – aos seus, aos nossos semelhantes.

Tem vida cristã exemplar Ives Gandra da Silva Martins. Inspirado no exemplo dos seus venerandos pais, apoiado na doce companheira, com a qual partilha a vida, frequenta os sacramentos com assiduidade preceitual. Ives Gandra da Silva Martins, católico admirável, deve ser incluído na galeria dos moralistas teológicos que vêm defendendo, através das idades, o depósito da Revelação. A crise difusa, abrangente,

ampla que se estende como um pálio tóxico sobre a humanidade, sempre encontrou nos moralistas, forjados na sã doutrina da Santa Madre Igreja, os paladinos da virtude sem as quais as sociedades, nas nações se afundam irremediavelmente na decadência. Ensina a Igreja docente que a "norma da moralidade é a lei eterna, considerado como intelecto divino". Os grandes moralistas, do passado à Idade Moderna, sobretudo a partir de Leão XIII, até esse pontífice *bons serie*, que é João Paulo II, sempre, evidentemente, souberam que pagamos pesadíssimo tributo ao pecado original, mas sabendo-o ensinaram que pela oração, pela caridade, pelo amor ao próximo podemos nos redimir e, connosco, redimir vastas faixas humanas e, como fizeram os santos do hagiológio católico, até mesmo a humanidade enquanto as suas lições não forem esquecidas. Como ardoroso moralista, nesse expresso e religioso sentido, Ives Gandra da Silva Martins é um lutador pela liberdade da pessoa, como ficou patenteado nas suas reflexões neste livro e patenteado está em toda a sua obra, na sua luminosa vida. Este livro é uma crítica do nosso tempo, é, por isso mesmo, uma apologia das virtudes que devem ornar a pessoa humana. Escrito, como o próprio autor o afirma, em estilo coloquial, sem a preocupação universitária dos argumentos da autoridade e das fontes bibliográficas, este livro vai satisfazer ao interesse dos leitores – que sejam inúmeros – pelo exame dos gravíssimos problemas de nosso tempo, do Brasil, do mundo em crise, da família fracturada, da fé cambaleante. Não poderia ser mais oportuno.

João de Scantimburgo
da Academia Brasileira de Letras

APRESENTAÇÃO METODOLÓGICA

Desde 1973, coordeno, no Centro de Extensão Universitária, cursos, congressos e simpósios sobre direito constitucional, tributário, económico e natural.

Depois que a entidade foi reconhecida pelo Ministério da Educação, sendo a primeira a manter cursos regulares de pós-graduação *lato sensu* em direito sem possuir cursos de graduação, instituiu-se o costume de promover encontros regulares dos pós-graduados da entidade, que defenderam dissertação para obtenção de grau de especialista perante banca examinadora de professores da Casa, para a reflexão de temas polémicos no direito fiscal. Essa actividade veio, então, somar-se aos conclaves anuais de tributaristas de todo o País, já sediados pela entidade desde 1975, com a realização do II Congresso Interamericano de Tributação, sendo que há 16 anos o Ministro José Carlos Moreira Alves do Supremo Tribunal Federal abre os Simpósios Nacionais de Direito Tributário.

A par de tais colóquios para meditação académica, a partir de 1995 o Centro passou a reunir grupos de quinze estudiosos do direito, sob a direcção do Professor Marco Aurélio Greco, dedicado a pesquisar temas não suficientemente estudados, ou que mereçam ser repensados, abrindo leque de indagações e propostas jamais vistas no País.

Nestes encontros – cada tema é estudado durante um semestre –, que me cabe abrir, utiliza-se o eminente coordenador da técnica de situar-se o profissional perante o tema proposto de maneira descompromissada com o que já se estudou sobre ele, cotejando os fundamentos legais

dos institutos com a evolução jurisprudencial verificada no Brasil e em outros países, de maneira a formular, a partir desses dados, sempre que possível, uma nova abordagem do tema, mais afinada com o momento actual. Desta maneira, traz cada participante do grupo de estudos valiosa contribuição, na medida em que, exposta a sua posição, que é comparada com a doutrina nacional e estrangeira e com a dos diversos participantes, passa-se á discussão sobre a temática, com criatividade pouco comum em cursos de pós-graduação, visto que, na metodologia tradicional, fatalmente a influência da cátedra termina por condicionar o raciocínio dos integrantes do grupo.

Consegue o Professor Marco Aurélio Greco manter neutralidade suficiente, nestes debates, para não influenciar a exposição de cada um, apenas ao final do curso apresentando as suas posições e a elas acrescentando as dos demais.

A riqueza do diagnóstico académico, em temas como "Capacidade contributiva", "Elisão e evasão fiscal", "Inconstitucionalidades em matéria tributária", denotando reflexão de que não se encontra similar no cenário académico actual, é que me levou à ideia, incentivada pelo amigo Guazzelli, de escrever este opúsculo sobre o desafio da viragem do século, à luz da minha particular visão dos problemas políticos, económicos, sociais e jurídicos, que afligem a humanidade.

Ao contrário de todos os meus escritos, em que tenho sido criticado por excesso de referências e notas de rodapé, nestas linhas, pretendo apenas expôr a minha particular visão, assim como inquietações, propondo, ao final, algumas sugestões para se enfrentar o drama da conjuntura.

Apresento, de forma absolutamente pessoal, o que penso do mundo actual e do meu país, sem nenhuma preocupação de produzir trabalho científico, mas apenas de tecer considerações sobre a actualidade.

Adopto, pois, a técnica dos cursos que dirijo no Centro de Extensão Universitária, que objectiva, principalmente, despertar a criatividade dos alunos apenas, desta vez não tendo, como têm eles no Centro, a visão rectificadora do professor titular.

Esta visão rectificadora pertence ao leitor.

INTRODUÇÃO

Minha reflexão, neste pequeno livro, é voltada aos desafios que o Brasil e o mundo deverão enfrentar na viragem do século, alguns deles já percebidos e outros apenas com certa visualização de alguns pensadores, em certos espaços fechados, e pela inteligência dos serviços de especialização de todos os países civilizados.

No curso de uma vida dedicada à advocacia, ao magistério do Direito e de Finanças Públicas e à reflexão académica sobre Política, Sociologia e Economia em escritos e conferências no País e no estrangeiro, muitas das preocupações que levantarei no livro são decorrenciais destes 40 anos de debates e detecções de uma realidade que, salvo esforço conjunto da humanidade, parece ameaçar a sociedade e o Estado do futuro, sobre ser deletéria e corrosiva para os valores maiores da pessoa humana.

A formação de espaços plurirregionais e a globalização da Economia entre nações, nos mais variados níveis de desenvolvimento, terminaram por alterar os perfis geopolítico, social e económico do mundo, com traumas, crises e insatisfações crescentes e jamais vistos na história universal.

É interessante notar que, em certos momentos da história, em que o cidadão comum teve voz activa perante o Governo, os problemas não eram menores, nem as garantias maiores, mas um sistema jurídico adequado ofertava soluções possíveis para redução do nível de crises. Quando não, guerras convencionais ou revoluções intestinas moderadas permitiam a retomada da normalidade. Assim é que as Repúblicas Ateniense e Romana serviram de primeiros reais cenários para o

exercício do direito popular, mais elitista em Atenas, menos em Roma, apesar de ambos os regimes políticos conviverem com a escravidão em nível acentuado. Houve, todavia, nos respectivos períodos, liberdade de expressão inédita, até a falência institucional que terminou por ceder campo à formação do império macedónico na Grécia, logo em seguida tripartido (as monarquias dos lágidas, seleucidas e aqueménidas), e dos dois triunviratos que desaguaram no Império Romano.

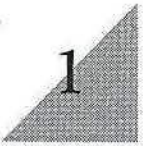
Os problemas actuais, todavia, superam as forças da conformação jurídica possível, visto que o insolúvel problema do desafio entre o avanço da tecnologia e a redução de empregos, assim como de aumento da população e da longevidade, aliam-se à elevação do padrão cultural do homem universal, factores que geram e gerarão conflito social permanente, que a economia, o direito e a política, com os instrumentos actuais, não têm condições de equacionar.

Por outro lado, a competitividade entre nações, que a formação dos grupos de países não conseguirá eliminar e que implicará redução constante de empregos, terminará por desorganizar as finanças dos Estados, acarretando a necessidade de medidas que poderão não passar, necessariamente, pelo respeito aos direitos conquistados, mas não garantidos, como afirma Bobbio, no século XX.

Tal gama de problemas e crises, em que a força do Estado tenderá a prevalecer sobre os direitos dos cidadãos, poderá abrir espaço para um Poder Político mais forte – e também não necessariamente democrático – para enfrentar os problemas do conflito social iminente.

Em outras palavras, as mesmas sementes de desagregação social ocorridas no fim da República Romana estão plantadas na abertura do século XXI, em dimensão incomensuravelmente maior, o que poderá propiciar, aproveitando-se as estruturas da formação dos blocos como União Europeia, Nafta, Mercosul, o aparecimento de um Estado mais forte e menos respeitador dos direitos individuais, para enfrentar uma crise social inédita no passado, para a qual nem a economia, nem o direito actuais têm terapêutica adequada.

Espero que as reflexões que farei neste livro, em linguagem mais coloquial que académica, possam levar a um debate mais amplo e um diálogo mais construtivo sobre o futuro do homem, no nosso país, podendo o meu pessimismo vir a ser fulminado por soluções mais inteligentes do que as que visualizo no porvir imediato, voltando o "choque do futuro", que vejo "sem futuro", a ter perspectivas favoráveis.



1

O DILEMA ACTUAL

1.1 OS ESPAÇOS PLURIRREGIONAIS

Estamos chegando a quase 200 países independentes no mundo actual. Muitos deles, até à Segunda Guerra Mundial, não existiam, pois carecendo da soberania própria, que conforma o perfil de um Estado, não podiam ser reconhecidos no concerto das nações.

O seu desenho político actual, todavia, poderá não permanecer nos próximos anos, como não existiu no passado.

Nos nove mil anos de história conhecida a partir de Jericó, cujos muros desenterrados datam deste período, a conformação das nações modernas, conforme os choques naturais, étnicos e políticos, ganhou, como as núvens nos céus, as mais variadas esculturas, dimensões e grandezas em curtos períodos de tempo, mesmo à época dos grandes impérios.

Com efeito, os grandes impérios conhecidos tiveram fronteiras variáveis, em toda a sua história, mesmo um dos mais duradouros, que foi o romano, desde a sua fundação em 753 a.C. até sua extinção, no Oriente, em 1493 d.C.

Os egípcios, que foram dominados pelos hicsos durante centenas de anos e que eram protegidos por uma fronteira natural, também não mantiveram o mesmo perfil geográfico em toda a sua existência independente. No Alto, Médio e Baixo Impérios, foram dominados por macedónios, mesmo após a morte de Alexandre, quando da formação da tríplice separação do espólio do filho de Felipe e, posteriormente, pelos romanos.

A Índia, nem mesmo com Asoka, teve unificação completa e a China, que chegou a ser império no período dos "reinos combatentes", viveu uma pulverização de reinos, não tendo, em seu período de maior estabilidade, fronteira certa. Na era cristã, recebeu impactos cada vez mais sangrentos dos mongóis.

No Oriente Próximo, a realidade foi a mesma. Elamitas, sumérios, assírios, hititas, mitanianos, persas sucederam-se com contornos variados em suas conquistas e dimensões, a maior parte das vezes com integração de reinos ora dominados, ora independentes.

Não falo da Grécia antes do helenismo ou mesmo após, pois o próprio fenómeno da Cidade-Estado e as Confederações, que se fizeram e desfizeram, são provas inequívocas desta instabilidade geopolítica.

Os sucessivos aparecimentos de povos e raças novas justificando os impérios conhecidos, inclusive o romano, e o esfrangalhamento de uma concepção jurídico-política, após a queda do império ocidental, no século V D.C., mostraram uma Europa dividida, em que os Estados nasciam e morriam em função das famílias detentoras do poder mais do que de suas reais conformações políticas.

E se a África do Norte, com a explosão do povo árabe maometano, ofereceu, em certo momento, a impressão de unificação, o fenómeno não foi distinto do que ocorreu na Europa com as famílias e as raças diversas formatando o perfil de cada Estado, se é que se possa usar o vocábulo "Estado" para a época medieval.

Mesmo após a unificação da Espanha, o fortalecimento da França, a formação dos Países Baixos, a manutenção de algumas repúblicas italianas, o crescimento da Inglaterra e o fenómeno cultural da renascença, o contorno político das nações foi sendo alterado, conforme os choques étnicos, religiosos e políticos, visto que a Reforma gerou um novo choque antes concernente à Inquisição.

Nem se diga que a revolução francesa e o surgimento do moderno constitucionalismo americano trouxeram estabilidade às fronteiras dos Estados, pois, no século XIX, as guerras napoleónicas, as unificações da Alemanha e da Itália foram sementes dos dois grandes conflitos do século XX, cujas raízes se encontravam no novo desenho político da Europa do século XIX.

No século XX é de se lembrar que o maior país da Europa Ocidental se desfez (Império Austro-Húngaro), tornando-se a remanescente Áustria uma das menores nações da Europa, hoje com pouco mais de 7 milhões de habitantes. A Jugoslávia, formada por seis nações diversas, inclusive com parte do espólio do Império Austro-Húngaro, desfez-se em plena década de 90. A imensa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi pulverizada, restando apenas

intacta a Rússia, mas com problemas políticos e contestações internas de difícil solução.

Países há centenas de anos unificados ainda sofrem contestações, como a dos bascos e dos catalães, na Espanha. Nem consegue o próprio Império Britânico deixar de enfrentar problemas sérios com os países que formam a Grã-Bretanha, em que a questão irlandesa não é a única.

E nem falo da Ásia e África, onde a presença inglesa foi esquecida tão logo libertados os países sob o seu domínio e a francesa sequer lembrada, estando em seus estertores a presença portuguesa, nos países que se independentizaram após 1974.

O mundo político do fim do século XX, com quase 200 nações soberanas, tem um perfil que nunca teve e que, certamente, não se manterá no século XXI.

É que, após a Segunda Guerra Mundial, o movimento separatista chegou a extremos nunca vistos, com o aval e a garantia dos organismos internacionais um pouco mais fortes do que seus antecessores antes da Segunda Guerra Mundial, em que a sociedade das Nações foi o fracasso mais notório.

Ora, o aspecto interessante desta independência de nações, grande parte delas sem condições de auto-sobrevivência, ocorreu na segunda metade do século XX.

É que a universalização dos problemas mundiais e a interligação cada vez maior dos povos, com a facilidade de comunicações de todas as espécies, terminaram por gerar dois tipos de movimentos, um no sentido de multiplicação de Estados novos e outro no de concentração de esforços plurirregionais para sua sobrevivência, com redução da soberania dos Estados e da sua própria autodeterminação.

Em outras palavras, em busca de sobrevivência, os Estados recém-criados passaram a ter de procurar a criação de espaços plurirregionais, cuja postura jurídico-política, neste fim de século, tem na União Europeia o seu modelo mais avançado.

A formação de espaços plurirregionais, que começaram a partir de tratados tarifários e acordos de livre comércio até à união política

futura, corresponde ao oposto do conceito de soberania, superexaltada pelos povos após a Segunda Guerra Mundial.

Vale dizer, o momento em que as nações mais aplaudiram os conceitos de soberania, independência e livre determinação dos povos correspondeu, também, ao momento em que os grandes países começaram, na Europa, a perceber que uma soberania subordinada à comunhão de interesses de variados matizes é o caminho para a sobrevivência.

O problema chega a tal ponto que os juristas hoje discutem se a União Europeia é uma Confederação de países ou se já se transformou numa Federação, pela subordinação dos orgãos internos das nações participantes aos orgão comunitários.

A formação dos espaços plurirregionais é a grande novidade do Estado político do século XXI.

1.2 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

A globalização da Economia é realidade irreversível no momento, que reintroduz, à falta de uma política social de carácter mundial, o capitalismo selvagem. Levam vantagem, na globalização da Economia, as nações desenvolvidas, na medida em que a detenção de tecnologia mais avançada permite colocar os seus produtos, em todo o globo, com qualidade superior e preço inferior aos produtos dos países menos desenvolvidos.

Estes compensam a sua perda de competitividade interna e externa com a degradação das condições dos que trabalham, enquanto buscam o mesmo nível de robotização dos países mais desenvolvidos. Com estruturas governamentais menos ágeis, menos técnicas e menos políticas, tais nações geram, no seu comando, a junção de burocratas medíocres com políticos corruptos e voltados aos interesses dos que os sustentam, sem a visão dos problemas maiores da Nação.

Por outro lado, as estruturas administrativas são antiquadas, pesadas e não prestadoras de serviços públicos, de tal forma que os déficits gerados por tais países, alguns com carga tributária elevada, como o

Brasil (31% do PIB), esvaem-se nos corredores dos prédios oficiais de governos dedicados apenas à sua auto-sustentação. O retorno de serviços em relação ao que pagam os contribuintes destes países é muito inferior ao de qualquer nação desenvolvida, com o que a sua insuficiência tecnológica e menor competitividade internacional terminam por ser oneradas pela pequena burocracia e pelos governantes sem visão estratégica, desfazendo conquistas, a maior parte delas obtida pelas próprias sociedades locais, apesar dos governos.

A inflação só é combatida, nestes países, por um controlo cambial, que acaba por gerar uma defasagem artificial capaz de mantê-la baixa, assim como por juros elevados, a fim de atrair capitais especulativos e criar reservas objetivando evitar especulações com a moeda, além de tributos acrescidos para sustentar a máquina estatal esclerosada.

Em outras palavras, os países mais desenvolvidos na América Latina (Brasil, México e Argentina) vivem o drama de manutenção de inflação baixa, à custa do sucateamento do parque empresarial, de pesada recessão, elevados juros, tributos crescentes, que terminam por criar um "proteccionismo às avessas", ou seja, protegem os produtos estrangeiros, que entram sem tributos, com defasagem cambial a seu favor e financiamentos a juros menos elevados que os internos.

Por esta razão, tais países venceram, provisoriamente, a inflação à custa de uma reversão dos saldos positivos na "balança comercial" e se alguns deles ainda conservam saldos positivos na "balança de pagamentos", deve-se à entrada de um capital especulativo de alto risco atraído pelas taxas de juros manifestamente compensatórias.

Alegam os titulares da Economia desses países que o sucateamento do parque empresarial antigo é o preço a ser pago para que se obtenha uma renovação com capitais não-especulativos, de tal forma que a renovação do parque empresarial, como ocorreu com a Alemanha e o Japão depois da guerra, será altamente positiva, visto que há um mercado nestas nações não-desprezível.

Ocorre, todavia, que aquela realidade pós-guerra não se assemelha à actual, tendo, inclusive, tais países sido beneficiados pela inexistência

de um orçamento militar, que os aliados foram obrigados a manter de quase 10% do PIB no financiamento da defesa durante a "guerra fria". É bem verdade que o dinheiro colocado na área militar nem sempre prejudicou o desenvolvimento, ao contrário muitas vezes gerando mais desenvolvimento que atraso. Acresce-se que um plano aliado de recuperação dos dois países também os auxiliou a dar o salto de qualidade que deram.

A premissa, contudo, peca pela incerteza de que os capitais especulativos serão substituídos por capitais permanentes e investimentos duradouros, na medida em que a estabilidade jurídica e económica é pré-requisito para investimentos a longo prazo, estabilidade esta, nas duas áreas, ainda precária, na maior parte dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, a globalização da Economia leva à luta selvagem pelos mercados, aos *lobbies* em todos os governos de todos os países e à oferta do melhor e mais moderno produto ou serviço pelo menor preço em todo o mundo.

Têm as grandes nações vantagem considerável na produção de tais bens para a economia mundial, muito embora nelas o custo da mão-de-obra seja consideravelmente maior. A substituição, entretanto, do homem pela máquina vai reduzindo tais custos e aperfeiçoando a produção, com o que essa compactação de despesas com mão-de-obra fortalece as nações mais desenvolvidas, que não são superadas pela criação de espaços económicos plurirregionais em países menos desenvolvidos.

O certo é que, hoje, não se pode mais prescindir dessa competição. Do proteccionismo, que surgiu após o 2º choque do petróleo e que ficou conformado no *Tóquio Round* pelas negociações "gattianas", o mundo partiu para uma competição selvagem, em que os grandes espaços económicos plurirregionais levam vantagem sobre os pequenos espaços ou sobre as nações isoladas, problema ainda não equacionado e sem perspectivas de breve equação.

É de se lembrar que tais nações vivem ainda a busca de uma

estabilidade duradoura, procurando ganhar o direito de ter uma "moeda" estável, o que dificulta, afora os problemas mencionados, a adopção de medidas capazes de incentivar o desenvolvimento sustentável.

A globalização da Economia é, portanto, realidade irreversível nestes próximos anos, mas os efeitos dramáticos que está gerando ainda não foram, sequer, visualizados pelos países em desenvolvimento e não são examinados – pois não lhes interessa – pelos países desenvolvidos.

1.3 A DIMENSÃO TECNOLÓGICA

Reitero o que disse na apresentação. Este é um livro de mera reflexão pessoal e coloquial, em que faço questão – ao contrário de todos os meus escritos académicos, muitas vezes criticados por excesso de citação de terceiros – de apenas apresentar as minhas reflexões sobre o mundo actual, como o vejo e os problemas que visualizo, ainda sem solução.

Um deles é a dimensão tecnológica. A tecnologia avançou de tal forma que, ao se constituir na grande conquista da inteligência humana, se transformou, também, no seu grande algoz. A dimensão tecnológica permitiu à máquina pensar em velocidade ciclópica muito superior à do homem, podendo, a qualquer momento, ganhar raciocínio autónomo, quando será incontrolável.

A máquina é geradora de conflitos psicológicos intensos, em relação à parcela da humanidade, cuja inteligência está aquém do desafio ou cujo conhecimento nunca atingirá a celeridade do seu desenvolvimento, criando tensões mesmo para os que acompanham tal evolução, assim como distorções biológicas, em que o stress exerce papel desestabilizador.

A máquina, por outro lado, substituiu o homem com indiscutível superioridade em todos os trabalhos manuais ou em série, a fim de facilitar as administrações, tornando desnecessário o trabalho dos

escribas e dos funcionários clássicos de escritório. As empresas robotizadas não precisam de empregados senão para supervisionar a actuação das máquinas que, por enquanto, por serem "não-autónomas", não reivindicam aumento de salários, nem geram encargos sociais, nem fazem greve.

A máquina, portanto, é um empregado dócil, eficiente e melhor do que o humano por errar menos. E os homens que as supervisionam conseguem detectar, ao primeiro defeito, os erros da ineficiência e corrigem-no a tempo, na grande maioria dos casos.

Por outro lado, o avanço tecnológico é fantástico. Dos 15 biliões de anos do Universo, dos 5 biliões da terra, dos 4 biliões da vida, dos 2 milhões e meio de anos do primeiro primata erecto, aos 50 000 anos dos neandertalenses para a civilização de Cro-Magnon às primeiras manifestações artísticas de 25 000 anos atrás, até os 9 000 anos de Jericó, a evolução da vida foi surpreendente e a do *homo sapiens*, a partir do seu surgimento, mais ainda. Mas, da descoberta do fogo, dos primeiros instrumentos fabricados até às grandes caravelas dos portugueses, há um salto infinito e admirável. Assim, dos primeiros 6 000 anos de história narrada até aos últimos 500 anos, evoluiu o homem fantasticamente, mas de forma mais lenta e modesta. Os alicerces, porém, criados para tal progresso, permitiram um avanço de qualidade das caravelas, que propiciaram as grandes descobertas, ao *Sputnik* da segunda metade do século XX e de lá (1957) até agora, em apenas 40 anos, a evolução foi de tal ordem que tudo o mais perde consistência.

Hoje, o mundo vive uma tecnologia tão sofisticada que o seu avanço assusta até aqueles que dominam a mais moderna.

Admita-se, por exemplo, que, pelas linhas virtuais (Internet e outras), alguém consiga algum sistema admirável e inédito para paralisar toda a rede de informática de todos os países, todos os controlos de vôo, todos os sistemas de segurança. Bastaria um "génio" louco, capaz de paralisar todos os sistemas simultaneamente, para que o mundo encontrasse um "caos" maior do que aqueles que ocorreram em todos os conflitos mundiais.

E se os sistemas de segurança de todos os países, de todas as entidades, do sistema financeiro, das universidades, das empresas ofertam hoje uma tranquilidade quase absoluta, posto que protegendo-se para todas as técnicas conhecidas de penetração, não se pode garantir, pela própria proliferação de génios (*hackers*) gerados pela informática, que o que é seguro hoje sempre o será.

Mas o problema maior, da dimensão tecnológica e do avanço da máquina cada vez melhor sobre o homem, cada vez menos rápido a acompanhá-la – a criatura se faz cada vez mais superior ao criador – é o desemprego que gera e que merecerá análise no próximo capítulo.

O homem, ao conviver com as máquinas, torna-se "stressado" e precisa acompanhar a sua evolução para sobreviver, visto que os génios que as desenvolvem estão acima do comum dos mortais, que constitui o grosso da população.

Se o problema fosse apenas este, ainda seria administrável. A convivência seria difícil, mas suportável. O que é insuportável é a substituição do homem pela máquina.

1.4 O DESEMPREGO ESTRUTURAL

Em 1980, participava de um encontro nos Estados Unidos promovido pelo Governo Americano em que foram convidadas nove pessoas de nove países diferentes para discutir alternativas económicas para a década de 80, encontro este que durou três semanas e que incluiu debates no Sistema da Reserva Federal, Secretaria do Estado, Secretaria do Tesouro, ONU, BIRD, Banco Mundial, FMI, universidades, empresas, etc.

Na palestra que pronunciei perante os economistas do Banco Central – Distrito de Cleveland, sobre "Inflação e Indexação" – visto que, na visão dos economistas voltados à administração da moeda, esta é a única âncora possível na Economia e no Desenvolvimento, razão pela qual queriam conhecer as técnicas brasileiras de convivência com o fenómeno inflacionário, através da indexação –, ousei afirmar

que o problema da moeda, apesar de relevante, não seria o maior problema futuro, mas sim o desemprego estrutural, em face do avanço da tecnologia, que não era tão facilmente perceptível à época, pois mais voltado, o mundo, ao equilíbrio militar entre as duas grandes potências.

A rigor, apenas na década de 90 a humanidade se deu conta do efeito devastador da tecnologia no nível de emprego.

Antes, grande parte do avanço tecnológico tinha carácter secreto e militar e não havia necessidade de transferi-lo, de imediato, para a sociedade civil, já que o mercado oficial da indústria bélica garantia o seu desenvolvimento.

O término da guerra fria e a queda do muro de Berlim fizeram as potências ocidentais – como afirma Buchanan, prémio Nobel de Economia, em seu livro sobre "Finanças Públicas" – a direccionar aquelas conquistas para a sociedade civil, deixando o segredo militar de ser barreira e passando a indústria bélica a servir, pois, a indústria civil.

Talvez o último grande esforço de tecnologia militar não-disponível e intransferível à época se tenha dado durante a Guerra do Golfo. A partir de então, à falta de inimigo dos interesses económicos do Ocidente, tal tecnologia tem sido endereçada à sociedade comum.

A globalização da Economia como um todo gerou a necessidade de uma competição sem precedentes, nem limites e tampouco escrúpulos, estando os nacionais de cada país desenvolvido a incentivar a exportação da sua produção. Esta termina invadindo os países menos desenvolvidos e em processo de estabilização monetária, que não reúnem condições de concorrer com tal invasão, sobre utilizarem-se, para manter pelo menos a sua moeda estável, de diferenças cambiais corrosivas para o parque industrial autóctone.

À nitidez, o avanço tecnológico cria, em todos os países do mundo, redução dos empregos disponíveis, embora gere economia paralela, informal e sustentável para absorção de mão- de-obra que não tem mais lugar na empresa regularmente constituída.

O desemprego estrutural é hoje uma realidade que os Estados neocapitalistas não podem equacionar, com risco de perderem

competitividade, e os Estados socialistas, quando o fazem, como na China, fazem-no à custa de uma profunda redução da dignidade humana e das condições de trabalho, não muito distintas dos campos de concentração ou de prisões domiciliares, em que o preço que se paga pelo trabalho do preso é em espécie e reduzido a vestuário, alimentação e alojamento rudimentar.

O desemprego estrutural tenderá a crescer com o avanço da tecnologia, não tendo os Estados ainda conseguido um sistema eficiente capaz de reverter essa realidade.

Por outro lado, a mão-de-obra temporária passou a ser o elemento de transição entre o emprego, que dava garantia e permitia ao cidadão dar em troca dedicação e fidelidade à empresa, e a instabilidade de um trabalho provisório, sem garantia de que outro trabalhador, surgindo para substituí-lo, o faça por remuneração mais precária.

Ninguém mais está tranquilo no seu emprego. E quem vive no trabalho temporário, vive as agonias próprias de um trabalho incerto, que desencadeia grande parte dos problemas psíquicos, biológicos, familiares, de comportamento e sociais que inexistiam no século XIX nas dimensões actuais.

Os países menos desenvolvidos, por outro lado, acrescentam a este problema o desemprego circunstancial, decorrente de políticas de ajuste monetário e recessivas, que tornam mais dramática a realidade da sua população do que a de muitos países.

A isto se adiciona o sistema de seguro-desemprego, que, nestes Estados, é também menos evoluído que nos países desenvolvidos, gerando, portanto, um agravamento da questão.

Não se pode, por fim, desconsiderar que os encargos sociais sobre as empresas levam, nas nações em que são pesados, à busca de solução tecnológica, se a empresa tiver condições de buscá-la, ou à economia informal para fugir ao ónus que elimina competitividade. Esta mão-de-obra informal, sem qualquer plano de segurança social, perfila um processo natural de sonegação tributária, em face da marginalidade da solução.

Nos países que convivem com esses dois tipos de desemprego – o estrutural e o circunstancial – a dantesca situação é acrescida de um Estado cada vez mais voltado para os detentores do poder e para os que o servem, levando o cidadão comum, muitas vezes, a pior condição do que a dos escravos da gleba na era medieval.

"Decifra-me ou devoro-te" é o dilema da Esfinge do século XXI para todas as nações, pois no cerne do desemprego está toda a tensão social que pode abalar as instituições jurídicas, políticas e sociais de qualquer nação.

1.5 OS DESNÍVEIS DAS NAÇÕES

Anualmente, os chefes dos sete países mais fortes do globo reúnem-se para discutir os problemas do mundo, prescindindo da presença das outras mais de 160 nações. Na última reunião, permitiram a presença do Presidente da Rússia, como deferência, mas não para buscar soluções para os problemas internacionais, pois que se auto-outorgam o direito de decidir como melhor lhes aprouver.

Estes países examinam as questões mundiais, os problemas económicos, as tensões que os podem atingir e formulam política a ser imposta, pela persuasão ou pelas sanções económicas, às vezes, pela via militar, aos demais países.

Dominam o mundo. Falaram em "proteccionismo" em Tóquio, quando, em 1979, a OPEP e os países produtores de petróleo aumentaram o preço do barril para 30 dólares. Voltaram a enaltecer a "competitividade comercial" quando demoliram a força da OPEP. Intervieram militarmente na guerra do Golfo no momento em que havia o risco de o genocida Saddam Hussein explodir os campos de petróleo da Arábia Saudita e, em 24 horas, desmontaram a máquina de guerra de *video game* do tiranete iraquiano. Como não havia nenhum interesse económico de monta na Bósnia, deixaram que os países degladiantes se esvaíssem em sangue e violência, durante anos, até que, através da ONU e de algumas sanções prometidas, conseguiram

paz temporária, mais fruto da intervenção da Croácia, no conflito entre sérvios e bósnios, do que dos países desenvolvidos.

A ONU foi mero instrumento das grandes nações na Guerra do Golfo ganha pelas potências ocidentais e não pela ONU. A ONU foi incompetente, à falta de apoio dos grandes países, no conflito na desmembrada Jugoslávia.

Tais países vêem o mundo pela perspectiva dos seus nacionais, dos seus interesses, da sua força, do seu predomínio, decidindo, de acordo com os seus próprios objectivos, que podem ser mais ou menos úteis ao resto da humanidade.

O resto do mundo serve de reflexão para os sete dirigentes mundiais, como os países dominados por Roma serviam para seus imperadores, visto que quem manda na ordem mundial são os sete e mais ninguém.

Os demais países podem, no máximo, perturbar. Conforme o nível de interesse das sete maiores potências, alguns terão condições privilegiadas por uma fidelidade, que se revele útil em determinada circunstância, outros pela abertura que permita a expansão do comércio internacional, outros, ainda, por estrategicamente servirem de escudo a eventuais inimigos.

Os seus nacionais são preconceituosos. Os europeus vêem com um ar de superioridade latino-americanos, africanos e asiáticos, criando barreiras ao livre trânsito das pessoas ou à emigração, como uma forma de preservar o seu "imaculado" território da contaminação de povos inferiores.

Os americanos não escondem o seu sentimento de repugnância, que passou dos negros para os latino-americanos, após a integração daqueles, em nível de igualdade, à população do país.

Os canadianos ainda não se puseram o problema em face da imensidão do seu território e da sua baixa população e os japoneses são suficientemente subtis para esconder este preconceito de forma enigmática, própria dos orientais.

O certo é que a política e o comércio mundial são decididos por sete países, à revelia do mundo, e aplicados, por técnicas, as mais variadas, a todos os demais, segundo as conveniências do momento.

À evidência, a crise que se avista para o século XXI – em que os países considerados inferiores terão tal nível de problemas e tensões que os terminarão fazendo explodir no cerúleo universo dos sete grandes, inclusive aquelas nações que, de alguma forma, a eles se ligam, como o México, no Nafta, ou outros da União Europeia – está a preocupar os líderes mundiais, principalmente quando percebem que não podem controlar grande parte dos detentores do dinheiro, que giram 13 biliões de dólares nos mercados especulativos do mundo, à margem do poder interventivo dos "Big Seven".

Por outro lado, o terrorismo, o narcotráfico, a radicação, durante anos, de emigrantes, cuja prole é sempre mais numerosa que a dos europeus e americanos, com possível mudança do perfil étnico da Europa e dos Estados Unidos no próximo século, são outros problemas sobre os quais as suas deliberações e políticas nem sempre produzem o resultado desejado.

Não cogitam, todavia, tais países de uma política de maior integração decisória, embora depositem esperança numa integração comercial de grupos como Mercosul, U.E. ou Nafta, sempre sob o seu controlo.

O certo, porém, é que o nível de problemas é de tal ordem que a integração fica como mero programa futuro, a ser examinado pelo poder absoluto na formação de políticas mundiais, que o Grupo dos Sete detém, quando assim o desejar.

Quanto tempo tal controlo durará é a pergunta do presente para ser respondida no futuro.

1.6 AS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

O político no curso da história é um ser inconfiável. Em todos os períodos históricos, em todos os espaços geográficos. O político quer o poder pelo poder e raramente tem uma visão de estadista. O mundo abunda em políticos e carece de estadistas e o político não tem a preocupação com o povo que representa, mas com a sua

manutenção no poder, que poderá, inclusive, dar-se pela falsa impressão que transmite de ser um homem interessado no povo.

O político, na grande maioria dos casos, não está interessado no povo. O povo é apenas o degrau necessário para assumir o poder. Por isto, a sua função maior é atingir o adversário, que procura, como ele, o poder, buscando mostrar ao seu eleitor, nos regimes democráticos, que ele é bom e que o outro é mau para, na ilusão que possa passar ao incauto representado, obter a sua indicação.

O mundo é feito de políticos sem visão dos problemas mundiais, com pequena visão dos problemas locais e com pouca vontade ética de solucionar tais problemas, se isto implicar perda de poder.

O burocrata não tem perspectiva maior. Chamado de "servidor público", normalmente presta concurso para ter a segurança do trabalho, mais do que para servir, razão pela qual, na maior parte das vezes, serve-se do público, mais do que o serve.

É excepção o burocrata voltado ao serviço do povo que o sustenta, visto que ambiciona o poder tanto quanto o político.

O poder, por outro lado, é necessariamente corruptor. Quem tem o poder, quer dele se beneficiar – e o mais rápido possível – visto que não sabe quanto tempo o deterá. Por esta razão é que nas licitações públicas, no mundo inteiro, uma constante é que o preço pago pelo Estado, por serviços e produtos, é sempre maior que o pago pelo segmento privado, pois o diferencial é o custo da corrupção ou a medida da riqueza de burocratas e políticos.

Os poucos escândalos que terminam surgindo nas imprensas mundial e brasileira não são, sequer, a ponta mínima do *iceberg*, visto que, na esmagadora maioria das vezes, os preços pagos pelo Estado são sempre maiores que os de mercado.

Se as imprensas mundial e brasileira concentrassem uma parte de seu tempo apenas a comparar, nas concorrências públicas, o valor real do produto e do serviço com o valor contratado, ter-se-ia dado um grande passo em direcção à moralidade da Administração e, talvez, o poder viesse a ser menos desejado.

Por outro lado, quem tem o poder faz a legislação permanentemente em causa própria. No Brasil, burocratas e políticos têm proveitos de aposentadoria iguais aos vencimentos integrais que perceberiam se estivessem no trabalho activo, enquanto os pobres representados recebem ridículas importâncias, pois o máximo que o Brasil, por exemplo, lhes garante são 10 salários de referência, o que vale dizer, menos do que o salário mínimo. Legislação *pro domo sua*, que torna Hart um visionário, quando dizia ser o Estado de Direito o Estado em que as leis são feitas pelos governantes para serem aplicadas sobre governantes e governados. No Brasil, elas são feitas pelos governantes para serem aplicadas a governantes e governados, beneficiando os governantes à custa dos governados.

O povo não é representado no mundo moderno, ou o é pouco, visto que a sua opção é votar nos políticos que se candidatam, quase todos com a mesma visão mesquinha de poder pelo poder, não oferecendo grande alternativa aos eleitores.

Por esta razão, os políticos vão muito bem e os desempregados muito mal no mundo inteiro, sem que os primeiros se dediquem a uma busca adequada de solução de problemas, em que a diminuição do tamanho do Estado seria um estupendo caminho. Mas tal diminuição implicaria a redução do poder dos políticos e burocratas e estes são incapazes de se verem sem poder.

O próprio movimento sindical é fraco perante o desemprego e sua força de reacção débil nas crises económicas.

Apenas o protesto violento contra as instituições esclerosadas pode levar alguma reflexão aos poderosos, mas tal protesto termina por gerar mais problemas que soluções e o enfraquecimento das instituições no mundo inteiro é remédio pior que a manutenção deste quadro Kafkaniano.

O certo, todavia, é que a humanidade principia a perceber que a frouxidão moral dos políticos e burocratas, sem visão de estadistas, e a ignorância de questões antecipatórias por parte dos detentores do poder tornam-nos ineptos para enfrentar as tensões políticas e

sociais que se avizinham, não sendo o fenómeno "Fujimori", no Perú, senão uma reacção de um líder com apoio popular contra o incrível descaso dos poderes constituídos aos problemas do povo peruano.

À evidência, a ditadura não é nunca o melhor regime, mas os tristes políticos e burocratas do mundo subdesenvolvido terminam pondo em risco a estabilidade das instituições, que, por outro lado, nunca mereceram, nem merecem dos países desenvolvidos maior consideração, a não ser que os seus próprios interesses sejam prejudicados.

Parece-me, pois, que no século que se avizinha, as tensões sociais tenderão a crescer e a pressionar as instituições, sendo que o comportamento político dos detentores do poder demonstra manifesta incapacidade para enfrentar tal desafio, o que torna o Estado Democrático de Direito uma incógnita para os países menos desenvolvidos no futuro.

A FALÊNCIA DA SUPERVISÃO INTERNACIONAL

2.1 A ONU E OS CONFLITOS REGIONAIS

A ONU é o organismo internacional que substituiu a fracassada Liga das Nações, sendo hoje apenas um pouco menos fracassada que sua antecessora.

Concebida nos estertores da Segunda Guerra Mundial e formalizada a sua criação após o conflito, objectivava, analisados os erros que levaram à falência da Liga das Nações – que teve o apoio teórico de Wilson, mas não dos Estados Unidos – , não incorrer em falhas idênticas, a fim de que servisse de anteparo contra uma presumível Terceira guerra mundial.

Esta deixou de ser problema, como acentuei em meu livro "Desenvolvimento Económico e Segurança Nacional – Teoria do Limite Crítico", no momento em que o poder nuclear mundial se tornou de tal ordem que o mundo poderia, num conflito, ser destruído em questão de minutos. Galbraith ironizou o poder nuclear, dizendo que a luta entre as grandes potências era para reduzir a sua capacidade de destruir o mundo de algumas horas para alguns minutos.

Mais do que a queda do muro de Berlim, o poderio nuclear determinou o fim dos grandes conflitos e, a partir do momento em que o controlo das armas passou a ser discutido directamente entre as nações mais poderosas, a ONU perdeu sentido.

É hoje mantida de forma deficitária e sofre "calotes" permanentes, inclusive das grandes potências, que não cobrem, com as suas quotas, o orçamento da entidade, porque, embora às vezes se possa transformar em instrumento a ser utilizado pelas grandes nações para intervenções regionais de carácter estratégico ou económico, decisivamente já não tem importância como "forum das nações".

É que, a rigor, abrange, actualmente, a ONU todas as nações do mundo e não vale a pena para as grandes potências discutir a estratégia mundial em cenário no qual, fora do Conselho de Segurança, o Burundi vale o mesmo que os EUA.

A Assembleia Geral da ONU é, portanto, um formar de reflexões académicas sobre o mundo, e o Conselho de Segurança, em que as

cinco nações vencedoras da Segunda Guerra Mundial (USA, Rússia, França, Inglaterra e China) têm assento permanente, só é convidado a manifestar-se quando o interesse das grandes nações está em jogo, podendo qualquer uma delas paralisar a decisão da entidade, em face do seu direito ao veto.

A ideia inicial de não permitir que qualquer deliberação, que pudesse pôr em risco a paz mundial, fosse tomada senão com o consenso dos cinco grandes países revelou-se instrumento de chantagem internacional e apequenamento da ONU, seja ao tempo em que a URSS usava e abusava de seu direito de veto, seja, agora, em que a China Continental impõe seu estilo oriental de boicote ao ocidente.

A ONU, portanto, é um organismo que possui os mais variados departamentos para reflexão sobre os problemas mundiais, desde a economia, educação, cultura, política, etc., mas cuja eficácia se tem revelado de fantástica inocuidade.

É de se lembrar que o principal papel da ONU, que seria manter a paz, tem sido um fracasso. No Oriente Médio – dever-se-ia chamar Oriente Próximo –, por exemplo, não conseguiu, em tempos de paz, solucionar os problemas do Líbano, os conflitos israelo-árabes, os problemas africanos, asiáticos ou, mais recentemente, aqueles da Bósnia.

O sucesso da guerra do Golfo não foi um sucesso da ONU, mas dos EUA, que obteve o seu apoio formal e das nações mais fortes para não ficar marcada a intervenção como se fosse americana. Não foi a ONU que ganhou a Guerra do Golfo, mas os Estados Unidos.

A rigor, a ONU é apenas uma instituição internacional sem força nem prestígio, que é chamada a avalizar a política das grandes nações, sempre que o Grupo dos Sete a define, nele não tendo qualquer interferência os países menores, a não ser o direito de gritarem sem ressonância na Assembleia Geral.

Esta é aberta todos os anos por um representante brasileiro, desde a sua fundação, o que tem levado o país a reivindicar um assento no Conselho de Segurança, de forma permanente, reivindicação não aceite por não ser do interesse das grandes nações.

Em resumo, a ONU é uma entidade apenas um pouco menos fracassada do que a Liga das Nações, mas cuja contribuição para a paz mundial é praticamente nula, assim como para a redução das tensões sociais e políticas de grande parte dos países, visto que quem formula a política mundial não é a ONU, mas o G-7, isto é, o "Grupo dos Sete" e o mundo continuará à deriva enquanto não tiver um organismo realmente forte e competente para auxiliar a enfrentar os desafios do século XXI.

2.2 O FMI E OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

A criação do Fundo Monetário Internacional, em Brettons Woods, objectivando dar estabilidade às finanças mundiais, através do organismo internacional de colaboração para atender os países filiados em dificuldades com a administração da moeda, ofertou a impressão de que, após a segunda guerra mundial, a ONU garantiria a paz e o FMI a estabilidade monetária e financeira de todo o mundo.

Paralelamente, ao FMI foi criado um Banco de Fomento Mundial, este voltado a financiar projectos de desenvolvimento de todos os países membros. O tempo veio a demonstrar que o Fundo era um autêntico Banco e o Banco um autêntico Fundo, na medida em que o Fundo mais cuidava da estabilidade monetária e financeira de um país a partir dos mecanismos próprios do sistema financeiro e o Banco transformou-se em verdadeira agência de fomento, com características mais económicas que financeiras, quando não voltado a projectos exclusivamente sociais.

Por que razão teria o Fundo fracassado após 52 anos da sua instalação? Porque a estabilidade obtida por países em desenvolvimento é sempre precária e conseguida à custa de recessão e dificuldades sociais e económicas sérias, grande parte deles sequer ultrapassando a primeira etapa da estabilidade, que é a eliminação da inflação.

Quando tive oportunidade de, em Seminário sobre Reforma Fiscal, debater com Vito Tanzi a política tributária do FMI para países em

desenvolvimento, como pressuposto da estabilidade orçamental, procurei mostrar ao director do Departamento Fiscal da entidade e autor de uma lei económica mundial (o efeito Tanzi da tributação) que não há figurino académico pronto para todas as nações em desenvolvimento e que cada uma traz peculiaridades próprias nem sempre perceptíveis a partir da olímpica Washington, nas bem condicionadas salas da entidade internacional. E apontei diferenças, por exemplo, entre o México e o Brasil sobre o imposto sobre a renda, mostrando que o imposto sobre património aplicado no México para uma conjuntura de fracasso do imposto sobre a renda naquele país não se aplicaria no Brasil, onde o referido tributo é o mais estudado e o mais elaborado do sistema, não necessitando de complementação impositiva, mas apenas de aperfeiçoamento.

Para espanto de todos os presentes ao debate, Vito Tanzi concordou com as minhas colocações, declarando que, na actualidade, o Fundo conhece as suas limitações e se põe, cada vez mais, na postura de que pode auxiliar na formulação de políticas fiscais, mas as regras têm de ser examinadas em face da particularidade de cada país.

O certo é que o Fundo Monetário Internacional não conseguiu impor a estabilidade monetária que todos esperavam. Na União Europeia, tal estabilidade é obtida mais por força dos acordos comunitários, principalmente o Tratado de Maastricht, do que por qualquer interferência do Fundo. Como os Estados Unidos não precisam do Fundo, também não seguem as suas sinalizações, sendo dos mais indisciplinados países no controlo do déficit público, lembrando-se que o seu endividamento correspondente a quase 70% do PIB, o que não traz conforto algum ao FMI. Por não seguir as prescrições da entidade, que não tem a menor influência sobre os EUA, os EUA representam um péssimo exemplo.

O país que, todavia, necessite de aval mundial do FMI – já que os empréstimos da entidade são sempre de pequena monta – para conseguir rotação de dívida ou novos empréstimos do sistema financeiro internacional é obrigado a submeter-se à sua inflexível e

académica postura de combate à inflação e de redução do déficit público para resgatar a moeda.

O FMI é, pois, um guardião não bem-sucedido das moedas nacionais, exercendo menor influência que a política dos tratados plurirregionais.

O certo, contudo, é que após o 1º e 2º choques do petróleo – em que o papel do FMI foi de um fracasso absoluto em relação às nações em desenvolvimento, em face do componente desestabilizador do aumento fantástico do preço do combustível universal, não suficientemente examinado pelo organismo – obteve, a partir da metade da década de 1980, uma certa retomada de influência sobre as nações menos desenvolvidas.

O grande problema é que o FMI não tem a força das grandes nações, não interfere no comércio internacional, não formula políticas desenvolvimentistas, nem controla o capital especulativo mundial, este capaz de desestabilizar o sistema financeiro internacional, se o pânico o atingir, a partir da desestabilização das finanças de alguma grande nação.

Acrescente-se que o FMI não controla os Fundos de Pensão do mundo inteiro, hoje a maior força financeira do Universo, razão pela qual sua *performance*, apesar de melhorada nos últimos anos, ainda é de indiscutível insuficiência, sendo mais um avalista moral de disciplinadas "políticas" nacionais do que um seu planeador. Tanto é verdade que o México, o mais simpático "caloteiro" internacional, sempre obtém aval do Fundo, prometendo seguir políticas, que nunca cumpre. Mas também nunca deixa de prometer.

2.3 OS DESCOMPASSOS REGIONAIS: U.E., NAFTA E MERCOSUL

Os espaços económicos nacionais começam a internacionalizar-se. Desde o Tratado de Roma, mero acordo tarifário mais sofisticado, que serviu de semente para a União Europeia no seu perfil quase

federativo da actualidade, que os países principiam a criar áreas plurirregionais de autoprotecção e mútuo desenvolvimento, a fim de não perderem o rumo da história.

Logo após tal Tratado, em 1961, no Uruguai formou-se a ALALC, cujo rotundo fracasso resultou da fantástica tendência de cada país buscar o máximo de vantagem, à custa dos demais países signatários, pouco se preocupando com o fortalecimento do sistema aduaneiro mais favorecido, o que levou alguns dos países que mal negociaram, no início, a desinteressarem-se pelo tratado de Montevidéu. O mesmo se pode dizer da ALADI, patamar mais desenvolvido de relações internacionais latino-americanas, nem por isto bem-sucedida.

O Mercosul passou a ser o substitutivo natural dos ainda vigentes tratados latino-americanos de medíocre espectro, sendo, pois, o Tratado de Assunção do qual resultou o "mercado comum" do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e Chile como nova esperança de revitalização do comércio plurirregional, embora ainda mera "união aduaneira".

Ocorre que este mercado, formado de 210 milhões de consumidores, tem no Brasil 160 milhões, na Argentina 30 e mais 20 milhões do Uruguai, Paraguai e Chile, desequilíbrio que está gerando alguns problemas próprios de qualquer instalação e, mais uma vez, decorrente da incapacidade negocial do Itamaraty, que, na sua auto-suficiência, prescinde da colaboração activa de empresários nacionais, ao contrário dos demais países que, sabiamente, deles se utilizam.

Em outras palavras, dos quatro países signatários, o Brasil foi o que mais errou, o que acarretou a necessidade de revisão de cláusulas, já no primeiro ano de vigência, como o regime de cotas de carros, mantido na Argentina para os carros brasileiros, sem contrapartida de importação dos carros argentinos pelo Brasil.

Não obstante o aparente sucesso desta realidade comunitária – e o acordo tarifário mais privilegiado (união aduaneira) é o primeiro passo para outras integrações no campo das relações trabalhistas, propriedades industriais, sistema tributário único, além da criação de

orgãos supra-regionais, como Tribunais Comunitários, semelhantes ao de Luxemburgo –, o certo é que ainda a mentalidade que levou ao fracasso real da ALALC e da ALADI não foi afastada dos países signatários, as quatro nações menores interessadas no mercado brasileiro, não ofertando, por outro lado, muitas alternativas para a produção brasileira. Em outras palavras, no Mercosul a potencialidade de crescimento do mercado brasileiro com a integração é menor do que a dos outros três países, o que vale dizer, em momento de aguda recessão, mecanismos de defesa terminarão por colocar em xeque cláusulas do Tratado, não obstante os problemas jurídicos que tais violações provoquem a nível internacional.

Apesar do avanço maior, em todos os campos, da União Europeia, começa-se a perceber que o período de carência para que as nações mais fracas se adaptassem à competitividade comunitária foi insuficiente para ordenar suas economias, habilitando-as a uma concorrência mais equilibrada. Em Portugal, Espanha e Grécia, já há sensíveis descompassos, como, por exemplo, a redução da produção de vinho português imposta em 1994, para permitir que outros produtores comunitários tivessem participação do mercado.

Por outro lado, o Parlamento Europeu e o Tribunal de Luxemburgo terminam criando regras que os países são obrigados a atender – e os últimos que entraram na União Europeia não tiveram sequer o direito de discutir o que já fora estabelecido –, reduzindo, em assuntos comunitários, os poderes locais a poderes vicários do sistema plurirregional.

É bem verdade que, graças à Comunidade, pôde a Europa resistir às leis de livre comércio de produtos agro-pecuários, tema que durante anos foi objecto de discussão no denominado "Uruguai Round", pois não tinham os países europeus condições de concorrer, nesta matéria, com os países latino-americanos ou mesmo com os Estados Unidos. Só cederam, na sua posição de intransigência, quando obtiveram contrapartida em outras áreas em que seu poder competitivo era maior, o que vale dizer, a comunidade soube fazer valer a vantagem de um

PIB conjunto semelhante ao americano. No Brasil, lamentavelmente, o Ministro Ciro Gomes reduziu, em três dias de seu Ministério, a alíquota de importação de 13 000 produtos, sem procurar contrapartida, criando problemas de renegociação difícil, quando o país teve que elevá-la.

O certo, porém, é que os problemas dos desníveis regionais dentro destes espaços comunitários começam a aflorar, tendo sido exemplo evidente de tal realidade a crise mexicana de fim de 94, começo de 95, que demonstrou não ser o NAFTA, ainda, o espaço comunitário ideal para uma nação menos desenvolvida.

Há muito que fazer para tornar tais espaços multirregionais um instrumento de real desenvolvimento e não de atritos e descompassos económicos.

2.4 O TRATADO DE MAASTRICHT E A MOEDA CLÁSSICA

O Tratado de Maastricht, entre suas disposições fundamentais, cuida da criação de uma moeda europeia e de um único Banco Central.

O modelo desejado é o do "BundesBank" alemão, que cuida da protecção da moeda mais do que do sistema financeiro. Este deve ser protegido por uma Comissão Especial que dele cuida, mas nunca pelo guardião da moeda. A função dos Bancos Centrais deveria ser apenas a protecção da moeda.

A Academia Internacional de Direito e Economia, no mesmo estilo do Tratado e do sistema alemão, apresentou um projecto de lei complementar à presidência da República, objectivando repensar as funções do Banco Central e torná-lo apenas guardião da moeda no Brasil e não mais fiscalizador do sistema financeiro, criando-se uma Comissão do Sistema Financeiro semelhante àquela dos Valores Mobiliários.

Com ampla aceitação pelo Presidente Itamar Franco, tal proposta foi arquivada nos corredores do Banco Central, pois a retirada do

sistema financeiro da alçada da instituição terminaria dando maior autonomia para controlar a moeda, mas haveria uma perda sensível de poder daquele órgão quanto ao controlo do sistema financeiro.

E, por ser o sistema financeiro um elefante branco no Banco Central, este dedica a maior parte de seu tempo ao seu controlo e muito pouco ao controlo da moeda, gerando inúmeros problemas não solucionados, como a crise da Banca Brasileira está a demonstrar.

É que, nestas circunstâncias, o Banco Central é obrigado a agir ora tecnicamente, ora politicamente, não tendo independência, nem autonomia para controlar a moeda ou o sistema.

Na Alemanha, onde o sistema funciona admiravelmente bem, depois das duas hiperinflações (23 e 48), o Banco Central é apenas um órgão técnico que cuida exclusivamente da moeda. Por isto funciona.

No Brasil, longe está de cumprir suas funções, não obstante o sucesso temporário do Plano Real.

Ocorre que o objectivo maior do Tratado de Maastricht, que é o de permitir condições para a criação de uma moeda de pagamento europeia e não apenas escritural, é utópico, parecendo-me inviável o seu sucesso.

De início, porque a estabilidade monetária pressupõe a estabilidade orçamental e financeira de todas as nações comunitárias, estabilidade esta que depende do peso da burocracia, do nível de desenvolvimento, da carga tributária e do emprego, variáveis cada vez mais complexas no controlo das finanças públicas de todos os países.

Cada vez mais uma correcta política orçamental, que permita o controlo do déficit público e do endividamento estatal, é problemática, principalmente em face da falência do Estado do Bem-Estar Social, que termina afectando as finanças de todos os países, desenvolvidos ou não.

Por outro lado, o crescimento do endividamento público em todas as nações, que não só gera uma crise de confiança em virtude de manobras cada vez mais sofisticadas dos governos do Grupo dos Sete,

é um factor que acaba por dificultar a criação de uma moeda estável e universal, lembrando-se que, mesmo na União Europeia, onde deverá ser adoptada para alguns países mais evoluídos já no fim do século, não vigorará em toda a comunidade e nem é certo que possa ser mantida estável nos países em que for implantada, em face dos problemas peculiares de suas instituições burocráticas.

É de se lembrar que a moeda estável depende de um controlo inflaccionário que está na essência do controlo do déficit público e do endividamento, realidades de mais difícil alcance, na conjuntura presente.

É de se lembrar, também, que ao menor sintoma de descontrolo orçamental, a velocidade de circulação da moeda tende a crescer, tornando a equação de Fischer

$$P = \frac{MV}{T}$$

mais uma vez uma verdade preocupante. Se a quantidade de moeda ou a sua velocidade de circulação crescer, mantendo-se estável o volume de transacções, o nível de preços tende a crescer, pressionando a inflação.

Neste quadro, há de se considerar que, para manter uma moeda plurinacional estável – e não falo dos DES (Direitos Especiais de Saque), moeda apenas escritural entre as nações –, o poder interventivo dos orgãos internacionais deverá ser cada vez mais poderoso, gerando, nos governos ou países em que tal moeda for adoptada, tensões proporcionais aos desequilíbrios, que poderão reflectir-se em alterações políticas e sociais de monta e, eventualmente, ruptura de instituições.

Entendo cada vez mais complexa a questão da universalização da moeda, mesmo em espaços plurinacionais reduzidos, em face da complexidade corrente da conjuntura integrativa e dos problemas que níveis diferentes de inflação podem acarretar.

Não acredito no sucesso, nem mesmo na União Europeia, de uma moeda única (ECU), tendo sérias dúvidas – a não ser que se crie um

Estado Universal cada vez mais distante – de que isso seja possível no século XXI, mesmo considerando os avanços amalgamadores do mundo no final do século XX.

2.5 A PROPRIEDADE INTELECTUAL E A INFORMÁTICA

A Guerra do Golfo foi feita com controlos remotos, à distância dos campos de batalha, sem chances de defesa para Saddam Hussein, que não tinha qualquer sistema mais moderno para enfrentar a avalanche tecnológica que se despenhou sobre o Iraque.

Cada vez mais os países lutam para ter informação, capacidade de processá-la celeremente e de guardá-la dos demais concorrentes. A luta pela protecção intelectual é uma constante no direito mundial, sendo promovida pelos países que dominam a tecnologia para impor sobre aqueles que não a detêm e temem ficar subordinados aos que a possuem. Crescem os gritos de protesto contra esta imposição, que do ponto de vista estritamente jurídico é correcta, pois quem descobre a tecnologia deve explorá-la, mas torna todas as nações em desenvolvimento dependentes da intelectualidade das grandes potências.

Quem controlar a informação e a informática controlará o mundo no futuro, pois o acesso ao que há de mais moderno no mundo será questão de tempo, cada vez menor, ano após ano.

Por esta razão, os países poderosos, que se consideram guardiões do mundo, controlam o resto das nações.

A Comissão que obriga as nações com domínio da energia nuclear a submeter-se à permanente supervisão internacional, duas vezes por ano, uma delas sem aviso prévio, nas fábricas processadoras de material radioactivo, não é aplicável aos países com domínio nuclear mais acentuado. O Brasil foi obrigado a assinar o tratado de não-proliferação de armas nucleares por imposição das grandes potências que, todavia, não são fiscalizadas pela mesma Comissão, nem têm,

como a França, o direito de continuar a explodir os seus artefactos contra a opinião pública mundial. Dir-se-á que a França sempre se rebelou contra tal supervisão internacional, tendo-se distanciado da Nato, no tempo de De Gaulle, e desenvolvido uma *force de frappe* própria, à margem das grandes potências. Os Estados Unidos, a Inglaterra, a Rússia não estão submetidos a esta supervisão, numa demonstração de desequilíbrio das regras que torna o controlo das grandes nações sobre a propriedade intelectual algo sempre por elas direccionado para o domínio das pequenas.

É evidente que se os países se rebelarem contra tal dependência por meio de leis protectoras dos investidores das grandes potências, terminarão por sofrer uma retaliação internacional, que tornará mais difícil a sua inserção no rol dos países desenvolvidos, com o que o duro dilema é saber qual é a fórmula menos onerosa, a dependência intelectual, com algum progresso, ou a rebeldia à subordinação, com progresso menor.

A velocidade da informática poderá gerar uma reformulação de tal quadro, na medida em que a produção de génios (*hackers*), na actual geração, neste campo, com os acessos permitidos ou "violados" por eles, permitirá a descoberta de segredos antes nunca revelados, por serem segredos de Estado ou dos grandes grupos empresariais.

Muitos aplaudiram a vitória do maior xadrezista vivo (Kasparov) sobre um computador por 3 x 1 com dois empates. O resultado abateu-me. Não sei quando o mundo terá um outro Kasparov e a máquina que ele derrotou poderá ser reproduzida tantas vezes quantas desejarem os seus fabricantes e cada vez melhores. Em outras palavras, uma máquina derrotou um génio uma vez e com ele empatou duas. Esta máquina poderá, ainda, evoluir muito. Quando aparecerá um outro Kasparov?

Ocorre que os génios humanos que pretendem fabricar génios robotizados crescem, visto que, hoje, qualquer aluno de cinco a seis anos já manobra os micro-computadores com percepção maior que os homens da minha geração, nem todos com disposição e paciência para entrar na era da informática.

E, quando tais génios humanos, que se multiplicarão, fabricarem génios robotizados com capacidade criativa, dificilmente as vedações criadas pelos programas de segurança serão absolutas e o mundo estará entrando numa nova era de dúvidas, inseguranças e sujeito a grandes vitórias e grandes fracassos.

O poder destruidor que um grupo de génios terá será fantástico, devendo as nações preocupar-se cada vez mais em controlá-los para reduzir o nível de intervenções que poderá ocorrer e aproveitá-los para permitir o desenvolvimento.

O certo é que o acesso à propriedade intelectual será cada vez maior e mais fácil e as garantias de hoje talvez sejam insuficientes amanhã.

2.6 OS ORGANISMOS DE FOMENTO INTERNACIONAL

A comunidade internacional, em mudança mais acelerada desde a Segunda Guerra Mundial, pretendeu criar orgãos de fomento capazes de permitir o desenvolvimento sustentado das nações.

Lembro-me da conversa que tive com o Presidente do Conselho de Ministros, em Portugal, o Professor Oliveira Salazar, em que me relatou um encontro que mantivera com o Presidente Truman para discutir a presença americana na base militar nos Açores. Disse-me que o Presidente Truman, logo após a Segunda Guerra Mundial, com um optimismo inconcebível para um Chefe de Estado do mais forte país do mundo, assegurara-lhe que com o dinheiro americano recuperaria a Europa economicamente e, graças a esta recuperação e reconhecimento que o Plano Marshall levaria aos europeus, o estilo americano de vida se expandiria por todo o mundo e que uma nova *pax romana* mais duradoura formaria o perfil do globo nos séculos futuros.

Disse-me que retrucara ao presidente americano que nem os americanos tinham dinheiro suficiente para recuperar o mundo, nem haveria gratidão dos europeus pelo Plano Marshall, visto que os

europeus se auto-atribuiriam o sucesso da sua recuperação, quando isso se desse, e não ao dinheiro americano.

Contou-me esta história em Dezembro de 1964, concluindo-a, com um sorriso e no estilo conciso e sereno de falar, que o tempo lhe dera razão e não a Truman.

Tomando apenas a primeira parte da afirmação de Truman e da reflexão de Salazar, os orgãos de fomento mundiais, como *World Bank*, não têm recursos suficientes para atender os problemas maiores de cada nação, nem mesmo atender as nações em alguns problemas particulares, razão pela qual seu papel equilibrador das economias regionais não é capaz de reduzir as tensões sociais.

A preocupação de tais orgãos com o desenvolvimento económico e o reconhecimento da sua ineficiência levou-os, inclusive, a cuidar de matéria pertinente à intimidade das pessoas, ao financiarem directamente planos de controlo de natalidade, nos países de grande densidade demográfica.

Assim é que o Banco Mundial financiou programas de esterilização forçada, cabendo lembrar o seu apoio ao Estado de Maharastra, na Índia, em que as mulheres com dois filhos que ficavam grávidas eram obrigadas, pela lei, a abortar, em risco de serem presas!!! Não tendo conseguido obter o desenvolvimento económico, partiam para a intervenção na intimidade e no livre-arbítrio das pessoas. Em debate que tive em 1980, no Banco Mundial, num Seminário patrocinado pelo Governo Americano, perguntei se o Banco Mundial teria coragem de sugerir tal tipo de intervenção a um país como os Estados Unidos sem temer um movimento de repúdio nacional. Perguntei mais, se no país que defendia a liberdade das pessoas, era admissível tal restrição da liberdade, ao ponto de se prenderem, com recursos do Banco Mundial, mulheres que livremente decidiram ter uma prole maior. Não tiveram os técnicos com que debatíamos resposta à colocação.

A verdade é que os orgãos de fomento estão tão falidos quanto as demais entidades internacionais, não se sabendo de que forma revigorá-los, visto que o comando da economia mundial não é decidido nem

na ONU, nem nestes organismos, mas na reunião do Grupo dos Sete, único grupo internacional com real poder de intervenção e interferência que, todavia, resta inerte perante a realidade que diagnosticam.

A pergunta que se deve fazer é se terão tais orgãos força no futuro, posto que não a têm agora.

Estou convencido de que é pouco provável. A formação de grupos de nações como União Europeia, Mercosul e Nafta enfraquece os organismos globalizantes, deslocando a busca da solução internacional dos problemas económicos e sociais para a pira dos espaços geopolíticos criados por força de tais tratados.

A verdade é que o sonho de um organismo internacional multifacetado, após a Segunda Guerra Mundial, é hoje utopia semelhante àquela que viveram as nações com a Liga surgida após a Primeira Guerra. Sabem, entretanto, os actuais dirigentes mundiais ou regionais disfarçar essa realidade de tal forma que o fracasso é menos evidente que aquele que acompanhou o destino da Liga das Nações.

Há uma necessidade urgente de se repensar o papel de tais organismos, como dos orgãos representativos de todas as nações. Os problemas nacionais e de inserção no plano internacional estão a exigir um novo desenho desses orgãos, a fim de que sua inutilidade não venha a ser confirmada, gerando desconfianças maiores e o retorno às estruturas arcaicas do século passado ou início deste século.

OS GRUPOS DE DESCONTINUIDADE

3.1 OS GRUPOS ÉTNICOS

A história da humanidade é uma história de choques entre etnias. Foram elas sendo forjadas em parte em face das condições climáticas e geológicas e em parte pela integração de raças decorrenciais deste intercâmbio de povos nómades e sedentários.

Das civilizações de Neandertal para Cro-Magnon e desta para as civilizações modernas – com a evolução desnivelada decorrente do nível de dificuldades que foram superadas pelas diversas correntes migratórias e pelos povos sedentários em terras difíceis e de clima áspero a exigir criatividade para sobrevivência – houve permanente choque de culturas, forças e ideias da mais variada natureza, inclusive de rara selvajaria, que fazem do homem um ser teoricamente pacífico, que nunca viveu em paz.

As etnias serviram como uma das primeiras grandes vertentes de choques, com predominância daquelas produtoras de seres humanos mais habilitados e capazes de derrubar as mais primitivas.

E os choques de etnias, de certa forma, eram os choques "raciais" da época. Em outras palavras, à falta de nações, os grupos étnicos que se degladiavam formavam a sua "nação" e o seu "Estado", o seu "país".

E os 9 000 anos de história após Jericó não foram diferentes. A Bíblia refere-se constantemente á luta dos judeus contra raças distintas. Chineses, indianos, persas, arianos, mongóis, etc. formaram grupos em conflitos permanentes, quando não entre grupos da mesma etnia.

Mesmo no período dos grandes impérios, os choques continuaram. Croatas e sérvios divergiam na Idade Média, como divergem hoje. Árabes e arianos divergem no presente, como divergiam após a queda do império romano.

Turcos e árabes, judeus e árabes, persas e árabes, na Antiguidade e na actualidade entrechocam, como os europeus de origem ariana com todos estes povos.

Nos próprios países consolidados com a Renascença e aqueles que se unificaram no curso dos séculos, inclusive Alemanha e Itália,

no século XIX, não desconhecem divergências raciais; é importante lembrar que os magiares do império austro-húngaro se separaram, em pleno século XX, dos germânicos da República Austríaca, reduzindo o maior império da Europa ao menor país do Ocidente europeu. Tcheco-eslovacos e todos os habitantes das ex-repúblicas soviéticas socialistas formam povos que não se integram em função de sua etnia, o mesmo se dizendo em países como a Espanha, em que catalães e bascos continuam a pedir independência por questões étnicas.

As invasões contínuas que decretaram a queda do império romano do Ocidente levou a uma confluência de origens, que dominou os 1 000 anos da história europeia, com permanente tensão e conflitos entre os grupos pertencentes a esta ou aquela formação racial.

Hoje, os problemas remanescem. Não há país europeu, asiático ou africano em que a questão não se ponha. Mesmo em países teoricamente mais estáveis, como os Estados Unidos, o conflito étnico não foi superado entre brancos e negros, como no Oriente Médio entre árabes e judeus, ou entre turcos e persas, em clara demonstração que, nesta parte, a evolução tecnológica não correspondeu à evolução civilizadora de convivência entre os países.

À nitidez, a permanência destes atritos com os actos terroristas decorrenciais, cada vez mais sofisticados, traz momento de descontinuidade ao equacionamento de problemas mundiais que transcendem as estruturas políticas e jurídicas da actualidade.

O confronto étnico longe está de ser estancado. O mundo inteiro paga um preço doloroso àqueles grupos que, menos fortes, recorrem ao terrorismo como forma de intimidação, gerando permanente instabilidade nas regras de segurança nacionais ou internacionais e evidente risco de agravamento, pela tecnologia crescente, do seu poder destruidor. Mormente quando os grupos raciais minoritários, por interesses políticos de outra natureza, terminam sendo levados por outros tipos de interesses e por nações que buscam benefícios indirectos de tais actos.

Estou convencido de que, cada vez mais, a incapacidade de os governos solucionarem os problemas das etnias dentro das nações gera

descontinuidade e insegurança no mundo, com os riscos inerentes a gestos intimidatórios que passam a gerar pânico crescente.

Imagine-se grupos étnicos com artefactos nucleares ou com acesso aos instrumentos da guerra química ou biológica, que decidissem pôr em prática planos suicidas contra a humanidade. O que isto representaria nem a imaginação pode desvendar.

3.2 O NARCOTRÁFICO

O grande flagelo da humanidade, no fim do século XX, é o narcotráfico. Comunidades inteiras vivem do produto da venda da droga, cidades estando controladas por traficantes mais do que pela polícia. A própria economia da Bolívia ressentiu-se quando um dos governos pretendeu sustar a produção da coca, que mantém um número considerável de bolivianos, tanto que foi derrubado.

Embora a utilização da coca possa ser útil a variadas finalidades, a sua produção termina por abrir espaço para os mercadores da dependência, gerando desvios que alimentam todas as rotas do narcotráfico no mundo.

Por outro lado, o mercado de viciados é enorme e continua a aumentar. Os Estados Unidos e a Europa, principais países consumidores, têm visto os seus programas de combate sempre ficarem aquém das necessidades, não tendo reprimido, nem educado suficientemente o seu povo a fugir da excitação dolorosa.

A experiência de combater o comércio da droga na sua origem, atacando as centrais de produção e as rotas conhecidas, que passou a ser a linha estratégica americana no mundo inteiro, também não teve o sucesso esperado, nem mesmo com o apoio do sistema financeiro internacional, que busca detectar, nas contas dos traficantes nos bancos de paraísos fiscais, sinais capazes de atingir os cérebros do movimento.

É que a lavagem do dinheiro faz-se das mais variadas maneiras e, principalmente, pelos bancos dos países fora do controlo internacional e com nomes fictícios, números codificados, pessoas jurídicas forjadas

e pessoas físicas sem passado criminoso, com o que, não obstante o sigilo bancário poder ser quebrado para tais finalidades, nem por isso os resultados têm sido animadores.

É de se lembrar que o dinheiro obtido no narcotráfico e lavado passa a gerar empregos e actividades económicas rotineiras, difícil sendo o empreendimento, em função da abertura de capitais no mundo inteiro, que não tenha dinheiro lavado do narcotráfico a financiá-lo e a compô-lo.

Um dos homens mais dedicados à causa social do Brasil – Betinho – foi financiado, em suas obras sociais, por grupos de narcotraficantes do Rio de Janeiro, o que só foi descoberto quando alguns bicheiros foram presos, as suas contas bancárias abertas e um cofre apreendido pela polícia.

A falta de valores da juventude e a falência da família, torpedeada pela " mídia ", corrosiva que mina, a cada minuto, as vertentes da fidelidade conjugal, do vínculo matrimonial indissolúvel, da autoridade paterna, do combate ao aborto, da prole numerosa, são outros factores que desnorteiam o jovem e levam-no, cada vez mais, à busca de novas emoções, tornando-se presa fácil dos mercadores, que, para alargar o mercado, buscam permanentemente introduzir o jovem no vício pelas mais variadas maneiras.

Acrescente-se a este quadro a promiscuidade em que vivem os meninos de rua, favelados e miseráveis, que, uma vez viciados, são capazes de tudo, na marginalidade, para obter recursos, a fim de comprar a droga que o seu vício exige de forma cada vez mais acentuada. E a violência nas grandes cidades cresce, grande parte gerada por tais viciados, que, tendo consciência da irreversibilidade do vício e da sua vida curta, uma vez dependente, não respeitam as pessoas, sendo rotineiros o assassinato pelos mais variados motivos e o roubo. E, para tais pessoas, infelizmente, os Governos não têm apresentado programas sociais de monta.

É evidente, à medida que os grupos de narcotraficantes aumentam, assim como os daqueles que deles dependem, forma-se uma cadeia

preocupante de elementos desestabilizadores na sociedade, desestabilização esta que acaba por penetrar todas as camadas sociais de forma dramática e incontrolável.

E a força financeira dos controladores de tal comércio – ao ponto de se falar que os cartéis de Medellin e de Cali e os morros do Rio de Janeiro não são controlados nem pela polícia, nem pelos exércitos da Colômbia e do Brasil – termina por semear um imenso poder de corrupção incidente sobre os poderes encarregados de controlá-los, visto que a facilidade do ganho fácil serve para que tais polícias colaborem com os marginais mais do que os combatam, reduzindo a capacidade de reacção da sociedade.

Alvin Tofler, em "Guerra e contra guerra", admite que, nos próximos anos, poderão ter tais grupos artefactos nucleares, o que lhes trará um poder fantástico de chantagem, sempre que um de seus chefes for preso, para libertá-lo.

O certo é que no "choque sem futuro" que visualizo, entre os grupos de descontinuidade, os que giram em torno de mercado de drogas poderão se transformar nos mais poderosos e mais desestabilizadores elementos da paz mundial.

3.3 AS DISSENSÕES RELIGIOSAS

Todas as religiões superiores têm um Deus. A Bondade Infinita. Toynbee vê nelas a conformação das grandes civilizações, chegando a considerar que o mundo moderno foi plasmado pelo choque do Cristianismo e do Judaísmo, do Bramanismo e do Islamismo.

Apesar da infinita Bondade de Deus, o homem que o adora é dotado de bondade limitada e crueldade ilimitada, ao ponto de, mesmo para defender o primado de Deus sobre a Terra, usar de violência desumana.

As guerras religiosas foram sempre uma constante na história humana. Os imperadores das civilizações do Próximo Oriente, não poucas vezes, impuseram a submissão dos povos conquistados – quando

não passados ao fio da espada – aos seus deuses. As guerras religiosas na Índia há milénios dilaceram o país, continuando até hoje, onde Primeiros-Ministros são assassinados por seitas fanáticas. Sócrates foi condenado à morte por ser considerado, não obstante sua defesa cristalina, um desencaminhador da juventude e um agressor aos deuses de Atenas. Os Cristãos foram perseguidos por judeus e romanos e Cristo condenado à morte pelos sacerdotes judaicos. Maomé e seus seguidores declararam a guerra santa aos infiéis e a Europa foi invadida por maometanos em 711, lá permanecendo até 1 493, quando Granada foi reconquistada.

As Cruzadas para a reconquista do Santo Sepulcro foram outras guerras que se prolongaram por quase três séculos, além das Cruzadas contra os albigenses para afastar a heresia dos cátaros.

A própria "Inquisição" objectivava combater as heresias com condenações à morte, sendo a violência algo tão normal entre todos os povos e nações que, no contexto da época, aquilo que choca a humanidade hoje não chocava o mundo de então.

Ainda hoje as questões religiosas provocam violência, apesar de sua visão contemporânea mais humanizada, em que a violência sempre causa espanto.

Os xiitas de Khomeini e os militares de Saddam Hussein combateram-se, na década passada, com rara violência, lembrando-se que a queda do Xá do Irão decorreu de um movimento fundamentalista de origem xiita.

A Irlanda católica está em conflito com a Inglaterra protestante e os palestinos com os judeus, sendo o terrorismo o instrumento de pressão maior usado pelos grupos religiosos minoritários.

Em nome de Deus, portanto, cometeram-se e cometem-se até hoje violências inacreditáveis contra a criatura do Criador, em que a intolerância e o fanatismo não poucas vezes são utilizados por líderes nem sempre escrupulosos. Longe estão do maior idealismo de um São Luiz, rei da França, ou de um São Bernardo, que estimularam as cruzadas, deslocando o espírito bélico da época, voltado para a luta

fratricida entre Cristãos, para a recuperação do Santo Sepulcro, que nem por isto deixaram de ser incursões em que muito sangue foi vertido.

A verdade é que o homem não aprendeu nem com a história e muito menos com as lições do Criador, desobedecendo, em campo de batalha e do terrorismo, os fundamentos maiores do amor ao próximo e da liberdade concedida por Deus aos homens inclusive para negá-lo.

A permanência do fanatismo renitente de todos os últimos milénios não assegura que o homem, um dia, ganhará suficiente tranquilidade para não mais guerrear em nome de Deus.

O certo, porém, é que aqueles que participaram dos choques religiosos são mais idealistas, mais fanáticos e menos controláveis.

Estou convencido de que a permanência dos mesmos dilemas do passado continuará a propiciar guerras religiosas com grupos radicais, que não se importam com a desestabilização das instituições dos diversos países.

Ocorre que a tecnologia de fácil conquista para tais grupos torna o seu poder desestabilizador muito maior do que no passado.

Em outras palavras, não há como controlá-los, sendo o fracasso dos governos de Israel e de Arafat, na tentativa de segurar os seus mais radicais súbditos, prova do que penso.

A convivência da comunidade internacional com tais sementes da descontinuidade é outro elemento a ser avaliado pelos líderes futuros na busca de estabilização do "inestabilizável".

3.4 OS INTELECTUAIS E OS GÉNIOS DA INFORMÁTICA

O domínio da informática principia a gerar grupos de intelectuais, em número cada vez maior e mais criativo.

Todos os jornais do mundo têm o seu caderno dedicado à informática e, cada vez mais, as pessoas buscam soluções próprias e o acesso às mais modernas informações, pelas linhas virtuais (Internet

e outras), ou por sistemas mais personalizados de integração às grandes redes.

Em outras palavras, a informática, como o xadrez, principia a gerar grupos de especialistas, como os grandes mestres deste desporto intelectual, que trocam informações, multiplicando a fábrica de génios (*hackers*).

O mundo ficou estarrecido quando dois ou três jovens, especialmente dotados, em momentos diversos, entraram nos arquivos de instituições financeiras, de grandes estabelecimentos, e até nos do serviço de segurança dos Estados Unidos, demonstrando a fragilidade dos controlos dos bancos de dados.

Ora, no seio desses grupos de especialistas existem os que têm mais compromissos com a sua inteligência do que com a ética empresarial ou cívica e, como em qualquer desporto, busca superar as barreiras do conhecimento presente.

À medida que crescem tais grupos e que os génios (*hackers*) da informática se multiplicam, todo o mundo moderno, que nela se alicerça, passa a ser mais débil.

O aspecto destes grupos de descontinuidade é que, talvez, nenhum dos demais mencionados tenha tanto poder destruidor quanto o deles. É que no momento em que os seus integrantes resolverem ceder os seus conhecimentos privilegiados a outro grupo de descontinuidade, como religiosos fanáticos, narcotraficantes, nacionalistas, estes potencializarão de maneira considerável a sua força, tornando mais letal o seu poder de descompassar a paz.

Os grupos que hospedarem os génios (*hackers*) que se desviarem e que podem tornar-se mercenários são mais perigosos que os demais, sempre levados por algum tipo de ideal ou falta deste. É que trabalham com o que de mais diferenciador tem o ser humano, que é a inteligência; para eles, a inteligência é o valor maior a ser cultivado, estando acima dos demais que cercam os cidadãos correntes.

É interessante que mesmo Confúcio, uma das mais esplêndidas inteligências que a humanidade conheceu, não soube avaliar o poder destruidor dos grupos mais capazes. Pretendendo colocar um ponto

final na divergência entre reinos chineses, assim como dotar o Estado de gente competente a governá-lo, formatou a equipe dos integradores do poder ou da burocracia oficial chinesa. É Confúcio o Pai da burocracia moderna.

Partia o admirável filósofo do princípio que a cultura e o saber são valores superiores ao ouro e ao poder. Para ele, quem fosse mais capaz e culto é que deveria governar, porque as suas ambições seriam mais nobres que as dos demais detentores do poder. Em outras palavras, os burocratas serviriam melhor ao povo que os políticos, pois sendo o saber o objecto de sua ambição maior, não iriam deixá-lo para se vincularem à luta pequena e mesquinha pelo poder e pelo ouro, própria dos políticos.

O resultado foi o inverso do que pretendeu. Fortalecidos, os burocratas passaram a governar mais do que os governantes, pois detinham conhecimento maior, mais habilidade, não se afastando, todavia, do culto ao poder e ao dinheiro. Desta forma, passaram a concorrer com os próprios governantes na ambição pelo poder e pelo enriquecimento fácil. Atestam alguns historiadores que a época dos "Reinos Combatentes", na China, só ocorreu em virtude da força dos integradores do poder.

É que, como Montesquieu afirmou, o homem não é confiável no poder, razão pela qual é necessário que o poder controle o poder.

O certo é que a burocracia nunca foi a solução dos problemas de governabilidade nem o conhecimento antídoto contra as ambições do poder e de riqueza. Confúcio errou por ter nascido muito antes que Montesquieu, que não errou porque entendeu melhor a história produzida a partir da burocracia chinesa.

A verdade é que a inteligência voltada à informática e orientada contra a estabilidade pode ser tão deletéria quanto a criação confuciana da burocracia chinesa o foi, na época, e os grupos que hoje se formam para criar novas soluções no campo da informática, dependendo do caminho que tomarem, poderão transformar-se em grupos de descontinuidade tão ou mais perigosos que os demais.

3.5 OS GRUPOS SOCIAIS MARGINALIZADOS

A sociedade do fim do século XX vai criando grupos cada vez maiores de marginalizados, que têm conhecimento dos seus direitos, noção razoável do que ocorre no mundo e insuficiência sobrevivencial crescente.

Tais grupos de marginalizados tendem a unir-se para contestar a ordem vigente e são revoltados contra aqueles que conseguem sobreviver com dignidade e excessos numa sociedade com desníveis sociais acentuados.

A diferença reside no estilo de vida e nas posses e não no conhecimento que é atingido, porque um maior número de pessoas tem mais facilidade de estudo, informação e de frequentar cursos, os mais variados, não só ao domicílio como aqueles mantidos por sociedades beneméritas ou pelos governos, além dos pagos.

As pessoas sem emprego, os lavradores sem terra, a população marginal das grandes cidades sem tecto estável, os índios, os nativos de continentes não-evoluídos, as populações que vivem na Ásia à beira dos rios, dos mares, em barcos ou nas praias, os meninos de rua, todos formam grupos de marginalizados contestatários, que criam a sua própria economia de subsistência, mas que sabem haver uma inata injustiça social na estrutura das nações e, dentro destas, nas estruturas das "castas" sociais.

A igualdade, a fraternidade e a liberdade, os três lemas da revolução francesa, que levaram a um dos maiores banhos de sangue da história (A Era do Terror), mas que Kant saudou como princípios que ultrapassaram os seus idealizadores, incapazes de visualizar, pela sua perspectiva pequena e mesquinha, o impacto dessas ideias sobre o futuro dos povos, continuam sendo, todavia, princípios distantes para a grande maioria dos cidadãos do mundo, visto que o desequilíbrio estrutural tende a crescer com os factos mencionados no capítulo 2 deste trabalho.

O marginalizado dos tempos pretéritos não tinha uma noção de conjunto sobre o mundo, nem cultura, conformação ou conhecimento capaz de permitir contestações mais violentas, ressalvando-se, no século passado, a questão industrial.

Os grandes romancistas do novecentismo, que retratam esta vida marginal da sociedade (Dickens e Zola), descrevem mais o estilo de vida do marginalizado e menos o seu poder contestatário, que era pequeno à época, salvo na formação das *trade unions*, como caminho de autoprotecção.

Mesmo a França, solo permanente das grandes revoluções humanas e de ideias (Revolução Francesa e as rebeliões populares de meados do século XIX), sempre foi um ponto referencial mais do que aglutinador de movimentos semelhantes no resto da Europa ou nos Estados Unidos.

No século XX – e principalmente no fim do século XX – o problema é radicalmente diferente. O marginalizado não é um conformado com a sua sorte e a liberdade crescente da imprensa e dos partidos políticos torna mais nítido o seu poder de influência e de geração de revolta e de pressões, quase sempre contra a ordem estabelecida na busca de espaços, que, de resto, nunca tiveram na repartição da riqueza social. Tal repartição é impossível de se obter em face da competitividade crescente das nações, dos grupos empresariais destas nações e dos controladores do dinheiro e dos investimentos, que são cada vez menos os governos e cada vez mais os investidores dos mercados de capitais e financeiros, espalhados pelo mundo e pelos paraísos fiscais, que se transformam, também, em grandes credores de todos os governos.

Em outras palavras, instituições como os fundos de pensão são hoje, em conjunto, no globo, mais fortes do que qualquer governo, incluindo o dos Estados Unidos, pela sua mobilidade em deslocar investimentos no mundo inteiro, que nenhum Governo, prisioneiro de seus orçamentos, tem.

A própria criação de novos mercados, que em tese permitiria

reintegrar os marginalizados a uma sociedade ordenada, não é concretizável a curto prazo, visto que a procura continua sendo, se considerados apenas os habitantes do mundo, muito superior à capacidade de produção mundial de bens e serviços. Desta forma, os investidores direccionados sabem que, apesar da classe marginalizada, há mercado suficiente, por algumas décadas, na sociedade não marginalizada.

A consciência que o marginalizado do século XX tem da diferença social, do desnível de riqueza, de oportunidades e da impossibilidade, na ordem jurídica posta, de reduzir tais diferenciais, leva-o a não ter compromisso com a ordem social, por eles considerada injusta e, portanto, a contestá-la por todos os meios possíveis, inclusive o da violência.

Talvez, de todos os grupos de descontinuidade, seja o crescente grupo dos marginalizados aquele que poderá mais problemas causar à ordem institucional futura de todas as nações, visto que o seu compromisso com a ordem injusta é nenhum, a sua esperança de mudança de vida resta reduzida e a sua revolta aumenta na mesma proporção em que se consciencializa dos desníveis sociais.

3.6 OS GRUPOS POLÍTICOS RADICAIS

Os descompassos da política mundial, a manutenção das guerras regionais – morreram mais pessoas nas guerras regionais no mundo inteiro, depois da 2ª conflagração universal, do que durante todo o conflito de 39/45 – e os desníveis sociais e de desenvolvimento, num mundo que já quase atinge duas centenas de países livres num espaço geográfico rigorosamente igual, desde o início da civilização narrada pela história, haveriam de gerar radicalizações políticas e grupos dispostos à contestação dos governos em todas as nações.

Não se trata de reproduzir a história que se costuma atribuir à índole espanhola resumida nesta frase: "Hay gobierno? Yo soy contra". O certo é que a maior parte dos grupos radicais, representando

ambições pessoais e/ou variados interesses, está mais preparada para contestar do que para criar soluções, em destruir do que construir, em agredir do que em pacificar.

Tais grupos tendem a crescer. E crescem com força também maior e objectivos menores, pois vêem sempre objectivos populistas na contestação, embora muitas vezes válidos, como a luta contra a corrupção.

Não incluo nestes grupos os ecologistas, muito embora já tenham representação em alguns Parlamentos, pois a sua luta não é violenta, apesar de radical, e os seus ideais são perceptíveis e largos.

Podem, economicamente, as suas metas ser inviáveis, mas não são, eles, carentes de idealismo.

Os grupos políticos radicais, que apenas acreditam na força e que se entregam a toda a espécie de pressões, inclusive as terroristas, são outras formas de descontinuidade que tenderão a aumentar na medida em que os problemas da humanidade surjam mais claros e inadiáveis.

Teoricamente, a radicalização decorre da impossibilidade de se obterem resultados favoráveis, nas disputas eleitorais, tendo-se a impressão de que os que ganham as eleições estão menos preparados, são menos idealistas ou objectivam apenas os próprios interesses. A certeza de que, pelos processos normais, será impossível atingir-se o poder faz com que a desestabilização passe a ser o único caminho a que têm acesso.

Por outro lado, as experiências passadas, em que pequenos grupos, aproveitando-se da falência do sistema anterior, assumiram o poder, com aparente apoio popular, como ocorreu em Cuba, incentiva tais ondas radicais de desestabilização.

O curioso é que o movimento popular de Fidel Castro objectivou derrubar a ditadura de Fulgêncio Batista, instaurando a democracia. Substituiu-a, no entanto, pela mais longa, violenta e inoperante tirania do século XX, até hoje mantida sem qualquer esperança de abertura democrática.

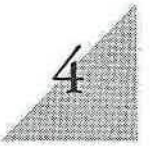
Tais sucessos passados alimentam os frustrados do presente, que sempre encontram, por outro lado, mercenários capazes de colaborar com tais movimentos, de que o "Sendero Luminoso", no Perú, é exemplo ainda actual.

E as repressões a tais movimentos radicais nem sempre foram bem-sucedidas. Foi necessária uma ditadura no Perú para reduzir a força do "Sendero Luminoso", o que é melancólico, pois o movimento de Fujimori demonstrou a fragilidade da democracia peruana.

A desordem provocada por tais grupos leva, muitas vezes, o Estado, em vez de garantir a liberdade, a procurar garantir a ordem, à custa de liberdade, dilema hegeliano, que continua presente.

A própria democracia pode albergar grupos radicais, que aparentemente se apresentam como interessados em disputar cargos pelas regras democráticas, mas que, a todo momento, revelam a sua veia radical, grupos que formatam a sua plataforma exclusivamente na contestação e se alimentam constantemente do ódio.

Cada vez mais me convenço de que, à medida que o Estado Moderno fracassa no estabilizar as relações sociais, passa a crescer a força dos grupos radicais, que se projectam, no futuro, como os grandes desestabilizadores de uma sociedade que apenas agora – e não na época em que Drucker escreveu seu livro "Uma Era de Descontinuidade" – começa efectivamente a se esgarçar.



A PERDA DE VALORES

4.1 DESCRENÇA DAS ELITES EM VALORES (DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA)

A humanidade na viragem do século, quase como um todo, perdeu a noção dos grandes valores que sempre conformaram as sociedades anteriores, e que garantiram, com muito menos recursos, estabilidade maior. Perdeu a noção de Deus, da Pátria e da Família.

A descoberta da vida e das potencialidades do conhecimento, as facilidades das informações e a liberdade dos costumes, de um lado, e um egocentrismo e vontade de auto-afirmação, de outro, levaram o homem do final do século XX a esquecer valores que se sobrepõem às suas próprias ambições.

Octávio Frias Filho, em artigo para o seu jornal intitulado "Quem tem medo do neoliberalismo", afirmou que, no momento em que o homem se libertou das cadeias do passado e passou a ter acesso à felicidade, passou a ser mais infeliz do que na sociedade passada, em que se dedicava à família, ao emprego, a Deus e à Pátria. Concluiu que aquele homem que, ao seu ver, não sabia o que era felicidade, era feliz e hoje, que tem tudo para ser feliz, é infeliz.

Estou convencido de que o homem pretérito sabia o que era a felicidade por encontrá-la em valores pelos quais valia a pena lutar, enquanto o homem actual, deixando de se voltar para fora e encerrando-se dentro de si mesmo e de seu egoísmo, não sabe aproveitar as conquistas do século.

Antes, o homem vivenciava circunstâncias e realidades que o transcendiam. Era mais carente de recursos, porém menos carente de convicções. O homem de hoje, com mais acesso a tudo e com padrão de vida melhor que no passado, abismou-se em si mesmo e na sua auto-realização, perdendo a dimensão libertadora dos valores, para substituí-los pela tortura do egoísmo que o faz alienado de tudo e de todos e que não suporta o sucesso, pelo tédio que causa, ou o insucesso, pela frustração que gera.

Por outro lado, a descrença em Deus – a humanidade retorna ao

paganismo – , a descrença na Pátria, que confunde com os governantes, a quem não admira, e o desinteresse pela família, substituída pelo prazer sexual fácil, além do receio de assumir encargos, levam o homem moderno a um profundo vazio, que pretende preencher com excesso de agitação e teorias extravagantes, quase sempre sem conteúdo deôntico.

Ora, a perda de valores fundamentais semeia frutos indesejáveis, como a violência, a desestabilidade, a libertinagem sexual, a desonestidade profissional, a corrupção, a busca de drogas, os progressos fáceis, o desrespeito pelo direito alheio e todo um cortejo de elementos desagregadores, deletérios e corrosivos, que dificultam a reorganização da sociedade e do Estado de forma estável.

Acrescem-se movimentos promovidos por minorias actuantes e cada vez mais agressivas, como a que luta pela legalização do homicídio uterino, sustentando o direito da mulher de matar seu filho ainda no ventre para poder usufruir do coito irresponsável; os que defendem a eutanásia, objectivando reduzir a vida dos insuficientes, idosos, doentes e desiludidos, forma "predadora" para provocar o decréscimo da população; os que pugnam pela esterilização em massa, pelo controlo da natalidade e pelo direito ao suicídio, quase voltando ao mundo primitivo, em que só teriam direito de viver as pessoas fisicamente adaptadas às dificuldades da existência.

A perda de valores, por outro lado, leva, constantemente, o homem à depressão, em cada embate malsucedido, por não ter onde alicerçar a sua retomada de luta, predispondo-o biologicamente a doenças fatais e à morte.

A perda de valores elimina, por fim, uma característica, que fortalece as sociedades, que é a solidariedade. Cada vez mais o homem é menos solidário, as nações seguindo tal egoísmo, como ocorre com aquelas mais desenvolvidas, que fecham as suas fronteiras aos habitantes dos países menos desenvolvidos, na teoria de que aos fortes cabe a sua fortaleza e aos fracos sua fraqueza, como Cálicles defendeu, no diálogo "Gorgias" de Platão.

Por fim, a perda de valores formata o futuro, pois, carente deles, o homem passa a interessar-se por viver apenas o presente, pouco se importando com as gerações que o sucederão. *Aprés moi le déluge.* A perda de valores gera, pois, uma vida tresloucada no presente, infeliz e sem perspectivas para o futuro, sendo, talvez, o mais preocupante de todos os factores da descontinuidade do amanhã.

4.2 A BUSCA DA REALIZAÇÃO PESSOAL E A COMPETITIVIDADE

O homem do século XX/XXI necessita cada vez mais de compreender que está chegando o fim da solidariedade real, embora teorize sobre a solidariedade humana. Solto à sua sorte, procura firmar-se e preparar-se cada vez mais para a luta pela vida. Já não tem mais estruturas que lhe assegurem tranquilidade. O emprego já não é mais estável e, por mais que se prepare, o homem do século XX/XXI sabe apenas que se está preparando para não ser ultrapassado. Já não há mais qualquer espécie de estabilidade e a sua única esperança reside nele mesmo e, por esta razão, sob toda a espécie de pressões, luta sem tréguas, até a morte, para sobreviver.

A empresa já não oferece mais segurança, pois substitui gradativamente o homem pela máquina. A longevidade faz com que o Estado não garanta, sequer, uma reforma digna para os mais velhos e a competitividade empresarial e pessoal torna as condições de emprego cada vez mais aviltantes.

O ser humano, no século XX/XXI, desde que nasce, é preparado para se transformar em lutador pela sobrevivência. Em outras palavras, está na mesma situação do gladiador do império romano: o dedo para baixo, da sociedade que o condena ao ostracismo e ao desemprego, está vinculado à sua capacidade de agradá-la. Se a agradar por ser competente – ou adulador ou malicioso – o dedo para cima assegura-lhe a sobrevivência. Se não vencer a batalha da competitividade e for derrotado, a sociedade indica-lhe o caminho da marginalidade.

Psicologicamente, tal tipo de desafio torna o ser humano cada vez mais duro. A sua dureza é muito maior do que, por exemplo, a do homem da Idade Média, que matava, estuprava e aceitava a violência física como decorrência da própria época. A violência física do homem medieval, todavia, era apenas física, não psicológica. Basta dizer que a fé em valores superiores era muito maior e algumas guerras não foram apenas de conteúdo político ou económico, mas por força de convicção de sua justiça, como a das cruzadas ou do resgate da Espanha do domínio dos mouros.

O homem do século XX/XXI orienta a sua sorte, por vontade própria, pela perda de valores, tornando-se menos violento fisicamente e mais agressivo sobre a psique das pessoas. Não mata, nem tortura, como até religiosos fizeram na Idade Média, nos processos da Inquisição, mas destrói a autoconfiança das pessoas, destrói-lhes a personalidade, reduz os menos capazes à condição de farrapos humanos, à falta de inteligência para enfrentar os novos e mais complexos desafios da vida.

Em outras palavras, o homem da Idade Média, ao matar o inimigo, eliminava um problema, mas respeitava-o na sua violência. Quantos reis derrubados em batalhas não foram passados ao fio da espada, mas mantidos prisioneiros pela valentia com que se houveram, sendo, talvez, São Luiz dos Capetos o exemplo mais vivo de respeito por inimigos valorosos.

O homem do século XX/XXI não mata. Ele destrói o adversário. Na competitividade e na busca da auto-realização, o homem do século XX/XXI torna o seu adversário ou competidor, quando o derrota num "zumbi", num "morto-vivo", a que a sociedade não deve qualquer respeito.

Este ou se aniquila de vez, ou é obrigado a buscar compensações em grupos de descontentes e de desestabilizadores da sociedade, à falta de oportunidades.

A violência psíquica é sempre muito mais aguda, muito mais grave, muito mais corrosiva que a física, que pode destruir o corpo, mas não

destrói o espírito, nem a alma.

Por outro lado, o homem do século XX/XXI faz do derrotado um escravo. Não um escravo institucional, em termos daquela escravidão que a história conheceu, em que, em grande parte das vezes, a dignidade pessoal era respeitada.

Quantos escravos, no império romano, foram tutores da elite dos dominadores do mundo. Os grupos vencidos e escravizados foram grandes mestres da juventude romana durante séculos, o mesmo ocorrendo entre os povos bárbaros.

O escravo moderno não tem estatuto legal de escravo, mas é mais escravo do que o escravo antigo. Ele é um dependente que vale menos que uma boa máquina e, portanto, é respeitado menos que uma boa máquina.

Por outro lado, o vencedor é um ser superior. Nos concursos públicos, nas empresas, nas actividades académicas e culturais, o vencedor é sempre senhor e o vencido um servo, que tem destruído o seu espírito e que só sobrevive abrindo mão de seus "direitos" ou da sua "dignidade".

E, como o homem do século XX/XXI em grande parte já não tem valores em que se apoiar e onde se revitalizar, à nitidez, o homem do século XX/XXI, quando derrotado nesta competição de sobrevivência, não possui os consolos, o respeito e a esperança da retomada, do recomeço. Tendo confiado apenas nele e não nos ideais na sua luta, quando é derrotado, nada mais lhe resta e torna-se um escravo, sem respeito próprio, de utilização cada vez mais dispensável à medida que a máquina lhe tira espaços e perfil humano.

4.3 A MARGINALIZAÇÃO DOS INCOMPETENTES

No Estado do Bem-Estar Social, a marginalização dos incompetentes não é dramática. O Estado assegura-os no desemprego e a sua aposentadoria está garantida com relativa tranquilidade. E,

nos Estados Socialistas, que temem os competentes, pois estes são sempre os que mais contestam o regime, tal marginalização é até desejada. Competentes e incompetentes são igualmente tratados pelo Estado, os primeiros aproveitados nas ciências exactas – e muitas vezes perseguidos, se a sua especialidade são as ciências sociais – , os segundos recebendo o apoio do Estado para que não perturbem, garantindo um mínimo de trabalho e um mínimo de certeza de que o Estado os sustentará sempre.

"1984", de Orwell, retrata bem o Estado Socialista elevado à sua máxima força, em que o Grande Irmão tudo provê, inclusive o pensamento da sociedade, proibida de raciocinar ou desejar coisas burguesas, como um quarto para que dois amantes dêem vazão ao seu amor, que não pode resultar em casamento, pois também a prole é controlada, por questão de garantia nacional.

No Estado Socialista, a luta pelo poder é facilmente solucionada, quem ganha fica no poder, quem perde é simplesmente morto ou aprisionado.

Na União Soviética, Stalin sucedeu a Lenine, que matou Trostky e foi sucedido por Beria e Malenkov, afastados de forma traumática, e por Kruchev, que teve seus seguidores perseguidos por Breznev. Este, por sua vez, teve os que o seguiam perseguidos pelos sucessores até Gorbachov, que só não foi também liquidado ou totalmente desmoralizada a sua memória porque o Muro de Berlim veio a cair.

Em Cuba e na China, é de se notar que quem se opõe ao regime tem vida curta ou longa vida na prisão, de tal maneira que aos que lutam pelo poder só resta a alternativa de vencer, pois a derrota é sempre fatal.

De qualquer forma, a inércia dos totalmente marginalizados é menor nos regimes socialistas, mas o mal-estar dos "competentes" marginalizados é muito maior, visto que o padrão estereotipado não oferta senão a opção de não pensar, porque o Estado pensa por eles, de não contestar para não ir para a prisão e de não desejar subir, porque os espaços não existem para os livres pensadores.

Por esta razão, a Economia dos países socialistas é um fracasso, a competitividade inexiste, o progresso apenas ocorre nas ciências militares, dedicadas a sofisticar os combates e o aparelho repressivo.

Lembro-me da palestra que dei em Bonn, na Alemanha, em 1991, e do jantar que ofereceram os organizadores aos conferencistas. Instalou-se, à minha mesa, um professor da Alemanha Oriental, que, ao começar a contar a queda do Muro de Berlim, não se conteve e os seus olhos ficaram cheios de lágrimas, de emoção ao narrar o episódio. Apesar disso, contou-nos que, não obstante nunca ter pensado que veria o desmoronamento do império soviético e nem que se sentiria livre, a maior parte do povo alemão, principalmente aqueles com mais de 40 anos, estava desorientada, visto que quando o Estado deixou de pensar por eles, perceberam que não estavam preparados para enfrentar a competitividade do mundo ocidental. Minha mulher ficou vivamente impressionada pelo depoimento.

O Estado do Bem-Estar Social, todavia, faliu, e o seu substituto ainda não foi encontrado. Cada vez mais, o Estado está menos preparado para garantir a leva crescente dos marginalizados. Também cada vez mais o Estado necessita reduzir as garantias que no passado dera, a fim de poder, como instituição, sobreviver. O número dos marginalizados que os não-marginalizados devem suportar por meio do Estado cresce, ano a ano, tornando os orçamentos públicos peças permanentemente desequilibradas com consequências também nocivas sobre a moeda, desenvolvimento económico e inflação.

A tentativa, em todo o mundo, de redução dos direitos dos marginalizados sustentados pelo Estado provoca, por outro lado, a revolta destes, lembrando-se que a greve geral no fim de 1994, na França, teve como ponto central a redução dos direitos dos reformados, que o governo pretendia impor.

Os marginalizados de hoje estão mais inseguros, mesmo nos Estados evoluídos, que os marginalizados de ontem, e os marginalizados de amanhã estarão muito mais inseguros se o Estado continuar a ser apenas uma entidade ao serviço dos que a conquistam pelo poder,

ou pelas urnas, ou pelos concursos, colocando-a primeiro à disposição deles mesmos e só depois, se houver dinheiro e tempo, à disposição do povo.

No mundo não-socialista – que cresce e torna evidente o fracasso do modelo socialista, necessariamente um modelo retrógrado, sem criatividade e nem competitividade – a técnica, substitutiva do homem, e a competência, marginalizadora do incompetente, criam um quadro sombrio para o futuro.

A tese daqueles que negam um repensar do Estado de Providência – pois o marginalizado é, de qualquer forma, "mercado" e a contracção dos "mercados" é ruim para a Economia globalizada – não alberga a hipótese de que o crescimento do mercado, demograficamente falando, é ainda superior ao crescimento da leva dos marginalizados. Isto vale dizer que o efeito "contractor" só se fará sobre estes, de forma dramática, quando houver equiparação entre mercado e produção. Esta hipótese justificaria a manutenção dos níveis de marginalização aos padrões do começo da década se o pleno emprego e o pleno mercado fossem uma realidade, o que nunca aconteceu.

O certo é que o crescimento dos marginalizados, que perdem a batalha da competitividade e correm o risco de perder a batalha da protecção do Estado, torna-se, de forma angustiante, o grande complicador da estabilidade das instituições, propondo questão das mais complicadas e que cada dia se faz com maior persistência no mundo inteiro: cabe ao Estado manter a liberdade sem assegurar a subsistência, ou é preferível manter a ordem sem contestação com um mínimo de subsistência assegurado? O que é melhor: a liberdade sem um mínimo de subsistência ou a ordem sem liberdade e com um mínimo de subsistência?

4.4 A MOLÉSTIA PSICOLÓGICA

O desafio do fim do século XX é superior à capacidade humana de suportá-lo. A grande maioria da população do mundo, mesmo que

adquira conhecimentos para competir, não tem estrutura biológica, nem psicológica para enfrentar uma disputa em que, cada vez mais, o acúmulo de conhecimentos e a vontade de vencer apenas permitem que a pessoa não recue.

Por esta razão, os bancos dos psicanalistas e os consultórios dos psiquiatras estão permanentemente cheios. O sucesso na vida é tudo. O fracasso é a destruição interior da pessoa, que deixou de ter referencial seja em valores, seja em Deus. A pessoa bem-sucedida, ainda que não tenha escrúpulos, é mais aceita pela sociedade que a malsucedida ética, que se recusa a aceitar soluções que agridam a sua moral. A sociedade apenas aceita os vitoriosos e raramente indaga como obtiveram a vitória. E, quando a mídia descobre que tal vitorioso não tem escrúpulos e merece ser punido – hipótese pouco comum – , da mesma forma que o aceitou como vencedor sem nada perguntar, embora conhecendo a "técnica" da vitória, abandona-o à sua sorte, quando não auxilia a afundá-lo.

Como tubarões que devoram os outros peixes até que um deles sangre e seja devorado pelos seus, a sociedade moderna atinge os fracos e afunda os fortes que não souberem esconder a sua acção imoral.

O grosso da humanidade, todavia, não tem estrutura psicológica para suportar o dilema. Os velhos, porque cansados, perderam o vigor e a velocidade para acompanhar a era da informática e dos grandes investimentos. O número de pessoas com mais de 50 anos, que manipulam os modernos aparelhos, é pequeno e será cada vez menor até que a tecnologia permita comandá-los por uma mera ordem falada, sem o intrincado número de códigos de acessos aos mais variados programas.

A depressão passou a ser um distúrbio constante entre os integrantes da sociedade, rara sendo a família que não tem um doente entre os seus. Em alguns países, o medo do fracasso leva ao suicídio, o que ocorre com intensidade maior em países como o Japão, onde o insucesso na escola veda as portas do ingresso no mercado de trabalho. A família considera uma desonra ter filhos que vão mal nos estudos. E ao jovem amargurado, muitas vezes, resta apenas o suicídio.

Dados levantados por instituições americanas calculam que, hoje, 30% da população activa sofra alguma espécie de doença psicológica, percentual espantoso, quando se lembra que no início do século, apenas uns 2% aparentavam sintomas. É que enfrentar o desafio da vida não abalava as estruturas biológica e psicológica da pessoa, visto que tais desafios eram compatíveis com as suas potencialidades e a velocidade da evolução tecnológica muito inferior. E tinha a maior parte da população mundial valores em que acreditava (Deus, Pátria e Família).

Hoje não. A luta pela sobrevivência é feroz e desigual, não havendo parâmetros de como abrir espaços, em face da velocidade substitutiva da máquina e da redução de campos de trabalho, com o aumento de pessoas ingressando no mercado laboral sem horizontes e perspectivas.

E, neste quadro, os abalos psicológicos são crescentes.

O aspecto que mais merece ser lembrado é que os bancos dos analistas e os consultórios dos psiquiatras são mais procurados, no fim do século, do que o confessionário das igrejas, em que os sacerdotes podem aconselhar e induzir pessoas a redescobrirem valores em momentos de crise ou perante derrotas, neste desafio crescente.

Por sua vez, psicanalistas e psiquiatras ajudam mais a diagnosticar os problemas do que a solucioná-los.

O trabalho dos médicos na terapêutica da depressão tem conseguido mais evitar o colapso da pessoa deprimida, que equacionar os seus problemas, sobre os remédios, cada vez mais violentos, terminando por gerar alguma dependência no paciente.

Por outro lado, os analistas, que ainda conhecem pouco a psique humana e nem sempre têm valores em que acreditar, terminam por libertar as pessoas de alguns escrúpulos, abrindo muito mais campo para a liberdade irresponsável do que para uma liberdade consciente.

A brincadeira que se fazia no passado, que o descompasso actual do mundo organizado se deve, em nível de macroproblemas, ao economista e de microproblemas ao psicanalista, aquele descompassando o homem em colectividade e este o homem

individual, muitas vezes sai do campo jocoso para se tornar, em alguns casos, dolorosa realidade.

O certo é que o desafio do século XX/XXI é superior à estrutura biológica e psicológica do ser humano em enfrentá-la, razão pela qual o nível de moléstias psicológicas cresce, na medida do fracasso do ser humano em conviver com tais desafios.

4.5 A LONGEVIDADE DOS IDOSOS COMPETENTES

Outro aspecto que merece cada vez mais reflexão de estudiosos diz respeito à longevidade dos idosos capazes. Não se trata da longevidade das pessoas que ficam fora do mercado de trabalho, porque já estão sem forças e sem competência, de que falei nos capítulos anteriores. O problema do idoso culto é diverso. A terceira idade de hoje acumula experiência, conhecimento e muitas forças físicas, como em nenhum período da história humana, e tem experiência de vida consideravelmente maior.

Nessas condições, o idoso é afastado, sem se sentir merecedor da marginalização. Sente, ainda, disposição para trabalhar e, nos países mais desenvolvidos, procura acompanhar, com a velocidade possível, a evolução da época.

Ocorre que se a sua experiência e conhecimentos são superiores aos dos jovens, as suas forças e a sua capacidade de readaptação a novos desafios são menores, assim como o preconceito da sociedade quanto à sua utilidade no mundo moderno é maior. O idoso é uma pessoa de utilidade inequívoca, mas sem espaço de trabalho pela falta de oportunidades, de um lado, e pela concorrência selvagem dos jovens de outro.

Tal perspectiva leva, automaticamente, o idoso a ser um problema social, mais no presente que no passado, mormente levando-se em consideração que no passado era um insuficiente, o que não é, no presente, em grande parte.

No Brasil, a lei dos sexagenários, dando liberdade ao escravo que atingisse esta idade, objectivava mais libertar o patrão de sustentá-lo, já que não tinha mais utilidade, do que ofertar um prémio à idade.

Em outras palavras, o idoso, no passado, era um inútil. No presente, é uma pessoa de utilidade diferenciada e, muitas vezes, muito melhor que o jovem, dependendo da área de conhecimento.

Ora, sobre o desemprego estrutural atingir a leva de jovens que entra no mercado de trabalho, tal moléstia social afecta também o velho, que não encontra oportunidades por falta de compreensão do mercado e pelo preconceito de que não está preparado para a "modernidade".

Tais pessoas eram protegidas pelo Estado do Bem-Estar Social, mas a elevação do nível das suas potencialidades, da sua idade, do seu conhecimento, das suas forças, levou todos os países a ingressar num quadro pré-falimentar de aposentadorias e "seguro-desemprego", que faz com que, cada vez mais, um número menor de empregados activos sustentem um número maior de inactivos.

É de se lembrar, por outro lado, que no passado as famílias eram mais solidárias, mais sólidas e mais carinhosas com os seus idosos. Hoje não. A família desestruturou-se, o sentimento de solidariedade inexiste, quase sempre procurando soluções de internamento em asilos de velhos, pois, assim, afastam da vista os problemas inerentes à senilidade. Os Estados, todavia, não têm condições de criar tantos asilos quantos são necessários para acolher tal leva de marginalizados.

Acresce-se, como já se viu em capítulos anteriores, o drama psicológico, que passaram a ter os mais idosos ou mais senis, em face deste endurecimento emocional da sociedade, já que são atropelados pela contingência, passando a ter que conviver num mundo que não os aceita.

A própria tentativa de liberalização da eutanásia, como forma "humana" de aliviar as dores, se adoptada, como muitos desejam, será a forma de alargar a possibilidade de eliminação dos idosos com problemas, inclusive psicológicos, se desejarem, criando-se o

"homicídio consentido ou induzido", a título de minorar sofrimentos de moléstias tidas por incuráveis, apesar dos crescentes avanços da ciência em encontrar soluções para as mais variadas moléstias, inclusive para o "cancro", sendo agora muito menos devastador do que era no passado.

A sociedade moderna gera a marginalização dos idosos, por ser cada vez menos solidária e sem valores. Transfere para o Estado a obrigação de atendê-los, por considerá-los um estorvo, mesmo que ainda sejam capazes de trabalho e que, sem a crise do desemprego, não precisem de permanente auxílio do Estado ou dos seus familiares.

A longevidade dos idosos, num perfil de maior capacidade e força no presente, o estreitamento de oportunidades que lhe apresentam, os caminhos para afastá-los do convívio com a sociedade selvagem, que luta para sobreviver, em Estados falidos para garantirem o que os seus textos legais garantem são complicadores para solução de alguns dos problemas de sobrevivência do homem na viragem do século. Exige-se, sobre o idoso, reflexão diferente daquela que vem sendo feita até hoje, pois a terapêutica clássica tornou-se obsoleta e a necessária e actualizada ainda não consegue ser encontrada.

4.6 A FALÊNCIA DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL

Como tenho procurado demonstrar, o Estado do Bem-Estar Social faliu. A estrutura de poder que o caracteriza não permite mais atender a sociedade, visto que foi moldada para atender, em primeiro lugar, aqueles que detêm o próprio poder.

Rudolf Jhering justificava a preferência pela burocracia (A Finalidade do Direito) por entender que o burocrata dedica a sua vida a servir o povo e deve ter, no final dela, a garantia de que o Estado dele cuidará, como ele cuidou do povo. Em verdade, a premissa omite duas verdades que invalidam a ideal postura do clássico servidor idealizado por Jhering.

A primeira é que o burocrata não busca o Estado em face de seu ideal de servir, mesmo que à custa de seus próprios interesses, mas apenas a garantia que o Estado lhe pode dar para lhe assegurar um meio de vida. E opta pelo concurso público e pela carreira, mais para ter a garantia, que o segmento privado da economia nunca lhe dá, do que para servir. O servir a sociedade é consequência e não finalidade, e essa consequência apenas ocorre se tiver tempo para servir. Por esta razão, o "corporativismo burocrático" é um dos grandes entraves para a redução do tamanho do Estado a um modelo ideal, em que seja mais prestador de serviços que protector do "Bem-Estar da corporação".

Exemplo típico deste *esprit de corps*, levado a extremas consequências está no artigo 38 do ADCT da Constituição Brasileira, que pretende "garantir" que retornem à sociedade pelo menos 35% dos tributos que esta paga, isto é, da receita retirada do contribuinte, em serviços públicos, vedando que mais do que 65% dessas receitas tributárias sejam destinadas ao pagamento da mão-de-obra oficial. Ora, tal percentual nunca foi respeitado pelas diversas entidades federativas do País, sendo o desrespeito, isto é, a ultrapassagem dos 65%, avalizado pelo STF, o qual, em questão envolvendo o Governo de Santa Catarina, entendeu que, por serem irredutíveis os vencimentos que os governantes se auto-outorgaram, não poderia deixar aquela Unidade da Federação de pagá-los, mesmo que acima do limite.

A inicial premissa, portanto, é falha, ou seja, a de que o burocrata objectiva, primeiramente, servir a sociedade, quando a realidade é que, em primeiro lugar, ele objectiva garantir-se e servir-se do poder.

A segunda premissa é que o burocrata se assemelha ao político na manutenção do poder e quem o tem não pretende perdê-lo. Por essa razão, ao dar e receber apoio do político, oferta condições de se manter nele. Quando o político cai, em face da estabilidade que se auto-outorgou através dos políticos, o burocrata permanece no posto, ao lado daqueles que os vencedores agregarão à máquina estatal.

Por esta razão, a burocracia inchada cresce em proporção superior às necessidades reais de qualquer país, embora inferior às pretensões

do burocrata e de como gostaria que o país o servisse. Já a sociedade acaba sendo chamada a socorrer, com os seus tributos, o crescimento da máquina estatal, mera decorrência do princípio da distensão irreversível das despesas públicas formulado por Adolfo Wagner.

Como os políticos e burocratas se auto-ofertam as condições de segurança e se autogarantem – muito mais que à sociedade – na sua aposentadoria, à evidência, o Estado do Bem-Estar Social (que apenas continua realmente de bem-estar social para os que exercem o poder) termina por falir, visto que, ao garantir, acima das suas próprias forças, os governantes não têm condições de garantir a sociedade a que deveriam servir. Esta, por sua vez, não dispõe de recursos tributários suficientes para atender a um governo com esse perfil.

Por outras palavras, o Estado do Bem-Estar Social revelou-se um peso superior à possibilidade de a sociedade sustentá-lo para que retorne em serviços o que dela tirou em tributos.

Neste quadro, o homem comum não-participante do poder – que não encontra emprego, que não tem segurança nem na aposentadoria, nem no desemprego, mas que tem força física e, pelo menos, informação do que ocorre a seu lado e no seu país e no mundo – sente-se frustrado, revoltando-se e nem sempre vendo, na democracia, o caminho natural para a solução dos seus problemas. Em face dos desperdícios visíveis que a luta democrática gera, rebela-se sempre contra os políticos que prometem nas campanhas o que não cumprem no governo e contra o estamento burocrático que mais inferniza que simplifica a vida da sociedade.

É que é mais fácil governar, nos regimes fortes, sem oposição do que nos regimes democráticos, embora o povo desiludido não perceba que sem democracia a sociedade não tem qualquer espécie de controlo sobre os governantes, nem mesmo aquele que se faz – ainda que de forma canhestra, suspeita e preconceituosa – pela imprensa.

O Estado do Bem-Estar Social faliu e a dimensão de sua falência no mundo inteiro faz-se sentir com maior agudeza e será ainda pior no futuro, a não ser que se faça um novo modelo de reflexão sobre o

seu papel e o do governante, o que implicaria formatação de um novo tipo de político e de burocrata, hoje inexistentes. E por ser o Estado, como disse Helmut Kuhn (O Estado), uma "mera estrutura de poder", dificilmente terá perfil diferente no futuro, porque nunca o teve no passado.

EDUCAÇÃO X OPORTUNIDADES

5.1 MAIOR EDUCAÇÃO

O mundo do fim do século XX é mais educado e mais erudito. Do analfabetismo bárbaro da Idade Média – de que se ressentiam os próprios reis, preparados que eram apenas para os campos de batalha e não para os campos da cultura – até o ano 2000, o homem evoluiu consideravelmente. Ganhou mais informação, conhecimentos, educação e erudição, que não significam necessariamente cultura.

No campo educacional, a escola invadiu todas as nações do globo. Não apenas as universidades, ensino de elite, que surge no início do 1º milénio na Europa, mas as escolas para os camponeses, burgueses, operários e para todos os segmentos sociais.

Se comparada às dimensões da Idade Média, em que a educação era restrita e apenas as pessoas escolhidas é que podiam dela beneficiar – e a Igreja teve papel preponderante, visto que era a única instituição a educar regularmente, a ela se devendo o surgimento das universidades –, a evolução foi fantástica. Hoje, mesmo nos países pouco desenvolvidos, ensinam-se às pessoas os rudimentos necessários para se situarem no mundo. O analfabetismo cai em todo o mundo. E as pessoas, até aquelas ainda não-alfabetizadas, tendo o acesso que têm aos meios de comunicação, ganham um conhecimento que nenhuma outra, no mesmo nível, tinha no século passado.

O mundo está longe do ideal que políticos, nas campanhas e organizações internacionais, desejam, mas está em condições educacionais muito melhores do que na primeira metade do século.

A própria independência das nações foi-as obrigando a preparar os seus nacionais com ensino e educação.

Ora, a educação acarreta problema de frustração crescente para aquele que a recebe e não tem como usá-la, para aquele que a adquire insuficientemente e sabe que não pode concorrer com aqueles que cursaram escolas melhores, para aquele que tem acesso ao conhecimento, mas percebe que, por não ser melhor, não terá espaço no mercado.

As oportunidades, no passado, em que mais forte sentimento de solidariedade familiar e menor educação do povo eram evidentes, talvez não fossem maiores que no presente. Havia, entretanto, um certo conformismo da pessoa não educada, sem ambições, em aceitar seu destino, sem horizontes. O seu conformismo e a solidariedade familiar e social formavam o seu universo.

A educação abriu horizontes que o homem comum do século passado não tinha, mas não abriu oportunidades. Retirou-lhe o apoio da solidariedade familiar e social pela própria perda de valores e não a substituiu por uma solidariedade do Estado ou do poder, nem criou caminhos para atingir os horizontes descortinados pela educação.

A educação, por outro lado, desvendou o espírito de competitividade, tornando cada vez mais aguda esta busca de espaço para respirar com dignidade, mesmo que para atingir o espaço respirável se deva perder a dignidade. A educação passou a ser a nota do homem do século XX e dos governos, mas apenas gerando a aquisição de conhecimentos e informações, não a segurança de sobrevivência.

Cada vez mais, o homem entra no mercado de trabalho absolutamente consciente de que o que recebeu de educação não lhe garante sucesso na vida profissional, mas sim sentimento de frustração permanente, de incerteza e de desânimo, sempre que instrumentalizando-a se revela ela incapaz de gerar a tranquilidade desejada.

Em outras palavras, o facto de ter mais acesso à educação não lhe assegurou nem maiores oportunidades, nem felicidade, não sendo certo que o homem mais educado e mais ambicioso do século XX seja mais feliz ou mais realizado que o homem menos educado e mais conformado do século XIX.

5.2 MAIOR CULTURA

Miguel Reale costuma, nos seus livros, apresentar os diversos sentidos da palavra "cultura", cuja abrangência a torna praticamente sinónimo de "civilização". No seu último livro, "Paradigmas da

Cultura Contemporânea", apreende a filosofia universal, à luz da cultura, no que denomina de "historicismo axiológico" ou "experiencialismo transcendental". A dimensão superior do homem, portanto, encontra-se na captação da cultura para processá-la perante a vida.

Em outras palavras, a cultura, que pressupõe a educação e que não prescinde da evolução (somatória de conhecimentos específicos ou genéricos não sopesados de forma universal), representa a última etapa do conhecimento, visto que a sua aquisição compreende o posicionamento daquele que a adquire perante todos os fenómenos da humana experiência, em dimensão coerente e orgânica.

O erudito pode não ser um homem culto. O culto será necessariamente um erudito e este, que possui educação, só dará o salto de qualidade que a cultura exige quando souber integrar harmonicamente os seus conhecimentos.

O homem do século XX em média é mais culto que o do século passado e pode adquirir a cultura com mais facilidade. Cada vez mais editoras e empresas que trabalham com informática buscam simplificar a sua aquisição, tornando-a matéria pertinente a tratados própria de manuais, o que facilita o acesso à cultura, mesmo aos menos inteligentes, desde que esforçados.

A visão de conjunto que a cultura permite é hoje realidade acessível a um contingente tão grande de pessoas, que praticamente quem se educa pode chegar ao estágio cultural com facilidade.

Nas bancas académicas e concursos cada vez mais os examinadores dão menor importância à somatória de informações ofertada pelo candidato ao título – que já não pressupõe mais a pesquisa cansativa e orientada – e maior à originalidade do enfoque, ao toque pessoal do candidato em relação ao tema abordado.

Qualquer criança tem hoje acesso, via Internet, a qualquer biblioteca de qualquer universidade, já não precisando frequentá-las. A informação é alterada com tal rapidez que o acúmulo num trabalho

académico muitas vezes é até desmerecedor, porque representa ter o candidato todo o acesso aos bancos de dados informatizados, sem que a avaliação adequada de decantação do nível de informação obtido seja possível, se excessiva. Em outras palavras, a cultura deixou de ser para o homem ordenado do século XX estágio de conhecimento apenas acessível aos mais habilitados, mas é hoje estágio de fácil acesso, em que a ordem e o método superior podem prevalecer sobre a inteligência, se esta for brilhante mas desorganizada.

Ora, o homem do século XX/XXI, à medida que ganha esta visão universal das coisas, do indivíduo e da sociedade e não encontra oportunidades para exercer a sua vocação superior, torna-se um frustrado, um rebelado, um revoltado e se exerce, em alguma escola ou universidade, a função magisterial, um veiculador de suas frustrações à juventude que deseduca e, muitas vezes, deforma. Se trabalha num jornal, deixa o seu ressentimento transparecer, procurando no fracasso dos bem-sucedidos, a cuja queda dá ressonância maior, justificar um pouco o seu próprio fracasso.

Ocorre que as pessoas mais cultas não são necessariamente as mais bem-sucedidas materialmente, mas têm um poder de formar opiniões mais forte que os bem-sucedidos. Um Tales de Mileto, que demonstrou poder ganhar dinheiro com os seus conhecimentos, embora este não fosse o maior objectivo de sua vida, ou Sócrates, que não dava atenção aos bens materiais, não são a regra. E a revolta nas dificuldades que enfrenta para cuidar da família, dos filhos, de gerar oportunidades para os que constituem o seu meio é tanto maior quanto mais vê mediocridades triunfarem, exibindo os seus sorrisos e o seu bem-estar material em revistas especializadas em exaltar o sucesso material dos que têm dinheiro ou sucesso, mesmo que a ética não tenha sido o caminho seguido para os adquirir.

Na maioria dos casos, o culto é um formador de opinião que vive em dificuldades e se revolta contra o homem bem-sucedido, que considera inferior no plano cultural e que, por esta razão, lhe causa inveja. E a sua revolta quase sempre é alcandorada por uma sensação

de que, ao combater o forte, está defendendo o fraco, o injustiçado, o insuficiente, quando, em verdade, o seu combate ao forte, a sua crítica, a sua alegria com a queda dos poderosos são apenas a exteriorização da real inveja por não ter tido ou aproveitado oportunidades ou por não ter talento para aproveitá-las, sem perceber que o seu fracasso, muitas vezes, decorre da sua própria imobilidade, apesar de culto, mais do que da sua falta de oportunidades.

O certo é que a casta dos bem-sucedidos, na maior parte das vezes, não inclui os cultos, que são cada vez mais numerosos. E, na casta dos malsucedidos, na maior parte das vezes, não se incluem os oportunistas incultos, o que torna a revolta maior e seu poder de destruição da opinião relevante, em face da frustração pessoal.

Em outras palavras, o culto não bem-sucedido, mesmo que se apresente como defensor dos seus iguais e malsucedidos, é alguém que tem influência formativa, mas que, alimentando-se do ódio contra os que foram melhores que ele, gera problemas sérios à estabilidade social pelo acesso que termina tendo aos meios de informação e formação.

O culto é quase sempre alguém que está contra todos e principalmente contra os detentores do poder e os ricos, abraçando quaisquer teses que possam combatê-los, mesmo que deletérias e corrosivas. E o seu enorme poder de destruição tende a crescer.

5.3 MAIOR INFORMAÇÃO

No século XX/XXI, a sociedade afoga-se em informações. Há canais de televisão, visionados em todo o mundo, que veiculam apenas notícias, em diversas línguas, durante 24 horas. No mais distante lugar do planeta, a notícia chega e a informação atinge desde o núcleo humano mais despreparado que conte, no seu meio, com algumas inovações tecnológicas, ao mais experimentado cientista de qualquer área.

O século XX/XXI é a era da informação. Todos a obtém à hora que desejarem, da forma como quiserem, não mais sendo possível

esconder, em qualquer país, o que se passa no mundo. Se não pela televisão, pelo rádio ou pelos jornais a notícia invade toda a terra.

A notícia, mais do que os erros internos, derrubou a União Soviética e a maior parte das ditaduras; aquelas que permanecem (China, Cuba, Iraque) sabem que os seus dias estão contados e lutam para que uma transição intraumática ocorra após a morte dos líderes carismáticos (Cuba, Iraque). E é bem possível que terminem antes da morte de tais líderes ou com o desaparecimento antecipado destes tiranetes por alguma revolução interna.

A China vive o problema mais dramático, em face da sua população, da gerontocracia que a dirige e por ser um estado militar de repressão semelhante ao dos nazistas, mas já dá sinais inequívocos de deterioração, não sendo mais o comando que exerce sobre uma população submissa tão invulnerável e tão incontrolável como no passado, o mesmo ocorrendo com a Coreia do Norte, em que a inércia de seu povo é chocante, ao lado do que ocorre com a Coreia do Sul.

A notícia, hoje, derruba governos e regimes, celebridades e heróis, por ser o verdadeiro Tribunal da História, e é um tribunal deturpado, em que o contraditório inexiste e o jornalista, apoiado pelo seu editor e chefes de redacção, pode julgar e atingir qualquer pessoa, sem necessidade do devido processo legal.

Como na peça de Guilherme Figueiredo, quando Esopo oferece a Xantipas a "língua" como o melhor e o pior prato, a notícia é o melhor e o pior Tribunal da História, fazendo justiça muitas vezes e também injustiças irreversíveis outras.

Nos dias actuais, possui a imprensa o maior poder do mundo, não mais sendo possível coibir a local, pois a internacional se incumbe de revelar os factos, como ocorreu, recentemente, com a devastação provocada pelo satélite chinês, que perdeu a rota e destruiu uma cidade.

A notícia forma e deforma, causa expectativas e desilusões, paixões merecidas e ódios injustificáveis, sendo o povo fácil campo de manobra e de manipulação pela imprensa.

A imprensa, que não permite que factos escusos fiquem escondidos e traz à luz tudo o que de indigno há nos governos e na sociedade, é também aquela que pisoteia os bons costumes, muitas vezes passando a sua falta de valores maior a conformar, nos campos familiar e moral, grande parte da sociedade. O seu poder de influência é fantástico. Adultério, homossexualismo, espírito anti-religioso, ódio ao sucesso, inveja pelas conquistas alheias, desejos de vingança, falta de amor ao próximo, etc. são facetas superdisseminadas nas imprensas televisiva, radiofónica e escrita, que massacram o ouvinte, telespectador ou leitor. O destinatário, na maior parte das vezes, tem educação, mas não cultura suficiente para digeri-las com sentido de justiça, repetidamente considerando verdadeiro o que está nos jornais, apesar de não-provado. A "manchete" jornalística vale mais do que a "verdade" e a massa acredita mais na "manchete" do que na "verdade", até porque não sabe buscar a verdade.

Ocorre que a notícia chega ao povo que adopta mais as posições que conhece do que aquelas que deveria procurar, a bem da verdade, recebendo a maioria das notas com inveja, ódio, vontade de vingança por aquelas situações, que não consegue entender no seu conjunto, mas que sabe não serem aquelas que desejaria.

Por esta razão, o povo frustrado e diminuído nos seus valores maiores, que, muitas vezes, nem chega a perceber, pois a educação faz-se sem necessidade de se "valorizar os valores", é fácil campo de manipulação pelas informações. Comparando aquilo que possui com o que desejaria ter e não tem – e por estar mais preocupado em ter do que em ser – perfil da sociedade moderna – sente-se revoltado com tudo e descontente com o mundo.

5.4 MENORES OPORTUNIDADES

As oportunidades de trabalho estão cada vez mais reduzidas em todo o mundo. Crescem em progressão aritmética enquanto em progressão geométrica cresce a entrada de gente nova no mercado, sem chances de encontrar emprego.

Tem-se colocado, no "forum" de debates sobre a matéria, que o perfil do "empregado" futuro será diferente e que haverá oportunidades diversas daquelas que hoje lhe são apresentadas. Não terá mais o emprego estável, mas sim terceirizado. Será um autónomo à espera de que o chamem, como os jornaleiros da vinha evangélica, que aguardavam ser convocados, na praça. Podem, em vez de aguardar serem chamados, procurar as oportunidades, desde que a captação de clientela não implique violação ao Código de Ética Profissional.

Desta forma, cada vez mais as empresas tenderão a ter menos encargos sociais, afastando-se das altas disputas salariais e procurando terceirizar ou robotizar. Transferirão para os outros as obrigações que não desejem suportar, reduzindo as relações de trabalho-emprego.

No campo, o homem pede terra, mas só tem condições de plantar se for subsidiado pelo Estado. Mesmo assim busca invadir as terras de outros para, no conflito que produz, ficar com áreas que não lhe pertencem, partindo para uma agricultura de subsídio, isto é, sustentada pelo Governo.

Grande parte da alimentação do mundo continua vindo dos conglomerados e das cooperativas de produção. Cada vez mais a "agro-pecuária elementar" revela-se frágil, à falta de competitividade e de aproveitamento racional do solo.

A pressão psicológica dos "sem-terra", todavia, está a demonstrar que o caminho dos "contestadores" "sem emprego" não passará necessariamente pela racionalidade. Prepara-se a contestação futura dos "sem-tecto" e dos "sem-emprego", ambos jogados à própria sorte por falta de oportunidades.

De mais a mais, tal inexistência de opções gera o subemprego e a mão-de-obra temporária, com os traumas psicológicos e a insegurança decorrentes.

Ocorre que a evolução da máquina e da técnica continuará a reduzir as oportunidades e a eliminar a segurança do emprego.

À evidência, tal quadro impõe mudança de um perfil de trabalho, que transforma a disputa por uma vaga temporária em batalha que

não difere muito daquela que os gladiadores travavam nas arenas romanas, pois só os mais habilitados conseguirão sobreviver.

Esta mudança de relação, em que a maior educação e cultura do trabalhador, com maior nível de informação de um lado e o menor número de oportunidades estáveis de outro, substituídas pelo trabalho temporário e aleatório ou pela máquina, que ocupa, inclusive, este espaço, gera tensões superiores ás que a média das pessoas pode suportar. É inútil pretender formar alternativas, visto que elas são tão temporárias quanto o trabalho autónomo, devendo perder espaço crescente para a máquina, criativa e não geradora de encargos sociais.

Em termos diversos, a maior educação, cultura e informação e as menores oportunidades, dada a mudança de perfil do trabalho disponível, são sementes de tensões sociais e políticas, em que a Economia do futuro e o Estado, que se está moldando, são absolutamente incapazes de equacionar, razão pela qual não se afasta a possibilidade da clássica fuga de Estados falidos e com problemas internos, de transferir para o inimigo externo a origem dos seus problemas, gerando conflitos artificiais, que servem para diminuir as populações e dirigir as tensões contra pessoas de fora e não contra os governantes. Esta técnica infelizmente ainda não caiu em desuso no século XX, como os conflitos de Jugoslávia, as tensões entre Coreia do Norte e do Sul, ou do Oriente Médio estão a demonstrar.

Maior conhecimento e menor oportunidade são o drama crescente, para o qual não há solução à vista no quadro actual.

5.5 LAZER SOB TENSÃO

O direito a férias é um direito fundamental que deve ser assegurado aos trabalhadores e o lazer semanal também. A recomposição das forças é necessária como forma de evitar o stress, a baixa produtividade, a doença, o erro profissional. São "direitos-deveres" que toda a pessoa humana deve ter respeitados para continuar com condições de trabalhar eficientemente.

As empresas beneficiam-se deste lazer, visto que o empregado, descansado e refeito em suas forças, é mais produtivo. Por isto, a sua obrigação de conceder férias ou fins de semana remunerados tem uma contrapartida no campo da eficiência.

Numa sociedade empresarial clássica, depois da revolução industrial, em que o emprego era mais assegurado que na actualidade, tal perfil do lazer revitalizador sempre foi aceito.

O quadro, hoje, é diferente. O emprego formal é substituído pelo trabalho eventual, pela terceirização, pelo emprego informal, de tal maneira que o lazer deixou de servir como reintegrador de forças das pessoas que não têm vínculo empregatício legal. O trabalho eventual e o emprego informal desconhecem o lazer, visto que os encargos sociais não compõem o desenho dos que estão na informalidade ou trabalham por conta própria.

O trabalhador eventual tem o "lazer forçado" sempre que fica sem trabalho. E o empregado informal só tem lazer na eventualidade do seu patrão lho conceder, visto que, para a realidade do direito e das obrigações sociais, o empregado informal não existe.

O primeiro tem, portanto, um lazer pisoteado, incerto e sob tensão e o segundo não tem lazer, a não ser excepcionalmente, razão pela qual o efeito retemperador aludido é inútil. O lazer do terceirizado, trabalhador eventual e empregado informal é um lazer sob tensão, em que a preocupação de arranjar trabalho afecta todos os que estão usufruindo do descanso, quando não é o próprio descanso que termina por ser "n" vezes entrecortado pelo imprevisto de algum trabalho a fazer.

O lazer sob tensão, por outro lado, é feito quase sempre em locais onde as pessoas privilegiadas (aquelas que trabalham como servidores públicos ou políticos e que, por não correrem riscos maiores, na maior parte dos países, visto que têm "emprego" assegurado, trabalham menos que os cidadãos comuns, têm aposentadorias especiais em nível superior ao das aposentadorias dos demais cidadãos) exibem, não poucas vezes, o fruto da sua corrupção. Isto com padrões de vida

superiores ao que se poderia admitir como resultante do trabalho público honesto, com o que os seus gastos são ilimitados, apesar de limitados os proventos do trabalho oficial. Em outras palavras, tendo que conviver sob a tensão da insegurança com aqueles que não têm tensão profissional e se beneficiam, muitas vezes, das facilidades do poder, quando não levantam suspeitas sobre a origem de seus recursos excessivos, o lazer da maior parte dos "sem emprego formal" gera descompasso e desequilíbrio na própria *performance*, angústia e incerteza, com o que, não poucas vezes, se cansam mais descansando do que trabalhando.

Acresce-se ao "emprego formal" aspecto até à pouco tempo desconhecido. Quando o "empregado formal" sai em férias, normalmente outro, provisoriamente, fica no seu lugar; se este que fica em seu lugar estiver em escala hierárquica inferior, tudo fará para demonstrar competência aos seus chefes. Vale dizer que quando o "empregado formal" sai em férias está sempre correndo o risco de ver alguém ocupar – e melhor – o seu lugar e vir a perder o emprego na volta. Por esta razão, mesmo para o "empregado formal" a tensão segue um pouco o lazer, quando não prefere receber em dinheiro as férias e continuar trabalhando, para não correr o risco de perder o posto de trabalho.

Por fim, é de se lembrar que as empresas com capacidade ociosa tendem a antecipar férias o que, muitas vezes, é também a antecipação de demissões colectivas, razão pela qual este lazer é também um lazer sob tensão, visto que temem os "empregados formais" deixar de o serem na volta das suas férias.

O descanso retemperador que as férias supõem é cada vez menos retemperador e cada vez mais gerador de tensões.

5.6 DIREITOS X DEVERES

Um outro aspecto a ser analisado neste capítulo é o que diz respeito à convicção crescente de que as pessoas têm direitos, mas uma convicção menor de que a tais direitos correspondam deveres.

Na sociedade do século XIX as pessoas tinham convicções dos seus deveres e noção dos seus direitos. Já no século XX, elas acreditam ter mais direitos do que realmente possuem e menos deveres do que efectivamente têm.

Entende-se que esta reformulação da concepção não foi apenas fruto do aumento de consciência do seu papel, da sua educação, do conhecimento, da informação e da cultura, mas também da perda de valores, da redução das virtudes como metas a serem obtidas, com o que as pessoas se voltam mais para si mesmas do que para os outros.

A descoberta dos direitos e a perda de valores transformam o homem do fim do século XX num poço de egoísmo, em que a auto-realização é mais importante do que o cultivo de qualidades morais, pois todos os meios justificam os fins.

Por outro lado, o perfil da sociedade empregadora mudou. No passado, o dono da empresa era o empregador e aquele que aquilatava a lealdade das pessoas e seu valor e a relação empregado-empregador era mais efectiva, mais forte e mais duradoura.

Hoje não. Quem dirige as empresas são os tecnocratas, os executivos, pessoas desvinculadas do controlo patrimonial, mas com o eficaz controlo empresarial, que pretendem fazer "a sua" carreira e cuja lealdade para com a empresa vale até uma proposta melhor de qualquer outra empresa.

A sua primeira lealdade é consigo mesmo. A empresa é um instrumento do seu crescimento, da sua auto-afirmação e dura enquanto se estiver realizando na empresa. A relação fria que decorre de tal concepção leva, evidentemente, o executivo a ver as pessoas que para ele trabalhem, não como seres humanos, mas como peças de xadrez a serem sacrificadas para o seu sucesso, como fez o Marechal Patton, na Segunda Guerra Mundial, apenas para chegar primeiro que outros generais ingleses aos principais postos inimigos na Itália.

Quem não oferece segurança não recebe lealdade e quem não é leal passa a proteger-se nas reivindicações trabalhistas, nas acções por danos

morais, nos pequenos aproveitamentos, nos grandes desperdícios, no receber complementos da sua remuneração por fora, ao facilitar o acesso deste ou daquele vendedor no quadro de fornecedores da empresa, nos desvios de informações e em muitos outros estratagemas, para ganhar mais e auto-afirmar-se.

Em outras palavras, a empresa moderna não dá mais segurança ao empregado e este não lhe retorna em lealdade a segurança que não tem.

Ora, tal quadro leva a hiperdimensionalização dos direitos e a uma hipodimensionalização dos deveres, palavra que cai, cada vez mais, em desuso, pois os deveres são negligenciados e até se elogia a "ética" do incumprimento dos deveres, como sendo prova de modernismo.

Os empregados dão pouco porque recebem pouco e só dão mais quando se sentem acuados com a possibilidade de perda do emprego. Estão, todavia, sempre preparados para as maiores reivindicações através dos seus sindicatos.

Os empregados das empresas estatais e os servidores públicos não têm, sequer, o receio de perda do posto de trabalho, com o que o seu comprometimento com os objectivos da empresa ou do Estado é, a rigor, nenhum, razão pela qual peticionam, cada vez mais, por direitos que se auto-outorgaram e desresponsabilizam-se dos seus deveres, visto que a "estabilidade" legal ou "pactual" lhes garante o direito ao emprego, sem o dever de bem servir.

Neste quadro, à evidência, todos terminam desfocando o verdadeiro objectivo do trabalho, que deveria ser meio de dignificação do profissional e meio de dignificar os outros e ao próprio trabalho.

Sem esta dimensão do trabalho, que deixa de ser um instrumento de autodignificação para se transformar em instrumento de aética auto-realização a qualquer custo, compreende-se que a busca de substituição do homem pela máquina passe a ser não só forma de reduzir custos e aumentar a eficiência, como também de sair de um círculo vicioso em que o trabalhador não é leal, porque o empregador também não o é, e em que os deveres são superados pelos direitos.

A máquina, por outro lado, é eficiente, cumpridora de seus deveres e leal, e não tem direitos.

ECONOMIA NO FUTURO

6.1 A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E OS DESNÍVEIS ENTRE AS NAÇÕES

A globalização da Economia é realidade irreversível a curto prazo no cenário mundial. Todos os países, mesmo aqueles ainda dominados por ditaduras marxistas ou nacionalistas (China, Cuba, Iraque), não podem furtar-se à sua influência e passam a ter de conviver com esta internacionalização do comércio.

O problema maior da globalização da Economia, do ponto de vista económico – já vimos os efeitos sociais que tem acarretado – , é que depende de uma moeda estável, da eliminação de barreiras alfandegárias, para que o melhor produto e o melhor serviço prevaleçam sobre aqueles obsoletos ou onerosos. Na globalização da Economia, o empresário que não acompanha a evolução tecnológica e a redução de custos desaparece. Técnica e competência gerêncial são os ingredientes maiores, sem os quais a empresa não se sustenta.

Uma vasta propaganda mundial, forçando a globalização da Economia – tese rigorosamente oposta àquela que os países desenvolvidos adoptaram depois do 2º choque do petróleo, em que retornaram ao mais clássico proteccionismo, depois da "Ronda de Tóquio", em 1979 – tem levado todos os países do mundo, desenvolvidos ou não, a abrir as suas fronteiras, com notória penetração, em todos os mercados, dos produtos e serviços dos países mais desenvolvidos.

À evidência, o consumidor destas nações, numa primeira etapa, tende a ganhar com o fenómeno, pois adquire produtos ou recebe serviços de melhor qualidade por menor preço.

Ocorre, todavia, que a competição apenas se faz entre os fortes. São as nações desenvolvidas aquelas que mais se beneficiam da queda de fronteiras, porque a sua indústria é mais moderna, mais competitiva, produzindo produtos de melhor qualidade e em maior escala do que a indústria estabelecida nos países menores.

As nações menos desenvolvidas têm um parque empresarial com menos condições para concorrer e, por esta razão, a globalização da

Economia provoca, de certa forma, a redução do nível de competitividade das empresas destes países, que a perdem nos mercados externo e interno, como vem ocorrendo com o Brasil, Argentina e México, só para falar das nações mais desenvolvidas da América Latina.

Acresce-se problema crucial, ou seja, as economias dos países em desenvolvimento, após o 2º choque do petróleo, entraram em processo hiperinflacionário, do qual só foi possível sair através de rígida política de controlo monetário, em que a expansão da moeda capaz de gerar demanda maior do que o desejável tem sido rigorosamente vigiada. O controlo da demanda provoca recessão interna, que vem afectando mais o produto local que o externo e gerando desemprego e incapacidade de investimento ou poupança intestina nestes países.

Por outro lado, o controlo da inflação implica manutenção de reservas monetárias, que apenas são atraídas pela oferta, ao investidor estrangeiro, de juros maiores que os ofertados no mercado internacional, com o que as reservas evitam a especulação cambial, mas impõem um alto custo à Nação e às empresas nacionais privadas. Pagam as empresas dos países em desenvolvimento, que obtiveram estabilização monetária, sempre juros maiores que os do mercado internacional, que lhes tira competitividade.

É de se lembrar, ainda, a actuação dos especuladores internacionais que se voltam para estes países em face dos juros melhores, terminando por criar uma artificial taxa cambial, sempre abaixo do seu valor real, supervalorizando a moeda nacional no mercado interno sobre a moeda estrangeira.

Em outras palavras, o excesso de reservas derruba a cotação da moeda nacional *vis à vis* às moedas estrangeiras, tornando mais difícil as exportações nos países em desenvolvimento, que já têm menor nível de desenvolvimento tecnológico, e mais fácil as importações de países desenvolvidos, que terminam beneficiando-se de financiamentos menos onerosos e de defasagem cambial.

À evidência, as reservas destes países, que obtiveram estabilização

monetária à custa de tais mecanismos artificiais – quase sempre há inflação interna superior à dos países desenvolvidos e paridade monetária graças ao artificialismo das medidas – são voláteis e, ao menor sintoma de desequilíbrio, podem fugir com rapidez tal que acabam por descompassar a própria política monetária interna, como ocorreu com o México em 1994.

Por fim, tais países, como no capítulo seguinte examinarei, são mais devedores que credores tanto no mercado interno como no externo, de tal forma que o perfil de sua dívida, com os juros que praticam, tende a crescer exponencialmente, lançando muitas vezes para o futuro problemas de não fácil solução, como já ocorreu na Argentina duas vezes e no Brasil uma, com redução do estoque da dívida por empréstimos compulsórios nunca pagos ou manipulações indexatórias, quando a inflação recrudesce.

A verdade é que o câmbio não pode ser manipulado, livre e permanentemente, sem que se tenha que pagar o preço da manipulação no tempo.

6.2 OS ENCARGOS SOCIAIS E OS GOVERNOS

O Estado é um mau administrador de recursos, um mau gerenciador empresarial e um mau distribuidor de riquezas, sobre ser um péssimo prestador de serviços públicos com parte dos tributos que tira da sociedade, pois a maior parte deles morre nas mãos dos políticos e dos burocratas, isto é, nas mãos dos detentores do poder.

Por esta razão, sempre arrecada o Estado mais do que necessita para servir a sociedade e impõe encargos sociais mais elevados do que o necessário para atender às demandas da Segurança Social, que, a rigor, conformam a Previdência, a Assistência Social e Saúde, na feliz percepção do constituinte brasileiro.

Tais encargos, portanto, ao onerarem os custos da mão-de-obra, do produto e do serviço, terminam por não retornar para a sociedade

na proporção do arrecadado, o mais das vezes, havendo desvios das verbas destinadas à Segurança para outras necessidades orçamentais do Governo consideradas mais urgentes.

Desta forma, principalmente no que diz respeito à Previdência, o estoque das obrigações dos governos aumenta ano após ano – até por força da longevidade maior da população e da expansão demográfica – e o estoque de recursos cai, por força de desvios culposos (para outros sectores mais necessitados do governo) ou dolosos (corrupção, peculato, concussão, etc.), assim como por mau gerenciamento das verbas destinadas a suprir, a longo prazo, as necessidades dos assegurados ou, ainda, por mau planeamento das aplicações. Em outras palavras, o drama da Segurança Mundial é um crescimento de obrigações sem contrapartida, pois há redução de recursos para atendê-la.

A solução seria a privatização da Previdência, que, em alguns países, diminui, em parte, o problema, mas não o equaciona, deixando vácuos imensos, que a iniciativa privada não consegue suprir.

Por outro lado, a robotização da economia gera, também, a redução de empregos e aqueles encargos incidentes directamente sobre a mão-de-obra acabam, por seu lado, por se tornar menores, o que provoca a necessidade de se retirarem tais recursos de outras actividades das empresas, com o que a carga tributária normal é acrescida por uma tributação social sobre a renda, património e circulação de bens e serviços.

A decorrência deste aumento de encargos sobre a produção de bens e serviços termina por exercer pressão sobre os preços cujos limites, na globalização da Economia, são definidos pelo próprio mercado; por isso até mesmo os economistas mais acostumados a teorizar realidades que nunca vivenciaram – razão pela qual as suas teorias quase sempre não são bem-sucedidas – já começam a perceber que a globalização da Economia acaba por criar um limite natural à carga tributária desmedida e que os governos que não compreendem tais sinalizações auxiliam a sucatear o seu parque produtivo, que, muitas vezes, na sonegação encontra o único caminho de sobrevivência.

É que a globalização da Economia promove, necessariamente, a busca de preços menores e qualidade maior, nem sempre possível quando, na composição dos preços, entra um ónus tributário excessivo.

Acrescente-se, ainda, que os recursos arrecadados, sendo sempre superiores às necessidades, retiram força produtiva das empresas contratadoras de mão-de-obra, com o que a circulação mais eficaz de riquezas, possível no segmento privado, é substituída pela circulação menos eficaz, provocada pelo Governo, que serve, neste particular, como "travão" para o desenvolvimento e não, como deveria ser, como uma "alavanca".

É que na verdade, como se verá adiante, o Estado nunca é alavanca, mesmo que se proponha a este papel, na medida em que, ao contrário da economia privada, em que a eficiência é a única virtude premiada, na economia pública os interesses pessoais dos detentores do poder prevalecem sempre e os cidadãos são chamados a cobrir, pela imposição tributária, toda a espécie de desmandos administrativos e objectivos mal definidos. A eficiência é o que menos importa na administração pública.

Neste quadro, há de se compreender que a multiplicação de encargos, principalmente sobre a mão-de-obra, e a dificuldade da sua eliminação, visto que mal dimensionados e mal aplicados, terminam por gerar descompetitividade e obrigam as empresas a utilizar ou a contratar mão-de-obra informal, que hospeda apenas uma economia de sobrevivência também informal, a fim de não desaparecerem do cenário em que actuam, ou seja, a dos seus próprios países.

6.3 A INFLAÇÃO DAS NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS E SUA PERDA DE COMPETITIVIDADE

Pormenorizando alguns aspectos tangenciados nos capítulos anteriores, questão relevante que não tem sido suficientemente examinada diz respeito às possibilidades de as nações em desenvolvimento, que constituem a esmagadora maioria daquelas que

compõem o cenário mundial, conseguirem, simultaneamente, combater a inflação, equacionar os seus problemas sociais e ganhar competitividade.

Os países em desenvolvimento não têm burocracia profissionalizada, as suas estruturas administrativas são arcaicas, com custo proporcionalmente mais elevado que o dos países em desenvolvimento. A sua carga tributária é injusta, sendo elevada a sonegação, em decorrência do nenhum retorno em serviços públicos dos tributos arrecadados, com o que o próprio cidadão supre a ineficiência estatal com serviços de autoprotecção, muitas vezes com o dinheiro da própria sonegação. Como o Estado trabalha mal, gasta mal e desperdiça o dinheiro público de acordo com o interesse dos mal preparados burocratas e políticos mal-intencionados, em que a corrupção, concussão e peculato são elementos relevantes e constantes nos países em desenvolvimento, a sociedade faz o que o Estado não consegue fazer e, por não acreditar no Estado, recolhe menos do que deveria recolher para fazer o que o Estado não faz.

Desta forma, o déficit público que gera é quase sempre coberto por emissão de moeda, quando não com confiscos parciais ou globais da poupança privada em suas mãos depositada, com o que obtém provisoriamente a redução do estoque da dívida. Isto porque, além da emissão de moeda, o governo é um grande tomador de recursos e sempre que a situação se torna insustentável, de forma mais ou menos sofisticada, reduz o nível das suas obrigações, por alguma forma de manipulação de índices ou de empréstimos compulsórios.

Sempre que reduz o estoque de sua dívida *manu militari*, à evidência, os governos destes países derrubam a competitividade do seu parque produtivo, que vê os seus recursos transferidos para o Poder Público, sempre mau administrador, deixando de com eles poder contar. Tais manipulações geram falências, concordatas e descompassos e a Economia leva algum tempo para se recuperar.

O certo, porém, é que cada vez que o Estado saqueia a sociedade com alguma forma de "calote" ou "intervenção directa", ganha

condições de lançar "planos de estabilização" provisória, porque ficou com o dinheiro da sociedade, exigindo redimensionamento das empresas atingidas em nível superior às forças de parte delas, o que vale dizer, o segmento privado sobrevivente, ao acusar o golpe, necessita de tempo para recuperação e perde condições de concorrer com os produtos de fora.

Acresce-se o facto de que, não obstante a multiplicação de planos de estabilização, em todos os países em desenvolvimento, ser uma constante, a estabilidade monetária é relativa e obtém-se com o confisco da poupança, redução do estoque da dívida e provisório controlo do déficit público, visto que as verdadeiras causas do déficit público não são combatidas (tamanho da máquina estatal, ineficiência dos programas e corporativismo das elites governamentais). A inflação interna continua sendo maior que a externa, não obstante a manutenção de uma defasagem cambial que promove perda de competitividade e provoca recessão com a redução dos mercados externos e internos para os produtos locais, em face da super valorização da moeda nacional em comparação à desvalorização real das moedas fortes. Assim sendo, as empresas, nestes países, perdem o mercado internacional e o nacional, servindo a globalização da Economia para colocar os produtos estrangeiros internamente com câmbio favorecido, o que dificulta ainda mais a concorrência do produto local, cujo custo se avalia em moeda supervalorizada em face da moeda desvalorizada artificialmente para os seus concorrentes externos.

Acrescente-se, ainda, que tais países, necessitando atrair investimentos de especulação para ter reservas maiores e evitar movimentos especulativos, acabem por gerar novo déficit público por juros superiores aos do mercado externo, com o que apenas contêm, como uma panela de pressão, o câmbio baixo e a inflação nele medida, pois tendem a valorizar mais a paridade cambial do que a inflação real. E, neste quadro, descartam os necessários reajustes, com uma recessão deletéria que atinge as empresas nacionais, sem solucionar os problemas estruturais do País.

E quando o déficit público se torna, de novo, incompatível e a "especulação" internacional diagnostica a incapacidade do governo de manter alta remuneração, em economia estabilizada, mas recessiva, começa a retirar-se, eliminando a sua capacidade de evitar a especulação monetária interna. A consequência é que a inflação retorna de forma mais devastadora e com um parque empresarial mais enfraquecido. E, como num doente de cancro, a retomada da moléstia, aparentemente curada, é muito mais devastadora que a fase anterior, exigindo novos choques de eficiência menor.

Ocorre, todavia, que durante o período de artificial estabilização, a globalização da Economia, isto é, a abertura do comércio internacional, praticamente sem fronteiras, vai encontrando espaços nesta ou naquela nação. Como todos os planos de estabilização não ocorrem no mesmo momento, os estragos desta realidade não tiram fôlego deste mercado aberto, em que as nações mais desenvolvidas, por mais competitivas, encontram sempre espaços nos períodos de estabilização das nações que não conseguem gerar condições para que a "indústria nacional" ganhe competitividade.

A inflação endémica das nações em desenvolvimento, apenas anestesiada pelos planos de estabilização, não gera competitividade para seus países, permitindo que os segmentos de economia mais competentes, que estão nas nações desenvolvidas, sejam sempre os maiores beneficiários dessa política da abertura comercial. Na competição comercial entre o forte e o fraco, raramente o fraco leva a melhor.

6.4 O DÉFICIT PÚBLICO E O ENDIVIDAMENTO DAS NAÇÕES

Stephen Webb, ao analisar o processo hiperinflaccionário alemão da República de Weimar, numa releitura dos factos que a determinaram, apresenta curiosa conclusão: o déficit público foi a principal causa daquele processo, pela desconfiança gerada em todos

os agentes económicos quanto à capacidade do governo em controlá-la, capacidade esta já abalada pelas indemnizações de guerra e pelos direitos sociais instituídos pela Constituição de 1919 e não assegurados pelo Estado.

É que, à medida que o déficit público se torna sem controlo, a taxa de risco dos investimentos financeiros cresce na proporção do descontrolo e a expansão monetária, com emissão desvairada, termina por gerar uma inflação auto-alimentada, que desemboca na hiperinflação.

Numa Alemanha ainda sob os efeitos da guerra, em que a moeda, sob a forma de títulos, passou a ser emitida pelas empresas – pois a moeda nacional não conseguia, apesar de todos os carimbos oficiais nas mesmas cédulas, acompanhar o retorno desvalorizativo –, é de se compreender o descompasso que o processo gerou em toda a economia.

Hoje, os países, mesmo com processos inflaccionários elevados, aprenderam a criar mecanismos, como o da indexação, que terminam por não gerar o descontrolo da economia. O Brasil, antes do Plano Real, é prova inequívoca da garantia correctiva de preços e valores, pois entrou em plano de estabilização, saindo de um processo hiperinflaccionário sem danos maiores à actividade económica. A rigor, o Governo levou todos os índices correctivos a desaguarem num só (URV) num período de quatro meses e depois transformou essa moeda de conta em moeda de pagamento, tendo acabado a inflação naquele dia, já que tinha o déficit público sob controlo e reservas capazes de estancar qualquer especulação com moeda estrangeira.

E o Plano Real corre perigos no País, no ano de 96, não por causa da sua implantação correcta, mas por força do retorno do déficit público, cuja manutenção, por longo tempo, acaba por gerar distorções na actividade económica, delas não se livrando nem países desenvolvidos, como os Estados Unidos.

Estou convencido de que um dos grandes problemas que a Economia mundial enfrentará, nos próximos anos, será o de como

reverter o déficit público das nações (desenvolvidas e em desenvolvimento) e ter que reduzir o nível de endividamento estatal.

Vive o mundo inteiro uma ilusão, qual seja, a de que o endividamento público ter lastro suficiente para suportar todos os investimentos privados, principalmente os financeiros. Nesta ilusão, baseiam-se a estabilidade do sistema financeiro mundial e a capacidade de os governos continuarem a retirar poupança popular para financiar as suas despesas, gastando recursos em actividades produtivas e não-produtivas; isto notadamente no que diz respeito à manutenção da sua máquina burocrática, que cresceu assustadoramente, em todos os países, na segunda metade do século, confirmando a validade do pensamento de Adolf Wagner, de que as despesas públicas tendem sempre a crescer e nunca a diminuir.

Os Estados Unidos têm uma dívida pública em torno de 2/3 do PIB, a Itália de 100%, a Irlanda de 150%, o Brasil de 50%, dívida esta sem lastro real, o que vale dizer, o seu lastro é a confiança dos investidores de que o governo não dará um calote público, apesar de as evidências demonstrarem que os governos têm dívidas incomensuravelmente superiores às suas forças económicas.

Ocorre que todas as tentativas, no mundo inteiro, de os países, desenvolvidos ou não, reduzirem seus déficits revelam-se desalentadoras, continuando a dívida pública mundial a crescer. Cresce também a sua falta de lastro, com o que, apenas por uma profissão de fé, o mundo gira com papéis baseados em outros sem lastros de todos os governos.

Todos os operadores conhecem esta realidade, mas como trabalhar com dinheiro de terceiros é fundamental, urge que demonstrem uma fé no sistema financeiro internacional capaz de manter a sua estabilidade, apesar da absoluta falta de estabilidade dos focos de tensão, que são os perfis das dívidas interna e externa de cada país.

Haverá um momento em que a manutenção do déficit público financiado pelas aplicações em todo o mundo não poderá ser mantido, não por força do sistema actual que torna esta realidade apenas

conhecida dos que com ela operam, mas por força do conhecimento crescente dos investidores – e não só dos operadores – do real perfil da sua poupança, que só existe porque todos acreditam que os Estados são éticos e respeitáveis e honrarão sempre sua dívida.

Estou convencido de que no momento em que uma das grandes nações do Grupo dos Sete tiver um descontrolo capaz de abalar as finanças de inúmeros países mais vinculados, o efeito poderá ser tão grande quanto o da "ilusão das bolsas" em 1929 nos Estados Unidos.

Quanto mais examino as teorias económicas modernas – todas procurando saídas marginais para evitar o problema do enferrujamento do descontrolo dos déficits públicos – mais me convenço de que servem elas apenas para anestesiar a capacidade de raciocínio dos que tratam com os valores de investimento do mundo ocidental, até porque tais recursos giram à luz desse sistema deslastreado.

Estou também convencido de que a estabilidade para actividade económica sadia, com investimentos não ilusórios, apenas seria possível se todas as nações controlassem os seus déficits públicos, mas por ser utópica tal pretensão, a Economia continuará evoluindo e progredindo até ao desastre, pois o seu lastro maior de investimento não existe. A economia da ilusão gera uma euforia cujo preço maior ainda está por ser pago.

6.5 O DESCONTROLO DAS ESPECULAÇÕES FINANCEIRAS

Elemento que tem preocupado cada vez mais os países desenvolvidos e em desenvolvimento é o volume de dinheiro que os agentes económicos anónimos detêm e que circulam pelo mundo inteiro, calculado em 13 biliões de dólares ou 2 PIBs americanos.

Tais recursos, cujos titulares os governos desconhecem em parte e cujos operadores oficiais se encontram em paraísos fiscais não controlados pelas grandes nações, são direccionados, em velocidade crescente, para os países que oferecem melhores condições de

lucratividade, mas podem ser deles retirados com a mesma rapidez com que lá entraram.

Na medida em que a globalização da Economia exige crescente abertura cambial, a movimentação de tais recursos é mais ágil, com o que os países em desenvolvimento, por exemplo, podem recebê-los em quantidade maior do que no passado, desde que garantam uma renda e ofereçam melhores condições que as dos países desenvolvidos. No mesmo ritmo em que entram, podem sair e o dramático colapso mexicano de Dezembro de 1994 demonstrou ao mundo que é absolutamente incontrolável o pânico em tais investidores, mesmo que todos os países desenvolvidos resolvam ajudar aquele país em crise de credibilidade.

O problema mexicano de 1994 suscitou a questão de que, se igual crise se der num país desenvolvido, a reacção em cadeia poderá ser fatal, sem que os Bancos Centrais de todo o mundo ou os governos tenham condições de actuação, pois o volume em giro é superior ao PIB de cada país.

Não sem razão a crise de um grande Banco nos EUA e da Bolsa Japonesa tiveram o imediato auxílio do governo dos outros países ou dos EUA para que a desconfiança no sistema não se alastrasse.

Em outras palavras, 13 triliões de dólares detidos por investidores em pânico e sem orientação definida podem gerar uma nova 1929 e o Grupo dos Sete está alertado para tal risco, reúne-se todos os anos para encontrar mecanismos capazes de evitá-lo, mas não encontra a solução ideal, nem forma de conduzir tais investimentos de maneira racional e não muito especulativa.

Ocorre que a globalização da Economia exige busca frenética por novos investimentos e por recursos, com o que se, de um lado, a competitividade gera produtos e serviços mais baratos e melhores, de outro gera desemprego e a impossibilidade de controlo de tais recursos voláteis, que são fiéis ao país hospedeiro enquanto receberem em troca remuneração melhor do que dos mercados evoluídos.

O investidor tradicional trabalha com o binómio maior segurança,

menor rentabilidade. O investidor especulativo trabalha com menor segurança e maior rentabilidade, mas encontra-se sempre mais atento para deixar barcos que podem naufragar, antes dos outros, com o que a sua agilidade na retirada termina, muitas vezes, por descompassar todas as políticas monetárias ou empresariais das nações em desenvolvimento, quando a saída se torna uma realidade.

É de se acrescentar que a manutenção dos déficits públicos e do endividamento de todos os países, em volume e percentual muito maior que no passado, em rigor fazem com que os detentores de tais recursos sejam sempre desconfiados dos Estados desenvolvidos e em desenvolvimento e susceptíveis a reagir ao pânico, se ocorrer, de forma irracional, com o que nem as nações desenvolvidas estão a salvo de um colapso global.

Neste contexto, Tobin, o Prémio Nobel de Economia, pretendeu, em Março de 1995, criar uma contribuição mundial, a ser arrecadada pelos países por onde transitam tais recursos, sobre a movimentação financeira, que seria destinada aos governos que a arrecadassem para cuidar da crise de desemprego – proposta muito semelhante à que eu apresentara para a revisão da Constituição Brasileira, em 1993, e que foi transformada, em projecto de lei, pelos deputados Germano Rigotto, Regina Gordilho, Victor Faccioni e pelo Senador Gilberto Miranda, após ter sido encaminhada pelo Governo do Estado de São Paulo em projecto de juristas presididos por Miguel Reale. Na minha proposta, substituía todas as contribuições sociais existentes por uma única contribuição sobre a movimentação financeira, que, incidindo sobre 12 triliões de dólares (movimentação financeira anual no Brasil), com alíquota de 0,5% ou 0,6%, substituiria com maior eficiência a parafernália de contribuições actuais, na linha da pretensão mais ousada e menos viável de Marcos Cintra, sobre o imposto único, que tem o aval de Roberto Campos.

O certo é que o volume de recursos que viajam pelos mercados internacionais, todos os dias, fora do controlo de todos os governos, é de tal ordem, que o pânico generalizado pode ocasionar colapso semelhante ao ocorrido em 1929.

6.6 A GUERRA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A guerra do comércio internacional é realidade que favorece a globalização da Economia, o desemprego, a competitividade, a elevação dos desníveis nacionais, fortalecendo as nações mais desenvolvidas em detrimento das demais, por estarem mais aparelhadas à livre concorrência.

Em 1979, todos os países desenvolvidos adoptaram política proteccionista, em face do 2º choque do petróleo, tendo a "Ronda de Tóquio" definido os rumos dessa política, que objectivava proteger os mercados internos contra a concorrência externa, no momento em que as incertezas do preço do petróleo, o mais importante elemento energético do mundo, gerava expectativas inflaccionárias nas nações. Rígido controlo orçamental e monetário e decorrente recessão, aliada ao proteccionismo dos mercados locais, marcaram o período que levou alguns países em desenvolvimento à bancarrota, entre eles o México (que provocou o "Setembro negro" de 1982) e o Brasil, que, particularmente, estava sem reservas em 1983. Se não fosse a Construtora Mendes Jr. manter-se no Iraque, a pedido do Governo Brasileiro – apesar daquele país começar a adoptar política semelhante à dos governos brasileiros, de construir obras e não as pagar –, o fornecimento de petróleo para o Brasil não teria sido garantido, acarretando um colapso no transporte nacional. Com efeito, sem a intermediação daquela empresa e a garantia que oferecia ao Iraque, lá construindo as suas estradas, haveria o colapso energético, visto que as reservas nacionais chegaram, algumas vezes, a baixar da casa do bilião de dólares. Hoje, a Construtora Mendes Júnior, credora dos governos que reconheceram a dívida mas não pagam, está à beira da falência, por não ter acreditado, no distante 1983, que o Estado Brasileiro é necessariamente aético, em frase atribuída a Ministro da época.

O certo é que apenas quando a divisão dos povos árabes e a reorganização e disciplina dos países mais desenvolvidos quebraram

a espinha dorsal da OPEP é que as economias passaram a recuperar-se. O preço reduzido do petróleo e a velocidade de circulação dos petrodólares foram substituídos pela inteligência dos investimentos tradicionais. E, neste momento, todos os países, liderados pelos mais desenvolvidos, voltaram à tese da competitividade internacional, com abertura de mercados, evidentemente mais acessíveis aos produtos de países mais desenvolvidos do que dos países menos evoluídos.

A Europa protegeu-se dos Estados Unidos e do Japão com o fortalecimento do Mercado Comum Europeu, depois Comunidade Europeia e hoje União Europeia, revigorando a produção interna e dificultando a entrada dos produtos externos, como ocorreu com os da agro-pecuária, na "Ronda do Uruguai", só abrindo suas fronteiras após negociações longas com contrapartidas sensíveis dos países interessados em exportar para a Europa.

O Japão uniu-se aos tigres asiáticos, com a produção industrial muitas vezes circulando entre estes países até á obtenção do produto final. Percebeu-se que na globalização da Economia, por mais forte que um país seja, é impossível proteger-se suficientemente contra os grandes blocos, sem a formação dos seus.

A China tem um mercado próprio e, utilizando-se de custo fantasticamente baixo da sua mão-de-obra, passou a invadir mercados mundiais com produtos de menor custo e não-sofisticados a preços incrivelmente competitivos.

Os Estados Unidos firmaram bloco próprio (Nafta: Canadá, USA e México) e o Mercosul decorreu dessa necessidade de instituir-se um mercado interno mais sólido para enfrentar a realidade da globalização, facilitando a troca de produção intestina com tarifa externa comum, em fase de unificação, e tarifa interna melhor para os produtos da região.

A formação dos blocos traz para a discussão mundial maior força de negociação, mas não é isenta de problemas sérios. Sempre que a concorrência entre produtos fornecidos por todos os países do bloco termina exteriorizando políticas mais ou menos subsidiadas de forma

disfarçada, estas geram concorrência desleal. Da mesma forma, se surgem problemas internos orçamentais, cambiais ou monetários, há necessidade de protecção local a sectores atingidos pela liberdade de economia.

Se a Europa já chegou à terceira fase da união de mercados que a torna mais uma Federação de países autónomos do que de países soberanos, com o Parlamento Europeu o Tribunal de Luxemburgo com funções supranacionais de imposição dos interesses comunitários sobre os governos locais, os demais grupos ainda estão na fase de zona de livre comércio ou de união aduaneira, o que vale dizer ainda sem solucionarem os problemas de convivência que implicam a cessão de parcela da soberania a favor da congregação de países.

O certo é que a protecção da formação dos mercados plurirregionais para enfrentar a globalização da Economia, em que os países mais desenvolvidos podem haver-se melhor, porque mais competitivos, não equaciona, pelo menos no momento, os sérios problemas que as nações em desenvolvimento vivem, eis que as questões sociais geram tensões crescentes, o desemprego sem seguro alargando-se, sem que a protecção do Estado possa fazer-se de forma adequada, mesmo permitindo o livre comércio.

É que a competitividade não se pode fazer entre desiguais. Mesmo na União Europeia, a entrada de países menos desenvolvidos no concerto europeu levou a entidade supranacional a conceder períodos de carência para sua integração na entidade. Os mercados locais eram protegidos por tarifas mais altas do que as praticadas no mercado europeu, mas os produtos das nações menos desenvolvidas entravam nos mercados europeus sem contrapartida proteccionista. Em outras palavras, poderiam, por um determinado período, proteger a sua produção, apesar de o mercado europeu estar aberto aos produtos que fabricassem.

A globalização da Economia exige um controlo nacional dos mercados internos de países menores, que se de um lado não deve eliminar o livre comércio, de outro não deve permitir a destruição do

parque empresarial interno. Este dilema, infelizmente, longe está de ser solucionado.

O ESPECTRO DA CHANTAGEM INTERNACIONAL

7.1 AS ESTRUTURAS MILITARES DESACTUALIZADAS E PARALELAS

A segurança interna das nações é feita pelas polícias e a externa pelas forças armadas. Do mais desenvolvido ao menos desenvolvido país do Globo, as polícias internas e as forças armadas são instrumentos de estabilização ou desestabilização política, social e institucional.

Os países de menor desenvolvimento têm as suas estruturas militares como fiel da balança política, navegando entre os regimes ditatoriais impostos pelas forças armadas e democráticos precários, pelas forças armadas tolerados.

É que a menor cultura e educação destes povos e o maior nível de problemas económicos e sociais tornam difícil qualquer solução política estável, visto que os problemas de governabilidade transcendem de muito a capacidade de os equacionar. E, quando a crise é mais aguda do que o normal, a solução é a ruptura institucional, sempre liderada por algum comandante da classe militar.

Nos países mais desenvolvidos, as forças armadas comportam-se nas suas funções de garantia de eventual conflito, raramente pressionando os governos democráticos, embora exerçam forte pressão sobre os governos ditatoriais ou recém-saídos da ditadura das grandes nações, como a China e a Rússia.

Por outro lado, há uma indústria militar no mundo inteiro. No meu livro prefaciado por Roberto Campos, "Desenvolvimento Económico e Segurança Nacional – Teoria do Limite Crítico", procurei mostrar como as despesas militares incentivam o desenvolvimento nacional ou o atrasam, conforme a evolução tecnológica se faça dentro ou fora das fronteiras do país que dela se utiliza, tendo formulado a seguinte teoria do limite crítico:

"As despesas de segurança são impulsionadoras do desenvolvimento económico e tecnológico de uma nação, quando do seus quatro componentes (mão-de-obra, manutenção, compras e pesquisas) realizam-se dentro dos próprios limites soberanos, não provocando,

por outro lado, déficits orçamentais cobertos por recursos inflaccionários, excepção feita áqueles déficits, cuja cobertura com recursos inflaccionários controlados possa acarretar, a curto e médio prazo, efectivo incentivo económico, ou aquelas reversões de gastos que representem superior redução do desenvolvimento nacional." (Desenvolvimento Económico e Segurança Nacional, José Bushatsky Editor, 1971, pp. 103/104).

O certo é que a indústria bélica mundial cresce no período dos conflitos e entra em crise sempre que eles são reduzidos, sendo que na redução dos conflitos, a indústria bélica dos países mais desenvolvidos termina por eliminar aquela dos países menos desenvolvidos, que não têm como competir.

É de se lembrar que, enquanto a União Soviética e os Estados Unidos mantinham um equilíbrio de forças no mundo, cresceu consideravelmente a indústria bélica de países menores, inclusive a do Brasil, à falta de concorrência mais impactante das duas potências. O fim da guerra fria fez com que a indústria bélica destes países se voltasse para os "promissores" mercados do Oriente próximo e do extremo Oriente, assim como de países africanos, asiáticos e latino-americanos, o que liquidou a indústria bélica dos países menores, inclusive a brasileira.

A indústria bélica tem como decorrência a evolução tecnológica de utilização na sociedade civil. Como demonstrei naquele livro, calcula-se que toda a evolução tecnológica da indústria militar de utilização posterior na indústria civil reduz os custos de pesquisa para 1/3 do que se gastaria se a pesquisa fosse suportada exclusivamente pela indústria civil.

O certo é que a indústria bélica, em tempos de paz entre as grandes potências com a transferência das guerras para as nações menores, está dominada exclusivamente pelos países desenvolvidos, de tal maneira que as despesas militares geram desenvolvimento e segurança nas nações democráticas e não geram nem desenvolvimento, nem segurança nas nações em desenvolvimento, com regimes de excepção.

Cabe lembrar que a multiplicação de países (quase 200 no concerto mundial) e a multiplicação da classe militar nestes países menores implicam uma permanente instabilidade institucional decorrente da permanência das crises internas, com o que a repressão, mais ou menos sangrenta (Iraque, Irão e alguns países africanos deram, nos últimos anos, inequívoca demonstração de barbarismo na repressão), lança sementes de ódio e de insegurança. E terminam por criar forças militares paralelas, que, conforme o nível de funcionamento de grupos externos ou outras nações, são tão poderosas quanto as forças locais, como ocorreu no Afeganistão ou em Angola com o grupo Unita.

O que piora o quadro é a formação de grupos mercenários, dispostos a actuar em qualquer país, com tecnologia sempre mais sofisticada e com os mais variados tipos de financiamento. A história militar do mundo está repleta de exemplos da utilização de forças mercenárias, sendo que a queda dos grandes impérios ocorre no momento em que as forças regulares são substituídas pelos mercenários (Roma Ocidental e Bizâncio são exemplos). Na actualidade, entretanto, a formação de tais grupos com a sofisticação dos equipamentos é extremamente perigosa, na medida em que muitas vezes dominam tecnologia superior à das forças regulares de qualquer país menos desenvolvido, desequilibrando as relações conflituais com os seus vizinhos e aprisionando os governos nas mãos de tais "militares" sem nacionalidade.

Um último aspecto para exame perfunctório é o que diz respeito à necessidade de manter forças armadas superiores às necessidades dos países em desenvolvimento – o Brasil é excepção – com a parcela do orçamento que é utilizada sem a contrapartida de evolução tecnológica, sendo tal desvio orçamental elemento de desequilíbrio financeiro e aprofundador das crises que assolam tais países, principalmente a social.

Por fim, os países que se utilizam de mercenários ou investem fortemente na formação de grupos militares próprios têm uma capacidade de chantagem internacional grande, que se não foi bem-

sucedida na Guerra do Golfo teve relevante papel no caso da Jugoslávia e principalmente no choque entre Israel e os terroristas enquistados na Síria e no Líbano.

O mundo longe está de uma solução para o problema.

7.2 A BOMBA ATÓMICA E O ACESSO À SUA FABRICAÇÃO

Uma certa tranquilidade tomou conta do mundo após a queda do muro de Berlim e a derrocada do império soviético. As nações mais desenvolvidas entendem que, com o controlo da não-proliferação das armas nucleares e a distensão política das grandes potências, o flagelo nuclear está definitivamente afastado.

Nada me parece mais desavisado do que raciocinar desta maneira.

A tecnologia nuclear é cada vez mais do conhecimento maior de todos os países. A fabricação de um artefacto nuclear pelos países que conseguem dominar a tecnologia do enriquecimento do urânio é dos procedimentos mais simples. E, cada vez mais, os países menores, dirigidos por ditaduras, têm acesso a tal conhecimento, que nos próximos 20 anos será do domínio público e utilizado por todos os países do mundo, se tiverem recursos financeiros – não técnicos – para controlá-lo.

Por esta linha de raciocínio, no futuro, a humanidade poderá ficar sujeita à chantagem internacional de nações com o controlo nuclear que se sentirem inferiorizadas ou com problemas internos, necessitando gerar unidade nacional com a "criação" de inimigos externos.

O pior, contudo, é que grupos poderosos e na marginalidade – os cartéis de narcotráfico, por exemplo – poderão possuir a mesma força de chantagem no momento em que tiverem o domínio da tecnologia à sua disposição.

É de se lembrar que na luta entre as forças convencionais (polícias de todos os países) e os grupos vinculados ao narcotráfico, estes têm

sempre exibido superioridade por deterem armas mais sofisticadas. Não poucas vezes, em muitos países, são as forças convencionais que têm de recuar perante forças do crime organizado, em face da superioridade do armamento destes em relação às polícias, embora inferiores às das forças armadas. Ocorreu no Rio de Janeiro e na Colômbia. Há menos de dois anos, houve, no Rio, a necessidade de as forças armadas intervirem, a fim de suprir a insuficiência policial. Ainda assim, não eliminaram o mal, apenas equilibraram o confronto.

Por outro lado, o terrorismo internacional um dia dominará a tecnologia nuclear e o seu poder de fogo será incomensuravelmente superior. Poderão chantagear os poderes constituídos com força muito maior do que aquela que têm utilizado até agora.

Tem-se discutido se o eventual conhecimento da tecnologia nuclear seria um risco para a humanidade, já que os efeitos do uso da bomba atingiriam, inclusive, aqueles que dela fizessem uso. Por outro lado, ter o domínio nuclear não é ter os foguetes capazes de transportar a bomba, no caso de países menores, podendo os países mais desenvolvidos destruí-los com facilidade, recaindo o ónus da destruição sobre o território dos próprios países ameaçadores da paz mundial.

É bem verdade que, em relação ao terrorismo e ao narcotráfico, poderiam transportar tais artefactos para os próprios países objecto da chantagem e, por controlo remoto, accioná-los no futuro, mas a dificuldade de passar por todos os controlos conhecidos não é fácil de ser superada, embora não seja impossível.

Argumentam os que não vêem perigo maior que a guerra biológica e química, de mais fácil domínio, jamais foi accionada, nem mesmo pelos alemães quando à beira da derrota. É que, como na guerra nuclear, deflagrado o processo, não é mais possível controlar os efeitos, que terminam atingindo, indistintamente, os ameaçados e os ameaçadores.

Se a guerra química e biológica até hoje não foi utilizada, sendo de acesso tecnológico mais simples, com muito mais razão não será utilizada a chantagem atómica no futuro.

Convenço-me de que, apesar de o argumento impressionar, os pressupostos são diferentes. A guerra química e biológica tem um efeito devastador muito mais a médio e longo prazos do que de imediato, por esta razão sendo sempre mais ameaça do que realidade.

A chantagem nuclear não. Os efeitos são devastadores sobre os ameaçados e perigosos para os mais próximos, a médio prazo, e de quase nenhum perigo aos mais distantes, mesmo a longo prazo, razão pela qual é de mais fácil manejo que a guerra biológica e química, pois o uso a que se destina pode ser atingido com mais facilidade e com um muito maior impacto na opinião pública.

Até hoje as lembranças de Nagasaki e Hiroshima povoam, com crueza, a mente dos contemporâneos e apavora todas as gerações futuras à ideia de que um dia possa voltar a ser realidade.

Estou convencido de que, no futuro, o domínio de tecnologia nuclear representará sério problema na relação entre os povos e as nações e os grupos marginalizados, por ser domínio a ser adquirido, a curto prazo, por todas as nações e grupos com recursos suficientes para conquistá-la.

7.3 A INFORMÁTICA DA DESINFORMAÇÃO

Volto a um tema absolutamente preocupante. O domínio da informática sem que se possa encontrar sistemas seguros para controlar a incursão de génios.

No final da Segunda Guerra Mundial, na batalha das Ardenas, o exército alemão, lançando a sua última ofensiva de blindados, derrotou a armada aliada por alguns dias, lançando mão de algo que é proibido nas leis de guerra firmadas em Genebra, qual seja, a desinformação.

Soldados, falando o inglês perfeitamente, penetraram atrás das linhas aliadas, alteraram as placas das estradas, deram informações incorrectas e desnortearam todo o seu sistema de defesa, enquanto

as tropas alemãs avançavam destruindo, pela superioridade dos seus tanques, as desorientadas forças anglo-americanas. Só pararam no momento em que lhes faltou combustível, por não terem atingido o local de abastecimento dos aliados, onde havia reserva suficiente para atrasar a guerra pelo menos mais seis meses, tempo que Hitler considerava suficiente para produzir as primeiras bombas atómicas e impor a paz pelo receio do poder nuclear que controlaria.

O episódio foi narrado de inúmeras maneiras, com maior ou menor ênfase à desinformação provocada, mas o certo é que a desorientação inicial das tropas aliadas demonstrou a eficiência do ataque alemão.

Por outro lado, na Guerra das Malvinas, a informação dos satélites derrotou a marinha argentina, cuja localização era transmitida, minuto a minuto, para as tropas inglesas ou para a sua armada, com maior poder de destruição, como ocorreu com o navio, que levava as tropas argentinas para reforçar aquelas das ilhas, afundado pelos ingleses.

A Guerra do Golfo não foi diferente. A informática liquidou com as forças armadas de Saddam no primeiro dia, com controlo absoluto de movimentos dos seus exércitos pelas informações recebidas, assim como o desmonte dos sistemas de defesas iraquianos por foguetes capazes de fugir ao rastreamento inimigo.

Ora, o avanço do poder destruidor da informação e da desinformação, da Segunda Guerra Mundial para a Guerra das Malvinas, foi fantástico: da Guerra das Malvinas para a Guerra do Golfo inacreditável e de 1991 para cá inimaginável. O salto qualitativo, ano após ano, é de tal magnitude que se torna rigorosamente impossível prever o nível de superação das barreiras conhecidas que a ciência, no campo da informática, causará para os serviços de informação, desinformação e penetração nos segredos e nos comandos dos mais sofisticados equipamentos dos sistemas de defesa mundiais.

De mais a mais, os serviços de informação de todos os países fazem-se necessários, sendo inacreditável que um país da dimensão do Brasil, por problemas de ressentimentos ideológicos, tenha destruído o seu sistema de informações, quando as mais democráticas nações só os

têm privilegiado, como os Estados Unidos, Inglaterra e França.

Em outras palavras, a segurança de um país contra a instabilidade interna, o inimigo externo e os génios dos computadores está no seu poder de atalhar qualquer perigo maior de desorientação de seus esquemas de protecção.

A rapidez da evolução da informática, a proliferação de génios no futuro, a formação de grupos marginais – ou não – poderosos, com recursos fantásticos à disposição, sediados em paraísos fiscais para exploração de actividades ilícitas, podem colocar em xeque todos os sistemas de defesa de qualquer país.

A informática fornecendo, cada vez mais, elementos para, com um custo menor, se ter acesso a segredos que valem milhões, dependendo dos génios que manipulem os seus programas, a informação cada vez mais necessária do que os vastos arsenais para evitar a sua utilização, por ameaças que as transcendem, e a desinformação, sempre presente, pelo acesso aos programas e a evolução caseira dos sistemas cibernéticos evoluídos são os desafios do mundo futuro; a isto o Estado se deverá adaptar, a fim de poder superar a sua lentidão notória em face dos acontecimentos que o ultrapassam.

Estou convencido de que a necessidade de uma segurança mundial contra estes movimentos de desestabilização pode gerar o caminho para um "Estado Universal", que já defendi no livro "O Estado de Direito e o Direito do Estado".

O problema maior reside em superar as formações dos blocos regionais, que contêm problemas internos de desestruturação, mas que se protegem contra os demais blocos, para que um Governo universal, com representatividade mundial suficiente, pudesse estabilizar, em nível de controlos, tais factores de desagregação.

Aquilo que ainda é uma utopia poderá ser reflectido, com maior pertinência e seriedade, na medida em que os factores de desagregação a que me refiro se fizerem mais presentes, o que poderá não durar muito.

7.4 A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

The Worldwatch Institute, desde a sua fundação, há quase três décadas, vem-se dedicando à luta pela preservação do meio ambiente, em face da degradação decorrente da poluição, redução das florestas e dos campos aráveis pela erosão, diminuição da piscosidade dos mares e rios, também mais poluídos, e utilização de produtos químicos que terminam por afectar a camada de ozono na atmosfera.

Parte das suas pesquisas é também voltada para a demografia, embora as suas técnicas de combate à "explosão demográfica" não denotem qualquer respeito pelos direitos humanos do nascituro, que, para o Instituto, deve ser morto a bem de uma equilibrada manutenção de número predeterminado de pessoas sobre a face da terra, até apoiando penas privativas da liberdade nos países com alta densidade populacional; isto se, por acaso, os casais tiverem um número maior de filhos do que o permitido pela lei.

O aborto é defendido pelo Instituto, assim como não se opõe à eutanásia e a qualquer forma de controlo da natalidade. Para o Instituto, a vida dos insuficientes não pode prejudicar aquela dos que merecem viver ...

O aspecto, no entanto, que exige reflexão na formulação do Instituto, constatado por "n" pesquisas que realizou, é o facto de que há uma evidente degradação ambiental, que se não for cuidada pelas autoridades dos países, desenvolvidos ou não, terminará por alterar o ecossistema terrestre e prejudicar a própria sobrevivência da espécie humana no futuro.

A degradação ambiental provocada pelo homem é hoje uma realidade indiscutível, que necessita ser urgentemente corrigida.

Ocorre que o desnível económico das nações, assim como o facto de estarem as maiores riquezas naturais nos países em desenvolvimento, que não estão dispostos a preservá-las, se podem ter valor comercial (desflorestamento, abertura de terras para cultivo e pastoreio em vez de florestas improdutivas), faz com que o problema seja de difícil

solução, ano após ano, reduzindo-se o nível de espécies que mantém o equilíbrio ecológico desejável.

O desaparecimento de cada espécie de vida acaba por inviabilizar diversas outras que dela necessitam ou com ela convivem, sendo a sua perda factor de perturbação para que se mantenham sempre equilibradas as diversas espécies de seres vivos nos reinos animal, vegetal e humano.

Os países desenvolvidos pretendem influenciar os países em desenvolvimento na preservação das suas reservas. Eles que não conseguiram manter as suas próprias reservas – e, em parte, o seu progresso decorreu desta perspectiva de desenvolvimento – querem agora que, para o bem da humanidade, os demais países façam aquilo que eles não fizeram. Pretendem inclusive considerar algumas áreas de determinados países como território da humanidade.

Eu participei, na Cidade de Bonn, na Alemanha, em 1991, com ecologistas daquele país, num congresso patrocinado pela Fundação Konrad Adenauer. Tive atritos com alguns dos professores alemães que entendiam que a preservação da floresta amazónica é de interesse mundial e não apenas brasileiro.

Retorqui dizendo que se o custo da preservação e aquele referente à não-utilização de áreas comercialmente rentáveis fosse suportado pelos países desenvolvidos, à luz da exclusiva soberania do país onde as reservas se encontrassem, a matéria poderia ser discutida, mas não por imposição dos países fortes, que não preservaram as suas reservas sobre os países fracos, que as devem preservar para o bem dos fortes.

No Brasil, a pressão sobre a manutenção de 10% do território nacional para menos de 250 mil índios e 90% para 160 milhões de brasileiros atende mais o interesse das grandes nações, que o do Brasil, na medida em que, a qualquer momento, poderão entender que tais terras pertencem a tribos, que sendo de selvícolas, não devem ser consideradas de nacionais.

O mais interessante são os motivos dos países desenvolvidos, ao tentarem preservar o hábitat dos indígenas: pretendem conservá-los como

"peças de museu" para que não progridam e fiquem permanentemente no seu estado "pré-humano", incultos, ignorantes e manipuláveis.

O Brasil, pela sua Constituição, mantém 10% do território nacional para as tribos de indígenas em seu estado natural, como um "museu vivo" de um passado que nenhum dos demais brasileiros gostaria de reviver, nem retomar. Os interesses externos, porém, geram instabilidade junto à leva de intelectuais frustrados ou malsucedidos ou daqueles que são contrários a quaisquer instituições, na esperança de um utópico retorno aos tempos primitivos de despreocupação geral e de absoluto naturalismo.

O certo é que, não pelo caminho da imposição sem contrapartida, mas da discussão com contrapartidas, deve haver um movimento mundial de preservação do planeta terra, único ainda disponível para a espécie humana, visto que as viagens espaciais, pelo menos a curto prazo, não têm o condão de descobrir outros ambientes onde a raça humana possa viver, nem encontrar velocidade superior à luz para permitir, se encontrados tais espaços, a exploração por alguma geração futura de terrestres.

7.5 A PASSIVIDADE DO ESTADO CLÁSSICO

A falência do Estado Clássico provocou também passividade maior perante os problemas de desagregação do tecido social.

O Estado, no momento, resta indefeso perante os factores de destruição dos seus alicerces de estabilização, sendo passivo perante os desafios da sociedade moderna. Não tem recursos suficientes, nem homens à altura e não merece da sociedade nem respeito, nem devoção, visto que destruiu o sentido de patriotismo que antes mantinha uma áurea a favor da Pátria.

O homem moderno não acredita mais no Estado, porque não distingue o Estado dos Governos e estes são compostos por homens que cada vez mais merecem menos admiração por parte dos

governados. Em quase todos os países, há uma concepção de que todos os governos são ruins, sendo apenas um mal necessário para evitar a desordem social e a anarquia, mas nenhum deles merece a abnegação do povo, nem apresentam um líder a ser por ele seguido, como a juventude nazista fez em relação ao carismático e enlouquecido fundador do nacional-socialismo.

Governos que não apaixonam os governados não geram fidelidades, nem lealdades, tornando-se incapazes de liderar qualquer movimento destinado a consciencializar as sociedades de que há problemas sérios de sobrevivência futura que devem ser enfrentados na actualidade, para evitar dolorosos remédios, se o futuro ainda suportar remédios dolorosos.

O Estado Moderno é passivo não apenas pelos factores atrás apresentados. Ele é passivo porque a sua estruturação reside em modelo clássico ultrapassado.

As grandes soluções convivenciais futuras não estarão no "megaestado", mas nas estruturas comunitárias pequenas, cabendo ao "megaestado" apenas ofertar os postulados de estabilidade, com o máximo de centralização das linhas gerais de manutenção da ordem e o mínimo de interferência nas relações comunitárias. Estas deverão ser deixadas a cargo das comunidades regionais ou distritais, que estabelecerão as relações de convivência de acordo com os seus valores éticos, religiosos, étnicos, sociais, políticos e vocacionais.

O Estado Clássico foi organizado para manter a ordem, dirigir, com maior ou menor interferência, a Economia, manter pelo menos um mínimo de dignidade no trabalho e na aposentadoria, valendo como um estabilizador social, em que o emprego e a aposentadoria, a propriedade e o contrato representavam o quadrilátero da sua estabilidade. Uma sociedade onde o emprego e a aposentadoria estivessem garantidos e a propriedade e o contrato respeitados conformava o modelo ideal do Clássico Estado Moderno.

Tal modelo não mais existe. Emprego e aposentadoria, a partir de um megaestado capaz de garanti-los, tornam-se cada vez mais uma utopia. O emprego começa a ser substituído pelo trabalho temporário

e incerto e a aposentadoria oficial pelos fundos de pensões, que existem a partir da poupança própria para a velhice, que empresas e empregados fazem para substituir o falido Estado do Bem-Estar Social.

O contrato e a propriedade são cada vez mais desrespeitados pelo Estado falido, que sempre que não tem condições, no seu endividamento sem lastro, de gerar recursos para saldá-lo ou rolá-lo, termina por encontrar algum meio de calote colectivo, que vai desde a manipulação de índices, empréstimos compulsórios, desapropriações com títulos sem lastro até ao próprio confisco ou à inflação acelerada, que destrói as dívidas e a economia, sempre que não repostos os valores por correções monetárias adequadas.

Este modelo de Estado – que o homem mais culto percebe não ter condições de aguentar e do qual procura autoproteger-se, mormente contra os governos que o representam – não tem, ainda, nem encontrou mecanismos capazes de no futuro preservá-lo e aos governos que o empalmam, assim como à sociedade que representam. Os seus elementos desagregadores, portanto, nascem em velocidade maior do que a sua capacidade de reagir, constituindo, pois, elemento de maior preocupação para o futuro que, infelizmente, não está tão distante.

Nesta estagnação, há de se lembrar a multiplicação de correntes ideológicas que, ao reconhecer a falência do Estado Clássico, objectivam modificá-lo desde os grupos ecológicos, áqueles que se dizem representantes das minorias preconceituosamente marginalizadas, criando variedade de alternativas e de reivindicações sem soluções possíveis, que o tornam ainda mais inoperante, incompetente em atendê-las todas, já que nem atende aquelas classicamente apresentadas.

O certo é que as expectativas e os anseios da sociedade futura, sem valores relevantes, nem cultura suficiente, são incomensuravelmente superiores às soluções que o Estado Clássico possa dar, tornando-se muito mais vulnerável aos elementos de desagregação referidos neste capítulo. Tal realidade leva, de certa forma, á busca de equações instáveis de autodefesa, as quais geram desagregação ainda maior, em face da anarquia que acabam por criar.

7.6 A MODIFICAÇÃO DO PERFIL ÉTNICO DOS POVOS DESENVOLVIDOS

Nos próximos 40 anos, haverá considerável modificação do perfil étnico dos povos desenvolvidos.

A crise mundial e o desemprego estrutural têm levado, cada vez mais, as populações dos países em desenvolvimento a buscar empregos nos países desenvolvidos, com levas de imigrantes regulares ou clandestinos hoje ocupando espaços maiores nestas nações.

Estados Unidos, União Europeia e Japão já começaram a "defender-se" desta onda imigratória, mas não só os mecanismos de defesa são insuficientes, como o cerrar as portas da imigração veio muito tarde.

Hoje, uma parcela relevante da população dos países da União Europeia e dos Estados Unidos é de pessoas oriundas da América Latina, África e Ásia.

Tentativa semelhante no Império Romano do Ocidente – nos seus dois últimos séculos de vida, ou seja, após a extensão da cidadania romana a todo o império, por Antonino Caracala (212 d.C.) – revelou-se inútil, em face da invasão das fronteiras por bárbaros de todas as origens, com assento, inclusive, nos cargos públicos e nas centúrias, com o que o perfil do soldado romano foi inteiramente modificado.

As tentativas de segurar o ritmo imigratório não têm sido bem-sucedidas. Há sempre uma resistência por parte dos grupos que lideram a luta pelos direitos humanos, no sentido de que a restrição à imigração é discriminatória, como se os povos desenvolvidos fossem constituídos de seres superiores aos dos povos em desenvolvimento, cujo privilégio actual é de já não serem mais considerados escravos. Em outras palavras, as restrições traduziriam xenofobia, como se europeus, americanos ou japoneses correspondessem a uma raça superior e todos os outros povos à raça inferior, que deve ser mantida fora dos limites dos países desenvolvidos.

Tal discurso dos defensores dos direitos humanos tem, naturalmente, repercussão, procurando as nações desenvolvidas desfocá-

lo, sob o argumento de que a protecção das suas fronteiras não é discriminatória, mas apenas objectiva garantir empregos e subsistência para os naturais do país. É mais proteccionista que discriminatória.

Se o discurso é elaborado, a prática não o é. Os naturais dos países menos desenvolvidos que se transferem para os países desenvolvidos são considerados inferiores, vivem, em grande parte, em condições sub-humanas e de subemprego – muitos, inclusive, clandestinamente – e formam grupos de pressão e de violência para sobreviver, que preocupam os naturais desses países.

Por outro lado, na busca de um vínculo que lhes garanta permanência na terra que escolheram, a população de imigrantes cresce em relação aos autóctones. Nascem mais filhos de imigrantes do que de nacionais.

O controlo de natalidade, que é uma característica dos países desenvolvidos, é praticado com muito mais egoísmo e "eficiência" pelos povos desenvolvidos do que pelos em desenvolvimento, razão pela qual os filhos destes, que terminarão cursando as universidades do futuro, estarão em muito maior número do que dos naturais do local.

Quando Simone Veil presidiu ao Parlamento Europeu, há muitos anos, lembrava que os europeus tinham aprendido a fabricar tudo, mas desaprendido de "fabricar" europeus.

Ocorre que os filhos dos latino-americanos, africanos e asiáticos trazem a cultura de seus pais, os seus costumes, os seus idiomas e tal forma de viver termina influenciando a própria maneira de ser do europeu, que lá está há muitas gerações. Este protege-se, procurando não se misturar, mas perde densidade não só populacional como também cultural para os novos costumes e para a maior presença de imigrantes.

Este elemento étnico, num mundo em que o desemprego é o principal flagelo económico, principia a mudar o perfil de cada povo, mudança que se acentuará consideravelmente no momento em que os cargos da administração pública e das universidades começarem,

também, a ser ocupados por procedentes desta diáspora de povos e de costumes diversos no coração das nações mais desenvolvidas do mundo.

Nos Estados Unidos, a segunda metade do século revelou uma fantástica influência do negro na composição do poder, da educação, da cultura e da economia, com cargos em todas as áreas sendo ocupados, cada vez mais, por pessoas descendentes de africanos. E, à evidência, os próprios costumes tradicionais dos americanos sofreram o impacto desta mudança.

O perfil étnico do futuro será um novo elemento a considerar, pois a variedade de tradições e hábitos que estes imigrantes trazem tornam mais difícil o encontro de modelos comuns e práticos de superação das crises de convivência.

POLÍTICA E PODER

8.1 A INFLUÊNCIA DO PODER SOBRE A NATUREZA HUMANA

Toda a filosofia do poder esbarra na natureza humana, que não é confiável. A humana história não é senão a luta pelo poder, sendo a permanência das guerras uma singela repetição dessa batalha de ilusões.

Desde o homem primitivo, exercer o poder é a sua maior ambição, que, como Erasmo de Roterdão, em "O Elogio da Loucura", apresentava, objectiva ter o poder e a vaidade de exercê-lo como forma de perpetuar o transitório, visto que nem o poder é permanente, nem a vaidade cria nada.

Aristóteles dividia os governos em bons e maus, citando três tipos de governos bons (monarquia, aristocracia e politia), onde os interesses da comunidade são maiores do que o interesse dos detentores do poder, e três tipos de governos maus (democracia, plutocracia e tirania), onde os interesses pessoais e egoístas são maiores que os interesses públicos.

De uma forma ou de outra, todos os filósofos posteriores se debruçaram sobre o problema sem apresentar uma solução para os desvios que o poder ocasiona à natureza humana. Políbio acata a distinção aristotélica; Agostinho separa a Cidade dos Céus da Cidade dos Homens, em face do egoísmo que caracterizou o domínio desta; Aquino admite, inclusive, o desrespeito à lei injusta como forma de preservar a sociedade do governante inescrupoloso; Hobbes fala no Leviathan; Maquiavel, apesar de sua monumental obra sobre as Décadas de Tito Lívio, sucumbe ao cinismo ao orientar o que deveria ser a conduta de um príncipe, com a lição de que todo governo é bom, mesmo que mau, se se mantiver no poder, e todo o governante é mau, mesmo que bom, se o perder; Locke antecipa a separação dos poderes, na sociedade civil, para permitir um melhor controlo do homem no seu exercício; Montesquieu claramente declara que o poder deve controlar o poder, porque o homem nele não é confiável; Hegel combate Rousseau, pela sua teoria do homem ideal e do contrato social, sem ter em vista as vicissitudes da natureza do homem no

poder, mas no seu próprio modelo, em que enaltece a monarquia, não cria mecanismos de controlo dessa natureza; Kant ilude-se com os resultados da Revolução Francesa, sem se iludir com os destemperos que os seus auto-sacrificados artífices geraram; Marx não acredita na sociedade actual, mas idealiza uma sociedade de futuros anjos, quando o proletariado triunfar; Helmut Kuhn, desconsoladamente, declara que o Estado não é senão uma "estrutura do poder".

É, todavia, Carl Schmidt, em "O conceito do político", quem, de forma gráfica, define o objecto da ciência política através da teoria das oposições, que o leva a ver, na Arte, a oposição entre o belo e o feio, na Moral, entre o bem e o mal, na Economia, entre o útil e o inútil e, na Ciência Política, o antagonismo entre o amigo e o inimigo.

Decididamente, a história da humanidade revela-se pontilhada de lutas pelo poder e pouco digna, repleta de todas as espécies de baixezas sociais, artifícios inescrupulosos e violências, demonstrando que o homem não é confiável no poder. Tende a com ele se identificar e a ver os seus concorrentes como inimigos a serem eliminados, de maneira mais sofisticada nas democracias e de forma primária nas ditaduras.

Como a natureza humana não mudou e os homens que desrespeitam o poder de hoje têm a mesma contextura psicológica do passado, cada vez estão menos preparados para enfrentar os desafios sempre maiores do futuro.

Lembre-se que a luta pelo poder torna-se mais requintada em função da mídia, isto é, da repercussão de uma imprensa cada vez menos controlada pelo governo ou pelos políticos.

Muitos entendem que tal independência terminará obrigando os políticos a serem mais patriotas e menos corruptos, visto que sempre que a corrupção é descoberta, o político, acuado, perde a credibilidade necessária para continuar enganando o eleitorado, sofrendo deste repulsa.

Da mesma forma que as polícias ostensivas não eliminam a criminalidade, apenas actuando para suprimir parte dela, o controlo da mídia é insuficiente, servindo apenas para expurgar alguns dos

corruptos, mas não a grande maioria.

O controlo da mídia por parte do político exige uma assessoria de imprensa para preservar a sua imagem e contra-atacar ou atacar os adversários, no poder ou fora dele, com o que a luta pelo poder se torna, nos regimes democráticos, cada vez mais técnica, com profissionais engajados em conformar perfis ou destruí-los, independentemente de trabalharem com a verdade.

A verdade em política é o que menos importa. A aparência da verdade é tudo. Quem conseguir mantê-la, mesmo que mau carácter, terá mais chances de subir, nesta selva, do que os outros, razão pela qual os profissionais capazes de fazer ou destruir imagens são cada vez mais valorizados no mercado.

Na luta pelo poder, o que menos releva é a prestação de serviços públicos. O mais importante é dar a impressão que se é um bom prestador de tais serviços. E quem pensa que a busca pelo poder consiste apenas nesta luta – e são quase todos os que militam no "selecto" campo da política – está pouco preparado para compreender os desafios futuros, como mostrarei adiante.

O certo é que o homem não é confiável no poder. Luta por ele, não para servir a sociedade, e sim para dominá-la. Não tem, na maior parte das vezes, escrúpulos de qualquer tipo ou natureza, alcandorando a corrupção como forma de obter recursos para se manter folgadamente no poder, através das campanhas políticas. Teme a imprensa mais do que o eleitorado, e prepara-se para a guerra, que tem por escopo a destruição de seu adversário. Assim sempre agiram e agem os homens no poder.

8.2 O FRACASSO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços públicos são mal prestados porque os governos são corruptos. Em todo o mundo. E todos os governos sem excepção. Mede-se a qualidade dos governos não pela existência ou inexistência de corrupção, mas pelo seu nível, ou seja, se é baixo ou alto.

Mesmo os governantes não-corruptos não conseguem controlar a sua máquina administrativa, em que a densidade da corrupção é maior ou menor, conforme consiga controlar mais ou menos os seus agentes.

A corrupção dá-se principalmente em dois campos, a saber: no custo das obras e serviços públicos, sempre mais caros do que os do sector privado, e na fiscalização de tributos e actividades, em que os agentes encarregados, não poucas vezes, fazem do achaque, concussão ou criação de dificuldades para venda de favores um rendoso negócio, à margem da Economia.

Quem entra no serviço público deveria ter um perfil acima da moralidade corrente. Se entra para servir ao público, a sua função deveria ser estar mais disposto a colaborar com a sociedade do que impor-lhe uma carga enorme de custos para se beneficiar do poder.

O servidor público deveria ser, pois, um servidor do público e não alguém que se serve do público para benefício pessoal e manutenção do poder.

Tal mentalidade desde Confúcio, que é o pai da burocracia moderna, nunca foi a tónica dominante entre os "burocratas" e "políticos". Confúcio pretendia que o "burocrata", por ser mais culto que os "políticos", se satisfizesse com a sabedoria que é o bem maior do homem, não se importando com a trivialidade dos bens materiais. Atribui-se às intrigas da classe dos burocratas o período fratricida que a China viveu, após a era Confuciana, denominada de "Reinos Combatentes".

Se os governos são corruptos, se todas as obras e serviços públicos são mais caros para cobrir não só o custo do serviço e da obra, mas também o custo da corrupção, se os detentores do poder estão mais preocupados em ter poder e ganhar dinheiro do que em servir, pergunta-se: Como ter qualidade no serviço público? Como atender uma sociedade cada vez mais exigente e frustrada pelos resultados se a qualidade humana no poder é tão baixa?

Por outro lado, o desarme das estruturas de corrupção criadas não é fácil. A competitividade dentro do serviço público ou a livre

concorrência nas licitações volta-se sempre para beneficiar aqueles que corrompem com maior sofisticação. Há licitações em que se excluem, *a priori*, os concorrentes melhores. Há acordos entre os concorrentes, teleguiados pelos administradores, para que o pagamento de obras previamente partilhadas, apresente sobrepreço destinado a remunerar "burocratas" e "políticos". Tais "contratos administrativos" tornam os custos públicos, pagos com os tributos do cidadão, muito mais onerosos do que aqueles em que incorre o segmento privado ao contratar. Assim, embora seja cada vez maior a necessidade da presença do Estado para suprir as insuficiências da sociedade, a sua capacidade de estar presente termina por ser sensivelmente reduzida por força da "corrupção".

As investigações e denúncias veiculadas pela imprensa servem como um poder moderador a limitar pelo menos os desvios ostensivos, mas não conseguem atingir senão uma parcela reduzida da corrupção institucionalizada em todos os países.

O mesmo se diz das fiscalizações, em que muitas vezes a corrupção se dá por iniciativa do fiscalizado que, ameaçado por carga tributária confiscatória ou por exigências inaceitáveis do poder, oferece propinas para não ser autuado. Outras vezes, é a "concussão" pura, pois os cidadãos são simplesmente achacados por uma rede de polícias ou fiscais inescrupulosos, fenómeno este que é mundial.

Desta forma, percebe-se que não é fácil melhorar a qualidade do serviço público, se não se melhorar a qualidade do homem que o presta. E esta qualidade, não obstante a discussão teórica do princípio da moralidade pública, tão decantado por Hariou, implicaria, em rigor, a mudança da própria natureza humana.

O certo é que na crise consideravelmente maior que a humanidade passa, já não mais é possível conviver com um poder corrupto. Se, no passado, a própria *performance* de uma sociedade elitista adaptada ao modelo corruptor do poder e de uma massa conformada permitia tal sobrevivência, hoje já não mais é possível, visto que nem o povo se conforma, nem as elites a comandam. Ou o homem, no exercício

do poder, consegue mudar a sua natureza egoísta e dominadora, tornando-se mais solidário, ou a sua insuficiência em atender a sociedade semeará crise maior do que aquela que todos estão hoje enfrentando.

8.3 O DESPREPARO POLÍTICO NO EXERCÍCIO DO PODER

No meu livro "O Estado de Direito e o Direito do Estado", publicado em 1977, ao tentar formular uma teoria de equilíbrio entre o direito do cidadão e o direito do Estado para que ambos ofertassem segurança suficiente para o desenvolvimento económico e a paz social, sugeri, no final, a experiência que eu mesmo havia posto em prática quando, convidado pelo deputado Raul Pilla e Senador Men de Sá, aceitei concorrer à presidência do directório metropolitano do Partido Libertador.

Eleito, introduzi uma escola de política, composta pelas expressões intelectuais do partido, a ser frequentada por todos os seus membros e candidatos, sendo que os candidatos a vereadores, na época, foram obrigados a prestar exame a fim de se verificar o nível dos seus conhecimentos e da sua vinculação aos ideais do PL.

O futuro governador de São Paulo, Abreu Sodré, que então presidia outro partido (UDN), chegou a brincar comigo, dizendo que eu estava querendo formar uma academia e não um partido político.

Os resultados foram surpreendentes. Com candidatos absolutamente desconhecidos, mas preparados, na época em que os programas de horário gratuito eram ao vivo, a chapa teve a melhor presença na televisão, tendo conquistado a terceira bancada da Câmara Municipal e ficado, em número de votos, à frente do PSD, partido de Juscelino Kubitschek, e do PTB, partido de Jango Goulart. Isto em 1963.

A Revolução e o Acto Institucional nº 2 atalharam a promissora experiência e fizeram com que eu me decidisse a não mais fazer política, voltando-me mais à reflexão académica e à vida universitária.

No livro, a partir daquela limitada experiência, sugeri a criação de uma Escola de Governo financiada pelo Estado. A Escola teria três graus (primário, para concorrer às eleições municipais, secundário, para as eleições estaduais, e universitário, para as eleições federais), sendo que nenhum candidato poderia concorrer, a não ser aqueles que já estivessem em cargos electivos, se não cursasse essa Escola. O patrocínio seria governamental, incluindo-se o estudo de matérias como Ética, Direito, Economia, Sociologia, Política, Filosofia, Técnica Legislativa, Administração Pública, etc. A escola seria gratuita.

A ideia objectivava preparar os nossos despreparados políticos, que, devendo cuidar de problemas nacionais e internacionais, têm, quase todos, apesar da magnitude dos temas, uma visão apenas regional, quando não, distrital.

Experiência semelhante e também sem consequência foi a que pretendeu apresentar o Embaixador da Índia na ONU, Arthur Lahal, em projecto divulgado pela Enciclopédia Britânica (The Great Ideas) intitulado "Towards a World University".

Antecipando a crise sobrevivencial do fim do século, pretendia criar uma Universidade de Técnicos de todo o mundo voltada para desvendar problemas futuros e capaz de formar pessoas suficientemente preparadas para, em momentos de crise, assumir funções essenciais com visão integratória, que permitiria a construção de uma ponte entre técnicos com a mesma formação de outras nações, a fim de dar respaldo quando o poder político mundial entrasse em colapso por falta de alternativas e de homens públicos, visando assegurar o período de transição para uma nova fase desconhecida, com o menor trauma possível.

Algo semelhante foi testado pela Suécia, ao criar no governo uma "Secretaria do Futuro", em que seus componentes se dedicavam exclusivamente a antecipar o futuro e a apresentar soluções.

Medida elogiada pelo "Worldwatch Institute", não tenho conhecimento, nestes 20 anos da sua existência, de soluções que merecessem destaque na imprensa, se é que já não foi extinta.

Tais considerações faço-as na medida em que uma das características

que mais salta à vista, nas pessoas que ambicionam o poder, é o seu despreparo. A sua falta de visão global dos problemas. A sua carência de criatividade. A sua incapacidade de apresentar soluções. A sua acção quase exclusiva no sentido de manter o poder, deixando aos seus assessores a obrigação de cuidar dos problemas do povo e da sociedade, visto que a sua percepção a respeito deles é, na maior parte das vezes, superficial.

É de se lembrar que o comportamento da classe política, por outro lado, normalmente reflecte muito mais o que a mídia deseja – e não poucas vezes há uma manipulação da imprensa pelos que a detêm – , com o que a falta de preparo e de convicções torna mais difícil a arte e a ciência de governar.

É bem verdade que, nos Estados Democráticos, a imprensa e o Poder Judiciário exercem força moderadora razoável às loucuras dos governantes. Mas os dois poderes são mais de contenção, que de criação. O Poder Judiciário, por ser um autêntico legislador negativo, impede o curso às normas inconstitucionais, mas não pode gerar leis. O poder que a imprensa exerce é um poder de denúncia, mais do que de formação, desempenhando o papel de polícia e não de conformador de seu modelo ou de criador de um projecto para o País.

Como entendo que a crise do futuro exigirá estruturas de pensamentos e soluções criativas inusitadas, visto que não é uma crise igual a outras que se repetem no tempo, mas de dimensões jamais imaginadas no passado, o raciocinar politicamente para o futuro com categorias pretéritas é alargar a distância entre o problema e a solução, estando eu convencido que os políticos de todo o mundo, na actualidade, que prescindem permanentemente das conquistas académicas, não estão preparados para vencê-la, o que, a meu ver, aumentará o desafio do futuro.

8.4 A UNIVERSIDADE

A Universidade evoluiu muito. Desde as primeiras escolas superiores criadas no início do milénio, em que a Igreja Católica teve

acentuada participação, a ela se devendo a sistematização do ensino de maior dimensão, a evolução foi fantástica. Maior no campo das ciências exactas e biológicas do que naquela das ciências humanas e sociais, mas com reflexo daquelas sobre estas.

A evolução das Ciências Exactas tem sido admirável e a sua aceleração é irreversível, levando os homens a sentirem-se cada vez mais diferenciados, visto que muitos não conseguem adaptar-se ao ritmo que a evolução impõe e são automaticamente marginalizados.

Quem cursa as Universidades beneficia-se dessa evolução e dela participa de tal maneira que as gerações actuais de universitários que frequentam aquelas mais avançadas do mundo, são gerações mais preparadas e com um domínio sectorial invejável, sem qualquer elemento referencial no passado em face da evolução.

As Universidades, portanto, no campo das ciências exactas, preparam um terreno de progresso permanente com quadros sempre melhores, influenciando todo o processo industrial, visto que a interacção Universidade-Empresa é hoje uma realidade universal. Graças à evolução da técnica é que a máquina passou a ser substitutiva do homem e os problemas da inadequação deste e do desemprego tornaram-se mais evidentes.

A evolução, todavia, no campo das ciências exactas e biológicas, não tem contrapartida no campo das ciências humanas e sociais.

De início, porque, no campo do Direito, que é aquela ciência que permite a convivência em sociedade e disciplina a aplicação dos princípios de todas as outras ciências sociais, os fundamentos do Direito natural são os mesmos – e devem ser – desde a origem dos homens, havendo apenas uma evolução do Direito positivo a partir da história narrada, com os Códigos de Shulgi, Lipjt-Ishtar, Hamurabi, passando pelas leis de Dracon e Solon, de Manu até ao direito romano e o direito constitucional moderno.

Em outras palavras, o Direito, a Economia, a Política, a Filosofia, principalmente após os gregos e os romanos, evoluíram pouco, principalmente a ciência política, a teoria do poder, em que, não

obstante a conformação de uma Democracia mais ampla do que a ateniense, nos dois últimos séculos, no que diz respeito ao seu exercício e à natureza humana, pouco se diferencia do passado.

Assim, ao desenvolvimento das ciências exactas não correspondeu igual evolução das ciências sociais, sendo a violência das guerras, em pleno século XX, inclusive aquelas da década de 90, prova inequívoca de que a luta pelo poder é tão selvagem como foi nos primórdios do aparecimento do homem sobre a terra e a ciência que a estuda é de pouca aplicação na práxis do jogo político.

Tal descompasso entre as ciências exactas, cujas pesquisas e estudos se revelam cada vez mais estimulantes e desvendadores de campos novos do conhecimento, e as ciências humanas e sociais, que, por trabalharem com a natureza humana, esbarram nas suas próprias deficiências, é elemento desestabilizador, mormente levando-se em consideração que a crescente leva de graduados na Universidade encontram menor campo de trabalho que as suas potencialidades mereceriam.

O estreitamento do espaço destinado para um grupo maior de pessoas melhor qualificadas e o descompasso provocado pela maior evolução das ciências exactas em relação à verificada no campo das ciências sociais, assim como o choque entre o academicismo universitário e a práxis da luta pela existência levam à preservação de áreas conquistadas, a qualquer custo, valendo o princípio de que tudo é válido para manter o espaço obtido em qualquer área, com o que o egoísmo e a mesquinhez, próprios da natureza humana, terminam por prevalecer sobre ideais maiores que a Universidade deveria incentivar e que, na formação dos cursos superiores, nos três primeiros séculos do milénio, era a tónica dominante. Cursar valia mais do que ter poder, nas primeiras grandes Universidades (Paris, Salamanca, Praga, Coimbra, etc.), visto que o poder dependia, em parte, dos conhecimentos que apenas a Universidade poderia dar.

Hoje, a Universidade é dependente do poder e a luta por espaços, nela e fora dela, torna o espírito académico menor que as conquistas

científicas da Universidade e a tendência do trabalho *pro domo sua* uma melancólica característica dos dias correntes.

A integração da Universidade-Governo, nos nossos dias, é cada vez menos nítida, mas a projecção de acesso ao poder ou sustentação dos graduados na Universidade é crescente, pois são aqueles que se sentem mais habilitados a fazer a carreira política.

Tenho para mim que a Universidade no século XX, se por um lado desvenda maior campo de actuação do homem, por outro reduz mais a sua participação no processo evolutivo, contradição que leva à preservação dos espaços conquistados por quem os conquistou e ao alijamento dos que não conseguiram alcançá-los, agravando o problema político. Com efeito, se aqueles que conseguiram delimitar o seu espaço estão voltados, quase que exclusivamente, à sua preservação, deixam de se ater aos problemas ciclópicos que devem enfrentar, reduzindo a influência da Universidade e dos seus membros no encaminhamento racional de soluções.

8.5 O PODER JUDICIÁRIO, A IMPRENSA E A OBSOLESCÊNCIA DO DIREITO

Nos regimes democráticos, o Poder Judiciário e a Imprensa são os dois grandes pilares a garantir a sociedade contra os desmandos dos poderes políticos (Legislativo e Executivo). O primeiro por ser o protector da Constituição e da lei, atalhando os abusos políticos e as normas inconstitucionais quando produzidos pelos outros poderes, e a segunda controlando e fiscalizando a acção dos poderes políticos e da sociedade.

Sem Poder Judiciário livre e sem Imprensa livre não há Democracia.

Ocorre, todavia, que o Direito não tem acompanhado a evolução tecnológica do mundo. Grande parte dos profissionais que militam na área trabalham com categorias e concepções do passado, sem perceber a sua inadequação fáctica ao presente e ao futuro, com o que a dificuldade para adaptar as necessidades da sociedade futura às estruturas jurídicas pretéritas se torna mais difícil.

Illie Prigogini, prémio Nobel de Química, alertou, no passado, para um fenómeno interessante das readequações químicas sempre que as estruturas dos elementos se tornam insuficientes para os desafios da natureza, com o que as composições anteriores terminam por se transformarem em novas composições de adequação. Se a linguagem não é técnica, a ideia é a de que, até na Biologia, a luta pela readequação ao ambiente é uma constante do fenómeno vida.

Ora, o corporativismo no poder, que esgrime com os direitos adquiridos, para que a sociedade o sustente – cada vez lhe oferecendo mais recursos e recebendo menos serviços – , a título de preservação, na administração pública de estruturas ultrapassadas, é a exteriorização da obsolescência do Direito, que dificulta ao Estado e à sociedade enfrentar um choque que se torna sem futuro.

Embora seja o Poder Judiciário um poder democrático e preservador da ordem jurídica, a sua dificuldade como legislador negativo é ser obrigado a manter a obsolescência do Direito sempre que os poderes políticos não estejam dispostos a alterá-lo.

Mesmo quando convencido da inadequação da lei à realidade, não pode o Poder Judiciário alterá-la *ex espontânea sua*, razão pela qual, muitas vezes, se torna mantenedor de uma ordem obsoleta.

Por outro lado, a imprensa, que trabalha com a notícia – e, para a Imprensa é a notícia que a distingue da vida ordinária –, sempre que o choque de estruturas arcaicas do Direito se coloca, tende a realçar mais o facto do que a solução, muitas vezes na busca do "furo de reportagem", tornando mais difícil as soluções pela capacidade que tem de, ao informar, formar, deformar, conformar ou inviabilizar soluções.

Assim é que, por exemplo, se 100 sacerdotes agem rigorosamente dentro dos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana e um deles não, os 100 não são notícia e aquele que é passa a macular toda a Igreja, como se fosse o autêntico representante dela. A vida normal não é notícia, o fato extravagante o é.

Ora, como o corporativismo no poder acena com a preservação dos privilégios como se fossem direitos adquiridos contra a sociedade –

para mim, não há direito adquirido do servidor público contra a sociedade – , a sua permanente contestação a todas as formas de enxugamento das máquinas administrativas em todos os países, para que a sociedade cresça enquanto o Estado diminua, cria um espírito de corpo tão poderoso que a sociedade lhe fica escravizada. O seu potencial de criar o direito, que o beneficia e alegar depois que tal direito é adquirido e que não pode ser mudado, é fantástico.

O custo de qualquer administração pública, directa ou indirecta, é formado pelos direitos adquiridos *pro domo sua* do legislador em causa própria, sendo a sociedade assemelhada, muitas vezes, aos escravos da gleba medieval, que só trabalhavam para sustentar os senhores feudais. No século XX, esses "senhores" são as corporações públicas de servidores, que mais se servem do público que o servem.

À evidência, os direitos devem ter uma contrapartida financeira para garanti-los e, quando há mais direitos que recursos, a crise coloca-se e os problemas agravam-se, tendo a burocracia e os políticos enquistados no poder mais força que a sociedade, pois na crise fazem com que a sociedade pague a conta e não os governantes.

A permanência dessa realidade projecta um problema para o futuro muito maior, pois conhecer os factos, que os corporativistas desconhecem, não auxilia a evitar a fatalidade.

8.6 SOCIEDADE X TECNOCRACIA

O último aspecto decorrente dos anteriores é o que diz respeito ao choque entre a sociedade e a tecnocracia, já vislumbrado no capítulo anterior.

A tecnocracia é a burocracia especializada, profissionalizada. Não aquela decorrente das amizades políticas ou do acordo entre políticos.

Há dois tipos de burocracia, a que Alvim Tofler, na "3ª onda", denomina de "integradores do poder", visto que os políticos podem perder o mandato, mas os burocratas apenas a aposentadoria os elimina, a vontade própria ou a morte. Além do que os burocratas cuidam

do poder interno, da máquina, enquanto os políticos do poder demagógico, exterior, que de nada vale.

A burocracia dos amigos não é aquela mais perigosa, embora seja a mais corrupta. Quem entra na Administração pela janela das indicações de amigo tem pouco espírito cívico e normalmente precisa, no tempo em que fica no poder, elevar ao máximo o seu património pessoal, à custa da "res pública" e do seu poder de influência.

Dedica mais o seu tempo a influenciar pessoas, a fazer negócios lícitos e ilícitos, em nome do governo, do que efectivamente a interessar-se pelo servir os outros, servir a sociedade.

Deste tipo de burocrata, pouco se pode esperar. São os aduladores eternos e tanto teriam força na Corte de Luiz XIV, quanto o têm nos dias actuais.

Nos países sem burocracia profissionalizada, tais burocratas são mais importantes que os técnicos, visto que estes, sem maior influência política, chegam, no máximo, a chefe de alguma secção, mas nunca aos cargos de confiança ou de direcção, de maior responsabilidade.

No meu livro "A nova classe ociosa", uso a expressão para designar esse tipo de burocracia, utilizando-me da imagem de Veblen, que considerava a classe empresarial do fim do século passado e início deste século ociosa, na tradição dos homens guerreiros primitivos, cujo desporto preferido era guerrear, mas não trabalhar.

Tal classe ociosa, nos países presidencialistas e sem burocracia profissionalizada, nunca serve ao povo ou à sociedade, por mais que dêem a impressão de servir.

A segunda espécie de burocratas é a dos técnicos, aqueles que ingressam no serviço público por concurso e que estão melhor preparados para o exercício de suas actividades que os políticos ou os burocratas da adulação.

Nos sistemas parlamentares de governo, em que a burocracia profissionalizada continua a dirigir o país, durante as crises, tais burocratas ou integradores do poder são melhores que os burocratas da adulação.

Em alguns países, inclusive, os governos, ao constituírem os seus escalões inferiores (2º, 3º, etc.), são obrigados a escolher para ocupar posições de relevo não os seus amigos pessoais, mas aquelas pessoas que, no último escalão da carreira, estão habilitadas para ocupá-las. E, à evidência, escolherá, o Ministro ou Secretário, entre os do mais alto escalão, aqueles mais afinados com sua ideologia política.

Ocorre que a tecnocracia, isto é, a burocracia dos especialistas, é também uma tecnocracia distante da sociedade. São os mais competentes, aqueles de quem o Estado não pode prescindir, são as pessoas que oferecem alicerce de governo aos políticos e são aqueles que formulam, a pedido do governo, a sua estratégia.

A importância da tecnocracia é de tal ordem que os governos das mais variadas ideologias muitas vezes mantêm os técnicos de ideologia diferente, à falta de especialistas próprios para assumir a máquina.

O tecnocrata, no mais das vezes, é alguém distante da sociedade. Mais honesto que o burocrata adulador, mantém, principalmente, nas economias de mercado preconceitos com relação à classe dirigente das empresas. Considerando-se vocacionados para cuidar da coisa pública apesar de serem quase sempre mal remunerados, acham-se imbuídos de um "patriotismo" que não encontram nos empresários mais preocupados com seus interesses próprios que com os da Pátria.

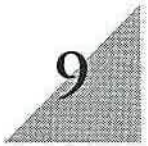
Quando a tecnocracia não é corrupta, é preconceituosa, procurando encontrar na iniciativa privada sempre mais defeitos que qualidades, mais planos escusos que de desenvolvimento, mais criminosos que cidadãos.

No mundo inteiro, a legislação que se tem produzido para controlar e fiscalizar as acções económicas da sociedade termina por gerar ónus maiores e menor competitividade por força da acção dos tecnocratas, que teimam em encontrar, permanentemente nas empresas, intenções menos nobres e mais lesivas à Nação, sem perceber que a diferença entre as economias de mercado e as dirigidas é que nestas os ideais são melhores que os resultados e naquelas os resultados são melhores do que os ideais, no dizer feliz de Roberto Campos.

O certo é que a burocracia aduladora comporta mais corruptos e a tecnocracia preconceituosa, a título de governar a bem da sociedade, cria problemas cada vez maiores a esta convivência, que a sensibilidade política nem sempre descortina.

Ora, a elite da sociedade, obrigada a entrosar-se com tais estruturas ineptas, acaba por aderir ao jogo da simulação, da corrupção, muitas vezes para contrariar políticas tributárias confiscatórias ou regulamentações repressivas da iniciativa privada e da liberdade social.

Nos dias actuais, não obstante a impressão de um diálogo maior entre a sociedade e o poder, entre o povo e os burocratas e políticos, a distância entre o bom governo, capaz de controlar uma máquina enxuta e não corporativista, e o desenvolvimento é cada vez maior, com o poder dos integradores, mais do que dos políticos, crescendo, na medida da sua imprescindibilidade para governos despreparados, o que vale dizer, com crescimento também da sua visão preconceituosa contra o povo que os sustenta.



O ESTADO E A LIBERDADE

9.1 OS DIREITOS ADQUIRIDOS

Uma das conquistas da moderna democracia é a garantia da liberdade. Em todos os textos constitucionais de países democráticos, a liberdade é considerada como um dos direitos fundamentais do ser humano e neles assegurada. Não é apenas princípio de direito natural, que alguns positivistas entendem que não se trata de matéria jurídica, mas de filosofia do direito e, portanto, só conformando o direito positivo sempre que fosse por ele albergado, não sendo fundamental à ordem jurídica se dela não constasse expressamente.

Discutiu-se, no passado, se haveria ou não um direito à liberdade e um direito natural que se sobrepusesse à ordem jurídica. O Julgamento de Nuremberg consagrou tal tese, na medida em que o Tribunal aliado condenou os líderes nazistas, não à luz do direito que aplicaram, que pertencia à ordem jurídica do seu país, mas pela injustiça do seu direito positivo, que afectava os direitos fundamentais do ser humano, ou seja, aqueles direitos que cabe ao Estado apenas reconhecer, mas não criar, como, por exemplo, o direito à vida.

Por atentar contra esta ordem jurídica superior, os crimes contra a humanidade realizados à luz do direito civil do nacional-socialismo pelos líderes alemães mereceram condenação. Foi, pois, a consagração do direito natural que prevaleceu, por ser justo sobre o direito positivo injusto.

Entre os direitos fundamentais do direito natural, direitos primários, encontra-se o direito à liberdade, eis que depois da vida, é aquele mais desejado pelo ser humano e que é obrigação do Estado Democrático proteger. Aliás, um Estado Democrático só existe quando assegura a vida e a liberdade na sua plenitude.

Na Constituição Brasileira, os cinco direitos fundamentais são a saber: à vida, à segurança, à propriedade, à igualdade e à liberdade (art. 5º, "caput").

Ora, a garantia da liberdade tem implicado, todavia, convivência necessária entre os direitos individuais e aqueles do Estado, liberdade

que aos indivíduos deve ser apresentada como a de estarem assegurados em todos os seus direitos, inclusive naqueles que adquiriram no curso da vida, à luz de uma ordem jurídica estável.

Em outras palavras, a liberdade de vida que o Estado deve assegurar implica assegurá-lo com regime jurídico adequado, inclusive o concernente aos direitos adquiridos no tempo, assim como a ordem legal estável.

O direito adquirido pode implicar dificuldades para o Estado, na medida em que tais direitos inviabilizem a gestão da ordem social.

Não sem razão o constituinte brasileiro assegurou a irretroactividade da lei apenas a três hipóteses (caso julgado, acto jurídico perfeito e direito adquirido), hipóteses que, de rigor, podem ser reduzidas ao direito adquirido, visto que tanto o caso julgado, quanto o acto jurídico perfeito desembocam nessa figura.

Em página imortal, Portalis, citado por Vicente Rao, escreve sobre o direito adquirido:

"A inviolabilidade do passado é princípio que encontra fundamento na própria natureza do ser humano, pois, segundo as sábias palavras de Portalis, "o homem, que não ocupa senão um ponto no tempo e no espaço, seria o mais infeliz dos seres, se não se pudesse julgar seguro nem sequer quanto à sua vida passada. Por esta parte de sua existência, já não carregou todo o peso de seu destino? O passado pode deixar dissabores, mas não põe termo a todas as incertezas. Na ordem da natureza só o futuro é incerto e esta própria incerteza é suavizada pela esperança, a fiel companheira de nossa fraqueza. Seria agravar a triste condição da humanidade, querer mudar, através do sistema da legislação, o sistema da natureza, procurando, para o tempo que já se foi, fazer reviver as nossas dores, sem nos restituir as nossas esperanças." (O Direito e a Vida dos Direitos, Volume III, tomo I, ed. Resenha Tributária, 1977, p. 355).

Ocorre, todavia, que o conceito de direito adquirido tem levado os Estados a problemas administrativos sérios. Na França, a greve de 1995 teve por motivo a pretendida retirada dos direitos adquiridos à

aposentadoria. Os Estados Europeus estão falidos por força dos direitos adquiridos, em face da Segurança e do bem-estar social. Cada vez mais, um número maior de pessoas têm tais conquistas que devem ser garantidas pelo Estado, que cada vez menos tem recursos para preservá-las.

O problema que se coloca é saber qual o verdadeiro conceito de direito adquirido, isto é, o que pode ser considerado direito adquirido contra o Estado e o que não pode.

Teriam os servidores públicos direito adquirido contra a sociedade a serem preservados pelo Estado? Ou teria a sociedade o direito adquirido no Estado Democrático de ser servida pelos servidores e não de servir aos servidores? Há direito adquirido de privilégios? Se os governantes, pelo facto de serem governantes, têm direito adquirido contra a sociedade, por que fizeram leis *pro domo sua*? Uma ordem constitucional moderna albergaria tal raciocínio?

O certo é que os direitos adquiridos devem ser reexaminados nos limites em que tais direitos impliquem garantia da sociedade contra o poder e não deste contra a sociedade. Os direitos adquiridos assegurados pelo Estado a favor de servidores não podem prejudicar a comunidade.

O Estado, para assegurar direitos adquiridos, deve ter estrutura para fazê-lo e sempre que tenham decorrido de abuso de poder devem ser reavaliados, muito embora tal raciocínio, em causa própria, nunca os Governos o façam, por receio do corporativismo funcional.

Estou convencido de que o excesso de direitos criados pelo Estado para os governantes e para os governados pode, por falta de recursos, inviabilizá-lo, razão pela qual conhecer o seu justo limite é elemento fundamental.

Ocorre que o Estado Moderno propaga, pelos seus governantes, o discurso de manutenção de tais direitos como assecuratórios da liberdade, mas não tem meios para fazê-lo, em face da concessão ilimitada de vantagens, razão pela qual a liberdade de expressão, de contestação e de insatisfação é tanto maior quanto mais o Estado pretenda garanti-los e não consiga.

Norberto Bobbio, no seu "A Era dos Direitos", declara que todos sabem quais são os direitos fundamentais do homem, no século XX, mas poucos sabem como o Estado poderá garanti-los.

Devendo o poder garantir a liberdade, na Democracia, se, todavia, a carga de direitos adquiridos superar a capacidade de preservá-la, a própria liberdade corre risco, porque é mais fácil para quem detenha poder retirar direitos de quem não o tenha, sempre que as aspirações de quem não tenha poder não possam ser satisfeitas pelo poder de quem o tenha.

9.2 GARANTIAS NÃO ASSEGURADAS

A consequência dos direitos adquiridos abordados no capítulo anterior leva a uma reflexão maior do que representam as garantias decorrentes, que só podem ser asseguradas pelo Estado.

Quase todos os textos constitucionais fazem menção a "direitos" e "garantias" individuais e colectivos.

O direito é facilmente enunciável. Ter direito não representa, todavia, ter a garantia decorrente. Esta só pode ser dada pelo Estado, que pressupõe a existência dos três elementos que o conformam, a saber: povo, território e poder.

Sem povo não há Estado, sem território também não há, e o poder é aquela força que dimensiona o governo sobre o povo em determinado território.

Por essa razão, os governos no exílio não são reconhecidos, por falta de território e de povo.

Ora, para que o Estado garanta os direitos, além do poder e força deve ter recursos para fazê-lo, com o que a enunciação de um direito na Constituição não implica necessariamente a correspondente garantia se não houver formas de realizá-la.

Grande parte dos constitucionalistas e dos sistemas constitucionais da actualidade equacionam o dilema entre a maior extensão dos direitos em relação às garantias asseguradas, declarando que os direitos sem

garantias correspondentes dizem respeito a princípios programáticos, isto é, àqueles princípios que constituem programa de Governo, mas apenas serão implementados quando houver condições para que o sejam.

Desta forma, muitos dos direitos garantidos constitucionalmente nos países são direitos garantidos para o futuro, em determinadas condições de viabilidade, não para o presente, com o que a consciência de governantes e constitucionalistas fica anestesiada e os direitos passam a ser assegurados num futuro incerto, mas não no presente certo.

A sociedade luta para que estes princípios programáticos não sejam apenas princípios para reflexão académica, razão pela qual, para evitar o hiato entre direitos e garantias, muitas vezes se pretende eliminá-lo esculpindo-se garantias no texto supremo, como é o caso do § 1º do artigo 5º da Constituição Brasileira, assim redigido:

"*As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.*"

Ocorre que o mundo dos factos é que conforma o direito e não o direito o mundo dos factos. O direito ou é inato à própria pessoa, que é o seu único titular – mesmo quando direccionado a entidades jurídicas o direito sempre se refere às pessoas físicas que as conformam ou dirigem – ou é criado pelas pessoas, para que convivam em sociedade, razão pela qual a sua outorga ou auto-outorga, nesta última hipótese, deve corresponder à realidade.

Quando o direito se aliena da realidade, no que diz respeito àquele direito que o Estado pode criar, à nitidez, o hiato torna-o de impossível observância, razão pela qual mesmo que os textos legislativos digam que todos os direitos enunciados em lei ou na Constituição são de aplicação imediata, tal afirmativa nada vale, sendo aplicáveis enquanto houver condições para fazê-lo ou não aplicáveis se não houver.

De nada adianta as ideias lutarem contra os factos, nem é verdade a olímpica frase de Hegel, que, contestado por um seu discípulo de que entre as suas formulações e a realidade conhecida, isto é, entre os factos e as ideias, havia um abismo, teria dito "pior para os factos".

Sempre que as ideias não se conformarem com a natureza das coisas, pior para as ideias.

Desta forma, a Constituição Brasileira, apesar do disposto no § 1º do artigo 5º, continua garantindo menos do que oferta, embora esteja repleta de direitos programáticos, ou seja, direitos condicionados no tempo ao surgimento de condições para implementá-los.

A Constituição de Weimar na Alemanha e a Constituição Portuguesa de 1976 também ofereciam mais direitos que garantias e a frustração decorrente dos direitos garantidos e das garantias não asseguradas foi tão grande que, na Alemanha, em parte, a hiperinflação de 1923 decorreu deste descompasso e a Constituição Portuguesa teve que ser reformada, em 1982 e no fim da década de 80, para se adaptar à realidade.

Ora, numa era em que há mais direitos do que garantias, o Estado deveria preocupar-se em assegurar os direitos fundamentais, não se propor a oferecer mais do que pode dar, pois assim agindo termina por afectar a própria liberdade dos povos, que, exigindo o impossível prometido, acaba por gerar reacções restritivas que podem desembocar em rupturas institucionais.

9.3 LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

A liberdade individual pressupõe respeito à liberdade dos outros. Não pode conter resquícios de intolerância. Carece de elementos impositivos e não admite a irresponsabilidade.

Sendo um direito natural, o seu pleno exercício depende do equilíbrio entre o Estado que a garante e a sociedade que a vive, ou seja, entre os governados e entre estes e os governantes.

Na Ilha da Utopia, tal conceito que Rafael narra nas suas viagens vinculava-se ao desapego de bens materiais supérfluos e ao apego aos bens espirituais, que permitiam uma convivência do povo sem fissuras. Moore, ao idealizá-la, não fez senão valorizar o que é a plena liberdade.

Liberdade pressupõe amadurecimento e cultura e é maculada pelo egoísmo e pela ignorância.

Johanes Mesnner, Javier Hervada, Miguel Izquierdo, Michel Villey, Rafael Gomes Peres, José Pedro Galvão de Souza e muitos outros jusnaturalistas, que não estendem a abrangência do direito natural a todos os ramos do direito positivo produzido, mas apenas a um elenco limitado dos direitos fundamentais, aliam a liberdade, direito fundamental, à responsabilidade em exercê-la. Não há liberdade autêntica sem responsabilidade.

O mundo moderno, todavia, teoriza a liberdade absoluta e vivência ou um cerceamento brutal, no seu exercício, ou um patrulhamento inadmissível dos que pensam diferente daqueles que se julgam donos da verdade, ou, ainda, uma libertinagem que nada tem a ver com a liberdade responsável.

O mundo que teoriza a liberdade, em sendo irresponsável ao tratá-la, pratica formas directas ou indirectas do seu cerceamento. E os governos democráticos, a título de mantê-la assegurada, não poucas vezes, plantam sementes da sua própria destruição, ao não distinguirem a liberdade da livre expressão dos procedimentos, mais ou menos violentos, de imposição de ideias, mesmo por grupos minoritários, à sociedade.

Pretendendo assegurar a liberdade, a fraternidade e a igualdade, viveu a França o seu mais dramático período de terror, apenas três anos após a queda da Bastilha, quando só então destruíram Luiz XVI, inaugurando um regime sem lei e sem ordem, que terminou por consumir todos os próprios idealizadores da Revolução Francesa.

Hoje, aqueles grupos que mais brindam ao direito à liberdade de expressão são aqueles que mais se utilizam da violência para impor as suas ideias.

Fidel Castro garante que a democracia cubana não precisa de eleições gerais com partidos de oposição, porque todos os cubanos estão convencidos de que seu governo é o melhor, razão pela qual têm a liberdade do consenso, ou seja, a liberdade de pensar como o seu

líder, devendo ser afastados ou condenados à morte aqueles que põem em risco tal tipo de interpretação oficial.

No Brasil, o Movimento dos "Sem-Terra", que é um movimento político, que manipula trabalhadores rurais, em vez de pressionar os governos a assentar tais trabalhadores nas terras devolutas do Estado ou em terras improdutivas, desejam o confronto, invadindo terras produtivas, utilizando-se da violência, desrespeitando o direito e a Justiça, depredando propriedade e colocando-se como vítimas quando as reacções à sua violência ultrapassam também os limites, na tentativa de se impor a ordem.

Para tais desrespeitadores das instituições, que praticam invasões ilegais em terras produtivas, a liberdade é poder desafiar o Estado e a lei, pois os governos é que se devem submeter à sua pressão e não eles à lei.

Os grupos de homossexuais, de ateus, de desajustados sociais entendem que a liberdade de expressão implica o direito de impor a sua maneira distorcida de ver a Criação e as criaturas, pressionando Governo e imprensa a que veiculem as suas ideias, a fim de que toda a sociedade, mais do que respeitá-los, adira à sua desajustada maneira de ver a vida.

Os partidos que se alicerçam nas teorias marxistas, que não admitem senão a liberdade de todos pensarem como Marx, pressionam a sociedade, não para terem um lugar, em espaço pluripartidário e de respeito mútuo, mas para que o espaço seja só seu. Por se considerarem donos da verdade, todos os demais nada valem, devendo ser eliminados ou enquadrados na medida em que tenham ou mais ou menos força. Desejam eliminá-los pela força ou desfigurarem a sua imagem perante a sociedade se a força for menor.

Desta forma, o mundo actual teoriza a liberdade, mas pratica o pior tipo de ditadura, que é a ditadura dos *slogans*, das "desfigurações pela imprensa", do "desrespeito ao direito alheio", das violências físicas ou psíquicas contra os que pensam diferentemente. Como na Revolução Francesa, fala-se em liberdade, mas pretende-se uma imposição

absoluta dos ideais dos grupos de pressão, estando os Governos, na maior parte das vezes, prisioneiros dessa irresponsabilidade que macula de forma inacreditável a vida em sociedade.

Devendo garantir a liberdade, símbolo maior da Democracia, mas permitindo que, a título de liberdade, todas as formas de contestação e desrespeito a direitos alheios sejam veiculadas, o Estado fracassa. Não podendo garantir direitos, tal impotência implica contestação maior por parte dos que se sentem alijados e que se utilizam da liberdade para criticar a sua incapacidade. O dilema é cruel, visto que quanto mais garante a liberdade, tanto mais gera irresponsabilidade e quanto mais a cerceia, menos democrático é. Como garantir o Estado a liberdade como sinónimo de responsabilidade e não de explosão de recalques? Na Ciência Política, tal resposta ainda não foi dada.

9.4 LIBERDADE E VALORES

Filósofos e jusnaturalistas que se têm debruçado sobre o direito natural à liberdade sabem que é impossível vivê-lo sem valores. A liberdade sem valores termina por engendrar um egoísmo sem limites, o que vale dizer, cria, interiormente, nas pessoas que pretendem usufruí-la, as raízes da sua própria destruição.

E isto vale para toda a colectividade.

O estudo da educação através da história tem demonstrado que os valores, quando com convicção enunciados, acabam por conformar o perfil dos verdadeiros homens e que a falta de valores na educação do jovem transforma-o em mau cidadão, mau pai de família e mau elemento na sociedade, visto que deixa de ter referencial deontológico capaz de norteá-lo no exercício da sua liberdade.

Os valores, numa acepção ampla, devem ser ensinados desde os primeiros anos dos bancos escolares, pois é neste momento que se formam as pessoas.

E, à evidência, nos primeiros anos de formação – para que aprendam a exacta dimensão da liberdade – as pessoas têm a sua liberdade

limitada pelos mais experientes. Os filhos pelos pais, para evitar desvios, os alunos pelos professores, para corrigir tendências.

A dramática experiência inglesa, que serviu de base para o livro "Liberdade sem medo" na década de 60, revelou-se um fantástico fracasso. O casal Hans e Michael Eysenck, no seu livro "Comportamento", ao comparar, em estudo estatístico, os cidadãos formados em 20 anos por aquele estilo de ensino em comparação com o ministrado nas escolas tradicionais, onde a ordem era exigida para valorizar a liberdade, encontrou um nível de desajuste para se adequar à sociedade incomensuravelmente maior do que o esperado.

O aspecto mais interessante é que as crianças deixadas livremente entregues aos seus instintos, sem repressão, tornavam-se desajustadas pela impossibilidade de criarem um referencial próprio, e mais agressivas, não obstante a proibição, nestas escolas, de qualquer indução à violência, como, por exemplo, os brinquedos de guerra.

É que a liberdade outorgada ao despreparado é sempre mal utilizada e a liberdade sem referencial ou sem âncora deontológica passa a ser uma liberdade sem valores.

Ora, todos os países, onde a educação se baseia em matérias curriculares voltadas à ética, procurando ancorar toda a espécie de ensino em valores morais, formam pessoas mais aptas para exercer a liberdade e sociedades mais justas pelo respeito com que a liberdade assim adquirida é praticada por cada um em relação a todos os demais componentes da comunidade.

Já nos países em que a moral não é relevante, em que o direito à liberdade não implica o dever da responsabilidade, o seu exercício transforma-se no predomínio do mais forte sobre o mais fraco, do inescrupuloso sobre o escrupuloso, do político demagógico sobre o político honesto e assim sucessivamente em todas as actividades humanas.

Ora, o mundo do século XX revela-se um mundo sem valores. Os jornais interessam-se mais pela exposição do lado podre da humanidade do que pelo lado honesto. As virtudes são rotuladas de

conservadorismo, a preservação de valores, como os da família, da lealdade e do despreendimento, é vista como exteriorização de um puritanismo sem espaço no mundo moderno. O homicídio uterino (aborto), o adultério, o homossexualismo, a auto-realização, o consumismo, o usufruir as coisas boas da vida, mesmo à custa dos outros, a dissolução matrimonial, o carreirismo político demagógico, o coito livre e descomprometido, chamado de "amizade colorida" ou de "fazer amor", como se o homem fosse um boi, um porco ou um insecto, ganham espaços nos jornais, a curiosidade humana sendo estimulada para admirar o pútrido, conhecer os desvios das pessoas, desventrar a intimidade dos indivíduos, incentivar os escândalos públicos e privados, gerar a violência de todas as formas.

À nitidez, num mundo que, pela mídia estimulada, adere ao que de mais repugnante tem a humanidade e considera "puritanismo" a defesa dos valores eternos, que conformam a natureza humana, a liberdade de expressão, de vida e de respeito ao direito dos outros torna-se liberdade deletéria, corrosiva e não geradora de valores capazes de facilitar aos governados a escolha dos governantes e aos governantes o exercício do dever de governar.

O Estado do século XX semeia a liberdade sem valores, abomina a liberdade dos valores, espanta-se com a deterioração e o desrespeito com que as pessoas sem norte moral destroem as suas bases de sustentação e se torna inerte em se opôr a esta corrente que, a título da liberdade sem limites, gera a pior das ditaduras, que é a liberdade aética.

9.5 A JUSTIÇA PELAS PRÓPRIAS MÃOS

A falência do Estado, que a título de garantir liberdade sem responsabilidade, se autotolhe no garantir a segurança pública e protege mal a sociedade, acaba por estimular sistemas de autoprotecção, que não passam pelos caminhos das forças regulares do Governo.

A sociedade já não acredita no Estado-guardião, nem na sua idoneidade.

Uma das características, cada vez mais acentuada das forças regulares destinadas à manutenção da ordem interna, é o alto grau de corrupção das suas fileiras.

Ganham os polícias muito mal. Devem arriscar a vida pela sociedade e não têm desta o reconhecimento devido. É mais fácil, portanto, sucumbir à corrupção. Ganham mais por fechar os olhos do que por deixá-los abertos, correndo, por outro lado, menos riscos, a não ser que voltem, novamente, a ser polícias de facto e de direito.

O fenómeno é mundial.

Quando o Exército Brasileiro, no final de 1994, assumiu o controlo temporário do combate ao narcotráfico, no Estado do Rio, os meios de comunicação noticiaram que todo um destacamento da polícia tinha sido envolvido pelos narcotraficantes, levando o seu chefe, para minimizar a informação, a dizer que apenas metade era corrupta!

A constatação impressionou todos os telespectadores ao revelar uma triste realidade: além de ser a segurança pequena, ela é ruim e já contaminada pela corrupção.

Na certeza de que os órgãos de segurança pública são deficientes, a sociedade arma-se para se proteger dos malfeitores, criando os seus próprios corpos de segurança para fazer face aos facínoras, sempre melhor preparados e com equipamentos mais modernos a instrumentalizar a sua acção maligna sobre a sociedade.

A criação de corpos de autoprotecção paralelos – mesmo aqueles autorizados pelo Estado – traz, contudo, um elemento de desestabilização e reconhecimento do fracasso do aparelho estatal, pois transfere aquela Justiça que só o Estado poderia fazer, desde a repressão policial até ao julgamento dos Tribunais, para corpos seleccionados de particulares, que não têm a visão do interesse público.

Por outro lado, abre campo maior à arbitrariedade, na medida em que tais grupos são melhor remunerados do que as corporações regulares da polícia civil e militar, instituindo, pois, força paralela de controlo tanto mais difícil quanto mais numerosas forem e quanto mais o Estado abdicar do seu direito inalienável de ofertar segurança

pública, eficiente e rápida.

É de se lembrar que tais forças paralelas propiciam reacções de movimentos de defesa dos direitos humanos, em parte com plena razão, quanto à violência excessiva – na qual incorrem também as forças regulares – e em outra parte apenas explorando convicções ideológicas de esquerda, ao sustentar que tais forças paralelas são pagas pelo odioso capitalismo e que toda a violência contra os criminosos não se justificaria – quase exaltando a figura do criminoso, como se fosse o detentor do monopólio da violência exaltada por tais grupos.

Não incluo em tais movimentos a Amnistia Internacional – da qual, aliás, sou membro – , pois claramente apartidária e cujos objectivos visam apenas reduzir a violência do Estado contra o cidadão, sem pregar a impunidade do malfeitor, mas apenas pugnando por um julgamento justo.

O certo é que conflitos correm com estas forças paralelas, regulares ou não, gerando elemento de desestabilização das instituições, sempre que ultrapassam os próprios parâmetros de repressão utilizados pelo Estado.

A verdade é que uma Democracia, que se deve alicerçar na liberdade e na segurança, na tolerância e no respeito pelos direitos alheios, é posta em risco quando a segurança do Estado é insuficiente, a segurança dos particulares mais instável e a insegurança do cidadão absoluta, como se percebe pelas estatísticas mundiais da violência crescente nos centros urbanos maiores e em todo o mundo.

Quando o Estado falha, a sociedade preenche o vácuo do poder, assumindo responsabilidades próprias do organismo estatal e tal assunção acaba por semear reacções também cada vez maiores dos grupos de facínoras, com o que a garantia de liberdade e do devido processo legal muitas vezes é sacrificada por uma justiça feita com as próprias mãos, maior promotora da injustiça.

O Estado do século XX, no limiar do século XXI, é um Estado falido em matéria de segurança pública.

9.6 O QUE É A DEMOCRACIA

Quando Aristóteles considerou a pior das melhores formas de governo a "politia" e a melhor das piores formas de governo a democracia, na interpretação de Norberto Bobbio, no seu "Teoria sobre as formas de governo", fê-lo a partir de uma constatação. Na "politia", o governo de muitos estava voltado para os interesses da "polis", mediante a "ordenação das magistraturas" ou "a constituição dos governos" preocupados com o interesse público, cuja denominação, em grego, seria "politia", ou seja, *táxis ton archon*.

Na "Ética de Nicómano", Aristóteles esclarece que a politia (instituição) seria na verdade "timocracia" (governo da vontade popular), apenas este voltado mais para o interesse da "polis" do que para o interesse egoísta do povo, enquanto na "democracia" (governo do povo) tal vontade popular fazia prevalecer os interesses menores da comunidade sobre os interesses maiores da cidade.

A virtude de Aristóteles foi teorizar menos sobre as formas e as estruturas dos governos e reflectir mais sobre a natureza humana no poder, razão pela qual dividia as formas de governo em governos bons e maus, sendo boas a monarquia, a aristocracia e a politia e más a democracia, a plutocracia e a tirania. Tal ordem era também hierarquizada, com a monarquia, sendo a melhor das formas e a tirania a pior.

Ao submeter a forma de governo à qualidade do governante, Aristóteles realçou que tanto a "politia" quanto a "democracia" eram formas de governo alicerçadas na vontade popular, sendo, pois, a democracia, fundamentalmente, governo que aure a sua força no povo que o escolhe.

Após Aristóteles, o termo "politia" caiu em desuso. Políbio, por exemplo, preferiu um único termo, "democracia", para definir a boa forma de governar e "oclocracia" para designar o governo da maioria, das multidões sem rumo, da plebe complexada, sendo esta a má forma.

A reflexão dos dois pensadores, ou seja, do genial filósofo Aristóteles e do bom historiador Políbio, que, nascido na Grécia, foi dos melhores

pensadores de Roma, traz para os dias actuais a procura do que seja democracia moderna.

A Democracia moderna baseia-se em duas vertentes claras e num alicerce seguro. As duas vertentes são: cabe ao povo escolher um governo que o sirva e cabe ao Governo servir ao povo que o elegeu, dentro de estruturas enunciadas num texto supremo garantidor dos direitos da sociedade, dos deveres do Governo e da sua organização, a que, nos dois últimos séculos, se denominou de Constituição, a lei das leis. A sua origem está na "politéia" dos gregos e os textos actuais, na sua essência, não se diferenciam muito da "Magna Carta Baronorum" de 1215, ainda hoje, a meu ver, a Constituição dos Ingleses.

As Constituições, portanto, asseguram esta relação de direitos da sociedade e de deveres dos governos, veiculados por um texto que a vontade popular faz aprovar por seus representantes.

A essência destas vertentes (direitos da sociedade e deveres dos governantes) e do alicerce (Constituição) pressupõe a "liberdade do dever". A mais importante virtude dos governos democráticos, em que o povo escolhe, livremente e sem manipulações, aqueles que o vão governar é o sentido dos deveres. Devem os governantes ser voltados mais para o povo do que para si mesmos, dedicando-se apenas a servir a sociedade, pois, para isto, se ofereceram ao povo e pelo povo foram escolhidos.

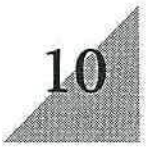
A liberdade de decidir é o antecedente maior das regras democráticas, devendo o Estado garanti-la e não só a liberdade de decidir, mas a liberdade de viver no Estado. Todos os cidadãos devem fazer o poder escravo do povo, e não o povo escravo do poder.

Em "A liberdade do poder e uma teoria de alcance", estudo que preparei para o livro escrito com Roberto Campos, Miguel Colassuono e outros, intitulado "Ano 2000" – a edição é de 1979 – , acentuava que a verdadeira democracia pressupõe, ainda, duas formas de exercícios dos direitos e deveres da cidadania, a saber, o direito de escolher e o direito de fiscalizar, sendo que esta fiscalização não deve ser apenas

teórica, mas exteriorizar actos concretos e que, nas verdadeiras democracias, o eleitor não é apenas chamado para depositar o voto e aguardar novas eleições para depositar novos votos, mas deve ter força permanente de controlar os eleitos para que estes sirvam ao povo e não a si mesmos.

O moderno mundo político, mesmo nas mais evoluídas democracias, parece-se muito mais com a "oclocracia" de Políbio que com a sua "democracia"; a pretendida liberdade sem responsabilidade, exercida pelas massas, leva o Estado a tornar-se, permanentemente, indefeso a toda a espécie de manipulação *pro domo sua*, como aquela do estamento francês, como o movimento dos sem-terra ao invadir terras produtivas em flagrante violação a direitos, como a pressão dos servidores públicos para obterem sempre melhores condições pessoais do que aquelas que são garantidas à sociedade a quem servem – mesmo sabendo que o atendimento dos seus "direitos" representará maior peso sobre o povo –, como os movimentos terroristas e diversas outras manifestações que um Estado sem autoridade termina por não controlar. É que o Estado é formado por pessoas saídas desses grupos de contestação e, portanto, sem autoridade moral para fazer prevalecer os interesses maiores da sociedade e das partes sobre os interesses menores do corporativismo que, para seu atendimento pessoal, está disposto a sacrificar o interesse colectivo.

A Democracia do século XX parece-se no mais a uma "oclocracia", gerando, não poucas vezes, movimentos totalitários, em que, a título de salvar a pátria, se instalam as tiranias, infelizmente ainda hoje presentes em Cuba, China, Iraque e Coreia do Norte, em alguns países africanos e até na América Latina (Peru).



O ESTADO E A ORDEM

10.1 LIBERDADE X ORDEM

Hegel, nas obras da sua juventude, ao buscar um sentido para a Constituição, contestava o contratualismo de Rousseau, afirmando que o "jusnaturalismo" roussoniano era utópico e que, mais do que garantir a liberdade individual, caberia ao Estado garantir a ordem, que propicia a paz desejada pela colectividade e implica a liberdade colectiva.

O debate de mais de dois séculos atrás deve ser recolocado agora noutro patamar. Ao garantir essa liberdade sem limites, o Estado Moderno não estaria abdicando da sua função de assegurar a ordem para a colectividade? A democracia plena, que importa o respeito fundamental pelos direitos individuais, não implicaria uma redução da eficiência do Estado e a desordem social? Por outro lado, ao pretender valorizar a ordem sobre a liberdade, a fim de assegurar a paz colectiva, não estaria o Estado transformando a ordem em poder tirânico, restringindo a democracia quando não eliminando-a? E o interesse colectivo, a paz social não correriam o risco de representar, apenas, a opinião dos detentores do poder, que visualizariam na eliminação da liberdade de contestação, a aparência de que teriam conseguido uma paz, não conquistada, mas imposta e à custa de um direito natural supremo que é a liberdade?

Hegel, ao preferir o Estado mantenedor da ordem social, mais do que da liberdade individual – talvez por esta razão Marx identificou-se tão intensamente com os escritos de Hegel, principalmente os da juventude sobre a Constituição – , não enfrentou, na forma de governo constitucional que concebeu, representado pela monarquia "desejada" pelo povo, aspecto fundamental, qual seja, o da qualidade do governo. Por outras palavras, nos seus estudos sobre a sociedade civil, criticava o patrimonialismo do direito romano, em que os interesses particulares prevaleciam sobre os interesses do Estado, assim como o constitucionalismo inglês e americano, mas não aflorava os problemas fundamentais da monarquia "dirigida" pelo povo, quais sejam, o da qualidade do

governo por um lado e o da aferição da vontade popular voltada para o interesse colectivo por outro. Aos que lerem a sua obra a respeito do direito, parece – ao menos para mim pareceu – como alicerçada em pressupostos jusnaturalistas. Em rigor, os seus escritos revelam a conformação de um homem e de uma sociedade ideais, sem os defeitos próprios que perfilam as grandezas e as mesquinharias da sua aventura sobre a terra.

O dilema, todavia, permanece. O Estado, hoje, garante menos a liberdade com responsabilidade e mais a liberdade sem fronteiras, enfraquecendo as suas próprias estruturas e tornando o poder contestatório gerado pela liberdade sem limites também um poder sem limites. Pressionado pelo receio de qualquer retorno a regimes menos democráticos, os governantes tendem a ceder às pressões de *lobbies*, a macular a imagem dos "pilhados" pela mídia, a não resistir aos corporativismos e aos modismos de teses deletérias, como homossexualismo, aborto, adultério – como se os que vivem bem casados, com prole natural e sem adultério, fossem peças de museu. Assim, o Estado Moderno é mais prisioneiro da liberdade sem limites que outorga, a título de fortalecer a democracia, do que gerador de uma liberdade com valores e responsável, que não sabe como criar, até porque os seus governantes surgem na esteira desta "libertinagem" de uma sociedade consumista e não solidária, que vai conformando o final do século XX.

E, à evidência, à medida que há um esgarçamento do tecido social – com os homens perdendo a noção dos valores e da ética, da solidariedade e do comportamento digno, a título de viver a liberdade sem limites de expressão, que é veiculada pelos meios de comunicação, onde certos desajustados, com poder, terminam por impor leituras e programas corrosivos – , a liberdade irresponsável, garantida pelo Estado, gera mais desordem e insegurança do que se o Estado se preocupasse não com a ordem tirânica, mas com aquela que permitisse fazer prevalecer a valorização dos aspectos mais positivos da pessoa humana do que os negativos.

A história da humanidade demonstra que sempre que há uma deterioração de valores, as civilizações não resistem. A República Romana cedeu ao império romano pela descrença, sendo isolada a voz de Cícero no último século republicano. Os bárbaros venceram uma Roma afeminada, no século V, e os turcos, Bizâncio, no século XV, carente de valores reais. A monarquia francesa foi derrubada pelo povo enfurecido e pelos seus tribunais populares, em 1792, três anos após a queda da Bastilha, por falta de valores, tendo, no passado, ocorrido o mesmo com a XVIII dinastia egípcia, com a Babilónia, na época em que as mulheres se prostituíam no templo para angariar dotes para o seu casamento, o mesmo vivenciando todas as civilizações anteriores.

A liberdade irresponsável gera a desordem e a desordem a reacção que pode representar a perda de liberdade. No limiar do século XXI, o problema volta a ser colocado. Cabe ao Estado manter a liberdade ou a ordem? E o que fazer com a liberdade irresponsável?

10.2 ORGANIZAÇÃO X RESTRIÇÕES DE DIREITOS

Não há liberdade plena. A mais plena das liberdades é aquela que não ofende, nem agride a liberdade alheia, o que implica necessariamente uma restrição. A liberdade só é plena quando restrita. A liberdade sem restrição implica a eliminação da liberdade alheia e transforma-se em tirania.

A função do Estado é administrar o direito à liberdade, de tal forma que todos dela se beneficiem, mas com respeito às liberdades alheias. A liberdade é, portanto, um direito mútuo. Só pode ser vivido em sociedade se dela forem todos conscientes e se respeitarem.

O respeito, que implica restrições, não pode ficar apenas no plano moral. O Estado, pelas leis, deve administrar tais restrições, preservando as liberdades fundamentais e não admitindo que a liberdade dos fortes, dos activos, dos que dominam os poderes

económico, político, das comunicações e dos sindicatos implique ditadura sobre os que não têm tal poder.

Só a lei justa pode assegurar a liberdade plena, que é necessariamente uma liberdade com restrições. O atleta, quando chega à vitória, no uso da sua liberdade de escolher, autolimita-se, exigindo do seu corpo mais acção que descanso, da sua alimentação mais coisas nutritivas que saborosas, da sua maneira de ser mais sacrifícios que vantagens, pois só assim se pode tornar apto à vitória.

Todas as pessoas, quando fazem uma opção, restringem-se abandonando outras, e a sua liberdade de escolher implica o não-exercício da liberdade de seguir as opções que não escolheu.

No fim do século XX, a organização dos Estados deve estar voltada para garantir a liberdade com as restrições inerentes ao seu exercício.

A Constituição Brasileira, nos artigos 136 a 144, é dedicada ao "regime jurídico das crises", disciplinando, em nível de normas gerais, a garantia das instituições com restrições à liberdade. E é considerada a Constituição mais democrática da história do País. Tanto para o Estado de Defesa quanto para o Estado de Sítio, elenca inúmeros dispositivos redutores de direitos e da liberdade de ir e vir e de expressão.

Nas democracias, a organização da sociedade há-de implicar, necessariamente, restrições de direitos para se assegurar a liberdade responsável.

Em Roma, em momentos de crise, no período da República, admitia-se a figura do ditador a prazo certo para, com restrições aos direitos individuais, governar a nação e tirá-la da crise.

Não obstante a doutrina política e constitucional ser clara a este respeito, o certo é que o Estado Moderno perdeu a autoridade da organização, sendo composto ou de democracias fracas ou de ditaduras sangrentas, no presente ou no passado, visto que a chamada conquista de direitos e a liberdade ampla tornam os grupos de pressão mais fortes que a Constituição.

Vê-se, por exemplo, o texto constitucional brasileiro, que só permite

a desapropriação de terras improdutivas para fazer assentamentos e o permanente desrespeito tolerado pelo governo de invasão dos sem-terras em terras produtivas, pois perceberam a fragilidade da organização estatal na defesa da ordem e da lei.

O povo, que adquire conhecimento cada vez maior e é cada vez mais informado, não adquire cultura para conhecer os limites da sua liberdade e daquela do Estado. Educação não é cultura, mas apenas uma etapa para a adquirir e só a cultura pode ser sinónimo de civilização. Embora o povo seja hoje mundialmente mais educado, não é mais culto que no passado, até porque os meios de informação terminam, muitas vezes, por desinformar e deseducar. O acesso à educação é mais fácil, os professores são mais informados do que educados, mais eruditos do que cultos.

Neste quadro, há de se compreender que a organização do Estado do século XX carece de instrumentos mais adequados para impor a ordem sem limitar a liberdade, senão naquilo que invade a liberdade alheia, razão pela qual ou não restringe direitos e não mantém a ordem ou os restringe em demasia gerando uma ordem sufocante.

A democracia moderna está longe, ainda, de um justo termo entre liberdade e ordem, entre organização e direitos.

10.3 O DIREITO DO ESTADO X O ESTADO DE DIREITO

Nos dois capítulos anteriores coloquei problemas relacionados com o direito à liberdade, à necessidade da ordem, à organização dos Estados e à conquista moderna de Direitos.

Neste, pretendo explicitar melhor os limites entre os direitos do Estado e os direitos do cidadão num Estado de Direito.

Um quinto da população mundial vive num único país, em que não há liberdade, nem direitos individuais. O Estado trocou a liberdade pela ordem. Ao seu lado, nação derrotada quando dos conflitos intestinos após a Segunda Guerra Mundial, Taiwan é um país com

liberdade e ordem, potencial económico maior, embora o mercado da China Continental seja de tal magnitude que nele tudo ganha dimensões ciclópicas.

Os dois países são Estados de Direito, mas só o segundo é um Estado Democrático de Direito. No primeiro, o direito do Estado sobrepõe-se de forma incisiva e sem discussão sobre o direito do cidadão e no segundo o direito do cidadão é que gera o direito do Estado.

Ambos os países vivem uma crise. A China Continental, por adoptar um regime político ditatorial, assim considerado pela esmagadora maioria dos países e por terem os seus dirigentes consciência de que não poderão silenciar por muito tempo uma população que corresponde a 20% da humanidade. A China Insular (Taiwan), por enfrentar os problemas decorrentes dos desníveis sociais próprios de regimes de mercado, a permanência do incómodo vizinho, muito mais forte, e as contestações próprias dos Estados democráticos, em que o direito à liberdade busca sobrepor-se ao direito à ordem.

O Estado Democrático de Direito caracteriza-se pelas leis que obrigam governantes e governados, ditadas pelos governantes escolhidos pelos governados. As ditaduras são Estados de Direito, mas não são Estados Democráticos de Direito, por faltar a escolha livre do povo. O seu regime jurídico é voltado para garantir os detentores do poder contra comoções internas, auto-outorgando-se o Estado, o direito de dizer o que é bom e o que é mau para o povo sem consultá-lo.

A questão que se coloca é: Qual é, no Estado de Direito, o direito do Estado?

João de Scantimburgo, na "História do Liberalismo no Brasil", procura mostrar que, neste sistema de mercado, as funções do Estado são mais definidas por serem menores e as da sociedade mais criativas por serem maiores.

O certo, porém, é que o Estado é o elemento necessário para que os homens possam viver em sociedade e os seus direitos sobre a sociedade são fundamentais para que a represente e lhe preste os serviços públicos que dele ela espera.

A figura do Estado polícia, pós-revolução francesa, caiu no ostracismo, assim como a figura do Estado socialista, em que apenas os governantes têm possibilidades de realização e o povo é apenas campo de manobra para a luta dos detentores do poder.

O Estado ideal seria aquele que, sem perturbar as virtualidades da sociedade, permitisse a sua realização, interferindo apenas na manutenção da segurança pública (interna e externa) e actuando na eliminação dos desequilíbrios sociais (estado solidário), sem, todavia, pretender fazer o que a sociedade melhor faz do que ele.

Um Estado que, a par de exercer a sua vocação natural (segurança interna e externa, garantir saúde, educação, assistência social e previdência), também se transforme em Estado Empresário, termina por perder força como Estado, por gerar déficits públicos pela sua má *performance*, por não poder participar com eficiência da globalização da Economia e por terminar por impor ónus excessivos à população.

O Estado ditatorial marxista é um Estado empresário de péssima *performance*, em que o Estado Democrático de Direito não existe e o Direito do Estado é exercido de maneira indignificante para a sociedade.

A globalização da Economia começa a alterar o perfil dos Estados, ditatoriais ou democráticos, com riscos maiores para os Estados ditatoriais, mesmo aqueles que têm mercado de tal envergadura que o mundo inteiro por ele se interessa.

O justo equilíbrio entre o Direito do Estado e o Estado de Direito vincula-se, todavia, a outra faceta que impõe reflexão crescente sobre a forma do Estado, qual seja, a do Estado Federativo ou do Estado Unitário e, mais do que isto, sobre o papel das comunidades ou dos municípios como elemento de estabilização nas relações entre o Estado mantenedor da ordem e garantidor da liberdade e a sociedade.

10.4 FEDERAÇÃO X ESTADO UNITÁRIO

No dilema deste fim do século quanto ao Estado Moderno garantir a ordem ou a liberdade, à falta de percepção e habilidade dos seus

idealizadores teóricos ou dos governos que os impulsionam, no sentido de conseguir uma teoria de equilíbrio ou do limite crítico, em que a ordem e a liberdade responsável possam ser asseguradas, elemento que merece reflexão é o que diz respeito às formas do Estado, ou seja, se o modelo a ser seguido seria a Federação ou o Estado Unitário.

A Federação é a forma de Estado mais onerosa para o cidadão. Possuindo uma segunda esfera de poder entre o Poder Central e o Poder Local, tal esfera intermediária gera custo político maior, nem sempre compensado pela melhoria na prestação de serviços, que poderia gerar com delegação de atribuições do poder central para o poder intermediário.

Na maior parte dos países que adoptaram a Federação como modelo de Estado, imitando os Estados Unidos, o custo político maior é compensado por um custo administrativo menor e um Estado mais enxuto, como Suíça, Canadá, Alemanha, lembrando-se que, em todos esses países, a Federação foi decorrência natural da agregação de unidades autónomas. Os Estados Unidos, após a independência e até à promulgação da Constituição de 1787 discutiram se os diversos Estados deveriam formar uma Confederação de países ou uma Federação de Estados. O modelo, portanto, saiu da agregação de unidades políticas autónomas e fortes.

O Canadá é um país que surgiu da colonização inglesa e da francesa, razão pela qual a união das regiões foi a forma de se criar a unidade nacional. A Suíça resultou da junção de pequenas regiões com povos, culturas e línguas diferentes e a Alemanha da unificação de pequenos reinos no século passado.

O nascimento da Federação, nestes países, surgiu de imperativo histórico e da necessidade de composição de forças políticas distintas e de raças, costumes e línguas diversos.

A conciliação que a Federação facultou, nas hipóteses mencionadas, não assegura que seja esta a melhor das formas de Estado para o futuro, na medida em que a globalização da Economia e a necessidade de competitividade selvagem exigem redução crescente das estruturas

do Estado, cujo peso tira competitividade às empresas e, por decorrência, gera desenvolvimento menor nos países que as têm muito pesadas.

Há países em que a Federação é uma excrescência, como o Brasil, visto que o Estado Unitário desde a sua descoberta, apenas reproduziu o modelo do Estado Centralizado que caracterizou toda a história portuguesa.

O Brasil não foi Federação desde a Constituição de 1891, não viveu como Federação com as Constituições de 34 e 37, quase se transformou numa Federação real com a Constituição de 46, voltou a ser um país Unitário com a Constituição de 67 e luta por ser uma Federação a partir da Constituição de 88, muito embora, formalmente, sempre se tenha intitulado, após a proclamação da República, uma Federação.

O custo político de uma Federação apenas formal, criada nos gabinetes e não na realidade, como ocorreu com a Suíça, Alemanha, EUA e Canadá, leva a cumprir mal os seus objectivos, onerando, todas as unidades federativas, o orçamento nacional, inviabilizando a administração federal pelos socorros constantes aos fracassos das unidades territoriais insuficientes e dificultando a vida dos municípios, por se apropriar de parcela de sua renda, como se fosse própria, e devolver percentual pequeno do que neles arrecada.

Quase dois terços das unidades federativas brasileiras não são auto-suficientes e o seu custo político inviabiliza o poder, gera déficit público e inflação e presta poucos serviços públicos em relação ao que retiram da sociedade.

Num mundo em que o desperdício tira competitividade e o desperdício público grande competitividade, é de se perguntar se ainda se justifica o modelo que, se natural à época em que foi adoptado nos países surgidos da conjunção de unidades diversas – já não creio que o seja – , não o é para países que a implantaram, artificialmente, como o Brasil.

Ora, o custo político da Federação termina, também, por dificultar a sua administração, de tal maneira que essa onerosidade incidente

sobre a sociedade a torna mais agressiva, não contra o modelo que não sabe avaliar, mas contra os governos que não conseguem tornar o Estado menos pesado sobre o cidadão.

O domínio Romano, tanto no Ocidente quanto no Oriente, abrangeu 2 100 anos de história humana e chegou, durante a *Pax Romana*, a toda a Europa e parte do Oriente. E Roma sempre foi um Estado Unitário, com uma administração descentralizada, ao contrário da Federação Ateniense, que enfrentou a liga espartana desde a sua formação, perfilada mais como uma Confederação de cidades-estados gregos.

A grande questão que se coloca não está na descentralização política, com um patamar intermediário que a Federação pressupõe, mas na descentralização administrativa e financeira, sem patamar intermediário, que potencializa a prestação de serviços públicos no domicílio do povo, sem governos políticos intermediários.

Parece-me que o Estado Unitário descentralizado administrativamente, sem escalões políticos intermediários, deverá prevalecer sobre os modelos federativos na viragem do século.

10.5 MUNICÍPIOS X PODER CENTRAL

As pessoas vivem nos Municípios. Os governos centrais desconhecem a sua realidade, embora sobre ela teorizem à distância, nem sempre sugerindo as melhores soluções para os problemas locais.

A diversidade de grupos que se formaram pela explosão populacional no século XX, assim como o assentamento de tais grupos, segundo as suas preferências, em regiões determinadas, os costumes, os mais variados, dos diversos povos vinculados a regiões bem definidas, as vocações naturais destas comunidades na economia, cultura, religião, etc. levam a um fortalecimento do poder comunal em relação aos poderes centrais.

Peter Drucker faz menção à falência dos Megaestados, após um período de crescimento que parecia irreversível. É que as soluções dos

grandes problemas financeiros e económicos são internacionais, mas a sobrevivência da população é necessariamente comunal.

No contacto directo do povo de uma comunidade com os seus líderes naturais, surge o fortalecimento destas parcelas da população e soluções sobrevivenciais melhores do que se impostas pelo Megaestado ou pelo poder central, mormente através de pessoas absolutamente sem qualquer afinidade com aquelas que vivem no Município.

É mais fácil conseguir da população dos municípios uma subscrição para construir uma estrada, casas populares ou até redes de irrigação locais do que mobilizar esta própria população a passar recursos próprios para que o Governo central planeie e devolva parte do que arrecadou para fazer as mesmas coisas.

Por outro lado, o político local está em contacto directo com o povo da sua região. Conhece-o. Sabe o nome de quase todos. Interessa-se, principalmente nos municípios pequenos, pelos problemas pessoais dos seus munícipes e com eles se identifica, tornando mais fácil a maneira de governar.

O aspecto extravagante desta realidade que fortalece a comuna – quase uma volta à sua concepção medieval – é que, paralelamente, o Estado Universal, através da formação de grupos de nações, se vai tornando realidade irreversível. Com isso, o mundo caminha para a universalização das linhas gerais de condução política, económica e até social, mas para uma descentralização do poder para absorver os problemas inerentes à desunificação de grupos, de propostas, de interesses, de culturas, de preferências, de raças. O homem do século XX/XXI, cada vez mais educado – e não culto – com aspirações superiores à capacidade do Estado de atendê-lo, deverá encontrar nos do seu grupo a própria solução para os seus problemas.

Nesta perspectiva, considero que a irreversibilidade dos espaços plurinacionais, a falência do Megaestado e o fortalecimento dos espaços comunais abrem perspectiva um pouco mais alentadora para um choque, que será sem futuro se os líderes das nações não perceberem que o panorama político futuro é diverso do panorama actual.

Neste quadro, os governos centrais deveriam apenas regular a unidade das nações e valorizar a revitalização das soluções municipais, visto que, desta forma, poderão manter a ordem e a liberdade, com ónus menores para a sociedade e com restrições de direitos mais toleráveis, pois até mesmo as soluções económicas comunais de auto-sustentação compensarão a impossibilidade concorrencial das pequenas nações em relação às grandes na globalização da Economia.

O drama reside numa percepção ainda insuficiente dos Megaestados e dos Estados Modernos de que a universalização do mundo nos campos político, económico e social implicará redução dos poderes político interno e externo, assim como o fortalecimento das bases comunais implicará a adaptação de um papel dirigente do Estado Moderno para um papel de coordenador de interesses comerciais e internacionais, a bem do país.

À evidência, o choque que se avizinha é aquele em que os políticos de carreira e que dependem de um Megaestado para se manterem no poder não cederão território com facilidade a esta realidade, tornando mais traumático o embate, pois a adaptação do futuro Estado a uma realidade que já transcende o Estado actual implicará em perda de poder de muitos dos políticos que hoje conduzem o mundo.

E os poderes centrais de cada Estado, a meu ver, cederão com dificuldade a esta redução de funções de condutor para mero colaborador, de executor para coordenador, com espaços reduzidos à sua actuação. Até porque, se não cederem, o Estado não conseguirá manter o equilíbrio entre a ordem, que o seu peso sobre a sociedade poderá inviabilizar, e a ampla liberdade que, sem responsabilidade, tenderá não a reduzir a liberdade responsável, mas a eliminá-la, como nas grandes ditaduras deste século.

10.6 PARLAMENTARISMO X PRESIDENCIALISMO X DITADURA

A forma de Estado clássica (Federação x Estado Unitário) e a forma de Estado futuro (Espaços Plurirregionais x Poder Central x Poder

Comunal) deverão ser conformadas por sistemas de governo que serão o Presidencialismo, o Parlamentarismo e as Ditaduras.

As ditaduras continuarão a surgir sempre que os governos fracassarem em conviver com a liberdade, sem saber ordená-la para a responsabilidade, e não consigam manter a ordem, partindo para a solução mais fácil, se com apoio militar, que é a ditadura. Na América Latina, nos últimos anos, já ocorreu no Peru com Fujimori. Se a democracia fracassar por força do desequilíbrio entre a ordem e a liberdade, a ditadura voltará a surgir em todos os países, não excluindo, inclusive, os mais civilizados. A Itália e a Alemanha, na primeira metade do século, conheceram-na, o que vale dizer, só foram estirpadas nestes países há 50 anos! Muito pouco tempo em face da história do Universo (15 biliões de anos) ou da humana história narrada pela escrita (6 000 anos).

É de se lembrar que há 800 anos, chocou-se um meteorito contra a Lua. O fenómeno foi avistado por uns monges que estavam no jardim do seu mosteiro conversando e viram o brilho maior da Lua no momento do choque. Até hoje o satélite natural da Terra ainda está tremendo por aquele choque, que, em termos galácticos, é considerado "recentíssimo"!

As ditaduras voltarão tantas vezes quantas os governos se sentirem incapacitados de conviver com a liberdade e de manter a ordem, sendo que a sua existência não eliminará o relacionamento do país, sob este regime, com a comunidade internacional – o que ocorreu com Fujimori, que participou da OEA e dos encontros entre presidentes latino-americanos, apesar de ditador no Peru, até á sua "reeleição".

O certo, todavia, é que a maioria dos países conviverá com uma das duas formas de governo, parlamentarismo e presidencialismo. As democracias são consensuais ou maioritárias. São maioritárias se empalmar o poder a maioria sem participação da minoria. Serão consensuais se decorrerem de coligação de partidos, com participação da minoria não só no Congresso, como, muitas vezes, nas decisões de governo (Itália).

Tenho criticado o presidencialismo, na linha de Raul Pilla, por o considerar um governo de "irresponsabilidade a prazo certo", visto que se eleito um irresponsável só através do *impeachment*, que é dificílimo, se consegue derrubá-lo. O Parlamentarismo, ao contrário, seria o governo da "responsabilidade a prazo incerto", já que se eleito um irresponsável para o Governo, o seu Gabinete não se sustentará e o Parlamento poderá derrubá-lo para indicação de um outro. No Parlamentarismo clássico, o Chefe de Estado não se confunde com o Chefe de Governo. No Presidencialismo, o Chefe de Estado é o Chefe de Governo.

Tais formas de governo só conseguirão equacionar os problemas que levantei neste livro na medida em que se adoptem: 1) voto distrital (pode ser inclusive o misto, como no modelo alemão, em que metade do Legislativo é preenchido pelo Distrito e metade por eleição geral indiscriminada); 2) burocracia profissionalizada – e não de favores – , em que os concursos públicos sejam a forma de acesso à Administração; 3) fidelidade partidária, para que a vida pública se faça nos partidos e os eleitos não o venham a trair, mudando de agremiação política e frustrando as aspirações dos eleitores; 4) Banco Central autónomo e 5) dissolução incondicional do Parlamento se não estiver à altura dos desafios, para que o eleitor escolha um novo, em face do fracasso dos Gabinetes escolhidos e do próprio Parlamento na indicação dos Ministérios. Um rodízio constante de Gabinetes é demonstração de incapacidade não só dos Gabinetes, mas do Parlamento.

À evidência, a burocracia profissionalizada, o voto distrital, o Banco Central autónomo e a fidelidade partidária podem ser, também, instrumentos da forma de governo presidencial. A dissolução incondicional do Congresso não, visto que no Presidencialismo quem governa é o Executivo e não o Parlamento.

Ora, tais formas de governo só poderão ser úteis se os políticos estiverem à altura dos desafios de fortalecimento, de um lado, e do poder comunal e da sua integração, de outro, nos espaços

plurirregionais, podendo conviver com uma redução do poder central nacional capaz de gerar a ordem e garantir a liberdade responsável, num quadro em que o comando central será mais de coordenador do que de executor de projectos e programas.

Creio que todo o dilema da viragem do século está centrado na forma como o Poder será exercido, da sensibilidade dos governantes em conviver com uma sociedade mais informada e com menos oportunidades, portanto, mais revoltada e capaz de exercer pressões de tal natureza que o Estado se enfraqueça.

Dizia o poeta que

> "O mais forte castelo é bem castelo fraco
> Se à antiga gente forte, a fraca lhe sucede."

O desafio do século futuro poderá ser – se não houver reformulação da mentalidade dirigente e dirigida, para desvendar um mundo melhor, continuando com os padrões da actualidade – um choque sem futuro.

Ives Gandra da Silva Martins professor emérito da Universid Mackenzie, em cuja Faculdade Direito foi titular de Direito Con tucional de Direito Económi Recebeu idêntico título da Univ sidade Paulista da Escola de mando do Estado Maior do Exé to. Presidiu o Instituto dos Advo dos de São Paulo e preside o Con lho de Estudos Jurídicos da Fede ção do Comércio do Estado de Paulo. Pertence a doze Academ entre as quais a Paulista de Let Brasileira de Letras Jurídicas, In nacional de Direito e Economia Internacional de Cultura Lusí (Portugal). Publicou mais de 40 vros individualmente, 100 em autoria e 800 estudos sobre dire economia, filosofia, política, his ria, literatura, sociologia, músi nos seguintes países: Aleman Angola, Argentina, Bahamas, B gica, Brasil, Canadá, Espanh Holanda, Inglaterra, Portug Taiwan e USA.

Uma Visão do Mundo Contemporâneo

Dotado de capacidade louvabilíssima de síntese, Ives Gandra da Silva Martins examina, focalizando-os, os principais problemas do nosso tempo. Não deixou um só fora de sua análise. Focalizou-os, destrinçou suas contexturas e nô-las ofereceu com à sua crítica segura. Do homem Cro-Magnon ao homem cibernético, o autor traça a linha de mudança operada pela revolução tecnológica. São as submissões cada vez maiores a esse imperialismo sutil e inexorável do computador sobre a pessoa humana. Estamos, inegavelmente, todos nós presos ao sortilégio do tecnológico, nas suas múltiplas acepções. Quem de nós se dispensa da televisão? Quem de nós prefere hoje a máquina de escrever ao teclado digital? Somente os que não querem aprender ou já se consideram ultrapassados. Seremos escravos? Não. Simplesmente adaptamo-nos aos novos tempos, com esse envolvimento imposto pela tecnologia a todos nós no mundo contemporâneo e, prospectivamente, no mundo que se abre diante de nós, anunciando o terceiro milênio. Mas temos de nos defender para não nos entregar submissos a esse tremendo domínio.

Do princípio das nacionalidades, manifesto em cerca de duzentas nações, que emergiram do processo de descolonização, da irrupção da Asia e da Africa políticas no cenário mundial ao abalo na estrutura da família; do Estado democrático às questões econômicas e até mesmo a uma área a meu ver utópica, o Estado Universal, Ives Gandra da Silva Martins estendeu a sua visão, dando-nos o essencial de seus julgamentos.

Este livro é uma crítica do nosso tempo, é, por isso mesmo, uma apologia das virtudes que devem ornar a pessoa humana. Escrito, como o próprio autor o afirma, em estilo coloquial, sem a preocupação universitária dos argumentos da autoridade e das fontes bibliográficas, este livro vai satisfazer ao interesse dos leitores - que sejam inúmeros - pelo exame dos gravíssimos problemas de nosso tempo, do Brasil, do mundo em crise, da família fraturada, da fé cambaleante. Não poderia ser mais oportuno.

João de Scantimburgo
da Academia Brasileira de Letras